



**Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia -
SEAS/RO**

**DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)**

**I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos do Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao preenchimento de vagas no quadro de servidores da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS/RO, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL N. 287/2022/SEGEP-GCP**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
368024465	Adeildo Damas Ferreira Evangelista	Agente em Atividades Administrativas
368044067	Ademario Thomaz	Agente em Atividades Administrativas
368006679	Adriana Camargo De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368051553	Adriano Luan De Lima Lobato	Agente em Atividades Administrativas
368030015	Agatha Alencar Teixeira	Agente em Atividades Administrativas
368010648	Alana Bruna Gomes Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368002452	Alany Gomes Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368004542	Alecsandro Queiroz França	Agente em Atividades Administrativas
368009281	Alessandra De Souza Bastos De Andrade	Agente em Atividades Administrativas
368041023	Alex Santos Sousa	Agente em Atividades Administrativas
368018023	Alexander Costa Martins	Agente em Atividades Administrativas
368000066	Alexandre Fuzo De Santana	Agente em Atividades Administrativas
368036511	Alexandre Pereira Moreira Junior	Agente em Atividades Administrativas
368006797	Alice Nereide Santana De Araújo	Agente em Atividades Administrativas
368008467	Aline Nunes De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368009446	Amanda Nogueira Oliveira De Moraes	Agente em Atividades Administrativas
368002891	Ana Claudia Oliveira Da Cruz	Agente em Atividades Administrativas
368009349	Ana Paula Bastos Souto Nunes Duarte	Agente em Atividades Administrativas
368019741	Ana Paula França Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368039123	Ana Paula Pereira Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368019041	Ananda Mara De Sousa Pedroso	Agente em Atividades Administrativas
368035835	Anderson Duarte Vilhena	Agente em Atividades Administrativas
368031068	Anderson Mar De Oliveira Cristo	Agente em Atividades Administrativas
368034030	Andre Adonay Nunes De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368022101	Andre Carlos Pinto Campos	Agente em Atividades Administrativas
368052990	Andre Felipe Do Nascimento Ferreira	Agente em Atividades Administrativas
368016003	Andréia Kreitlow	Agente em Atividades Administrativas

368006495	Andressa Vieira De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368008625	Anne Beatriz Barroso Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368025286	Anne Lopes	Agente em Atividades Administrativas
368000131	Antônio Marcelo De Sousa Vieira	Agente em Atividades Administrativas
368009421	Apolo Marco Aguiar Melo	Agente em Atividades Administrativas
368036304	Aquila Souza Melo	Agente em Atividades Administrativas
368001278	Ariane Rosas Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368024254	Armando Junior Bezerra Correia Lins	Agente em Atividades Administrativas
368022242	Arthur De Figueiredo Sales	Agente em Atividades Administrativas
368024884	Arthur Dos Santos Freitag	Agente em Atividades Administrativas
368023828	Atilaine De Lima Bezerra	Agente em Atividades Administrativas
368029972	Ayke Kauã Silva De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368001412	Bárbara Rosa Nazareth	Agente em Atividades Administrativas
368000667	Bárbara Teixeira De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368025752	Beatriz De Araújo Vaz	Agente em Atividades Administrativas
368006452	Beatriz Gomes De Sousa	Agente em Atividades Administrativas
368049066	Beatriz Pereira De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368049924	Brendo Fernando Pimentel Amaral	Agente em Atividades Administrativas
368033998	Bruna Laisa Javarini Alves	Agente em Atividades Administrativas
368022972	Bruna Najayra Flores Gonçalves	Agente em Atividades Administrativas
368040842	Bruna Nunes Galdino	Agente em Atividades Administrativas
368001620	Bryan Andrade Amorim	Agente em Atividades Administrativas
368034389	Caetano Carriel De Almeida	Agente em Atividades Administrativas
368031927	Cahio Sherighan Benjamin Lima	Agente em Atividades Administrativas
368050236	Caio Vinícius Ramalho Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368024167	Camile Vitoria Do Nascimento Ramos	Agente em Atividades Administrativas
368047815	Carine Ferreira Vieira	Agente em Atividades Administrativas
368032488	Carlos Eduardo Da Silva Brasil	Agente em Atividades Administrativas
368022343	Carlos Eduardo Souza Pimentel	Agente em Atividades Administrativas
368036846	Carlos Henrique Cardoso Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368020416	Carlos Luiz De Queiroz	Agente em Atividades Administrativas
368038393	Carlos Roberto Pisolitto Junior	Agente em Atividades Administrativas
368018998	Carolina Barbosa Egert	Agente em Atividades Administrativas
368013671	Charles Vinícius Oliveira Aguiar	Agente em Atividades Administrativas
368024056	Chrisley Caroline Ferreira Fontes	Agente em Atividades Administrativas
368022287	Clarice Da Silva Alves De Godoy	Agente em Atividades Administrativas
368021259	Claudia Correia Justin	Agente em Atividades Administrativas
368050592	Claudinéia Pereira Fuzari	Agente em Atividades Administrativas
368018257	Cleber Santos De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368042883	Cleide De Souza Luiz	Agente em Atividades Administrativas
368033091	Cleuzenir Ribeiro De Araújo Freitas	Agente em Atividades Administrativas
368004693	Cliverton Denis Estevo Barros	Agente em Atividades Administrativas
368008870	Cristian Willen De Oliveira Ribeiro	Agente em Atividades Administrativas
368024454	Cristiane Almeida Fernandes	Agente em Atividades Administrativas
368036825	Daiana De Andrade Costa	Agente em Atividades Administrativas
368039917	Daiane Bispo De Lima	Agente em Atividades Administrativas
368050449	Daiany Kelly Braga De Castro	Agente em Atividades Administrativas
368021667	Daniela Barbosa Dias	Agente em Atividades Administrativas

368002704	Daniela Cristina Augusta Silva Ferreira	Agente em Atividades Administrativas
368025590	Daniele Braga De Araújo	Agente em Atividades Administrativas
368006704	Daniele Dias De Paula	Agente em Atividades Administrativas
368037182	Daniele Fonseca Aguiar	Agente em Atividades Administrativas
368039472	Darliane Ferreira Cao Chaves	Agente em Atividades Administrativas
368051909	Dayane Mendes Sabadini Silva	Agente em Atividades Administrativas
368012696	Deidiane Pires De Carvalho	Agente em Atividades Administrativas
368003302	Deivid Barbosa De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368024931	Deivide Lopes Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368026488	Denis Gomes Do Nascimento	Agente em Atividades Administrativas
368001051	Denis Maycon Nunes Haach	Agente em Atividades Administrativas
368002248	Denise Ferreira Lima Gonçalves	Agente em Atividades Administrativas
368028476	Deusa Nascimento Alves	Agente em Atividades Administrativas
368002977	Diego Fabiano Padilha	Agente em Atividades Administrativas
368026110	Diolaine Miranda Nolasco	Agente em Atividades Administrativas
368002890	Dione Barros Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368004485	Domingos Jose De Menezes Junior	Agente em Atividades Administrativas
368007291	Dominique Oliveira Cavalcante	Agente em Atividades Administrativas
368029019	Duanne Gomes Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368009106	Edimarlis Paulino Siliverio De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368036573	Eduarda De Souza Mazzo	Agente em Atividades Administrativas
368038366	Eduardo Henrique Da Silva Conceição	Agente em Atividades Administrativas
368049459	Eduardo Souza De Lima	Agente em Atividades Administrativas
368024568	Elaine Locatelli Ferreira	Agente em Atividades Administrativas
368010167	Elen Cristina Moraes Dias Andrade	Agente em Atividades Administrativas
368003959	Eliane Alves Da Costa Silva	Agente em Atividades Administrativas
368045227	Elias Gomes Monteiro	Agente em Atividades Administrativas
368004761	Elielson Silva Muniz	Agente em Atividades Administrativas
368006844	Elisângela Ferreira De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368015525	Elissandro Nascimento De Castro	Agente em Atividades Administrativas
368040153	Emanuele Benvindo Xavier Favari	Agente em Atividades Administrativas
368010013	Emmily Barbosa Gonçalves	Agente em Atividades Administrativas
368033816	Enzo Oliveira Coelho	Agente em Atividades Administrativas
368017685	Érica Pinto Pinheiro	Agente em Atividades Administrativas
368007864	Erisnaldo Vieira Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368030434	Ermelino Alves De Araújo Neto	Agente em Atividades Administrativas
368026603	Ester Vitória Quimas	Agente em Atividades Administrativas
368008110	Eugenia Patricia Antunes Lima	Agente em Atividades Administrativas
368027580	Evandro Bernardo Da Silveira Munhoz	Agente em Atividades Administrativas
368050107	Evandro Da Silva Assis	Agente em Atividades Administrativas
368005356	Everson Silas De Andrade	Agente em Atividades Administrativas
368038693	Everton Dos Santos Ferreira	Agente em Atividades Administrativas
368033367	Everton Richarde Souza Nobre	Agente em Atividades Administrativas
368044878	Fabiana Marcia Cruz Pereira	Agente em Atividades Administrativas
368048193	Fabiola Rosa Costa	Agente em Atividades Administrativas
368021955	Felipe De Souza Dantas	Agente em Atividades Administrativas
368004788	Fernanda Ferreira Costa	Agente em Atividades Administrativas
368011773	Flavio De Lima Louro	Agente em Atividades Administrativas

368044365	Franciele Gomes De Melo Santana	Agente em Atividades Administrativas
368036347	Francimara Lopes Vieira Ferreira	Agente em Atividades Administrativas
368003074	Francisco Israel De Albuquerque	Agente em Atividades Administrativas
368000949	Francisco Kleber Saraiva Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368017956	Francisco Wellington Moreira De Sousa Junior	Agente em Atividades Administrativas
368042938	Francislene Da Silva Gonzaga	Agente em Atividades Administrativas
368039308	Gabriel Ferreira Pacífico	Agente em Atividades Administrativas
368038792	Gabriel Tavares Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368042518	Gabriela Silva De Almeida	Agente em Atividades Administrativas
368028146	Gabriele Da Cunha Pinheiro	Agente em Atividades Administrativas
368025173	Gabrielly Proença Fonseca	Agente em Atividades Administrativas
368018448	Gecielle Soares De Freitas Pereira	Agente em Atividades Administrativas
368032392	Geiza Francisca De Souza Kuhn	Agente em Atividades Administrativas
368040223	Genneson Pereira De Menezes	Agente em Atividades Administrativas
368022766	Gilberto Correa Florencio	Agente em Atividades Administrativas
368022534	Gilmar Dos Santos Borges	Agente em Atividades Administrativas
368011483	Gilvan Brandão Santos	Agente em Atividades Administrativas
368014048	Giovani Peter Egert	Agente em Atividades Administrativas
368021517	Gisele Santos De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368025210	Grace Kely Dos Santos Soares Sales	Agente em Atividades Administrativas
368016999	Greici Kelly Sobral	Agente em Atividades Administrativas
368038233	Guilherme Oliveira Coelho	Agente em Atividades Administrativas
368027503	Guilherme Rodrigues Carvalho	Agente em Atividades Administrativas
368025523	Gustavo Correia Balbino	Agente em Atividades Administrativas
368032937	Gustavo Pedra Ferreira	Agente em Atividades Administrativas
368017194	Helen Vilas Boas Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368003684	Heliton Da Silva Leonel	Agente em Atividades Administrativas
368040800	Henrique Eduardo Da Costa Soares	Agente em Atividades Administrativas
368013978	Henrique Paixão Machado	Agente em Atividades Administrativas
368047828	Hiago Da Cunha Silva	Agente em Atividades Administrativas
368044374	Hicimara Fonseca Damasceno	Agente em Atividades Administrativas
368023035	Hudson Alves Aguiar	Agente em Atividades Administrativas
368040965	Hudson Dos Santos Portela	Agente em Atividades Administrativas
368012082	Iago Enrico Aguiar Erasmo Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368049256	Iago Macedo Carneiro	Agente em Atividades Administrativas
368024718	Iely Priscila Amorim Ferreira	Agente em Atividades Administrativas
368032972	Inácio Loiola Da Silva Junior	Agente em Atividades Administrativas
368040537	Isabella Vettorazi Leite	Agente em Atividades Administrativas
368036633	Isaías Marques Cordeiro	Agente em Atividades Administrativas
368017536	Ismael Calixto Moreira	Agente em Atividades Administrativas
368019136	Istefânia Miranda Souza	Agente em Atividades Administrativas
368004867	Italo Damasceno Justino	Agente em Atividades Administrativas
368015777	Italo Junio De Aguiar Siqueira	Agente em Atividades Administrativas
368019354	Ivanilton Moraes Da Costa	Agente em Atividades Administrativas
368015180	Jackeline Soares De Sousa Marques	Agente em Atividades Administrativas
368010790	Janderson Nunes Gomes	Agente em Atividades Administrativas
368013266	Jardel Rodrigues De Araújo	Agente em Atividades Administrativas
368000753	Jeanne Gomes Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas

368027532	Jeferson Correia Lopes	Agente em Atividades Administrativas
368020024	Jeferson Mota Rodrigues	Agente em Atividades Administrativas
368027591	Jerrold Trevor França Scorgie	Agente em Atividades Administrativas
368022387	Jescinei Proença Garcia	Agente em Atividades Administrativas
368047966	Jéssica Laddaga Faleiro	Agente em Atividades Administrativas
368027561	Jéssica Lima Silvério Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368050344	Jéssica Taline Nascimento	Agente em Atividades Administrativas
368050333	Jheani Surdini Genegi	Agente em Atividades Administrativas
368006138	Jheiny Oliveira Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368001134	Jheysiele Ferreira Dantas	Agente em Atividades Administrativas
368012283	Jhonys Rikenr Machado	Agente em Atividades Administrativas
368005271	Joana Da Silva Soares	Agente em Atividades Administrativas
368039859	João Vithor De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368031744	João Vitor	Agente em Atividades Administrativas
368022772	João Vítor Sousa De Oliveira Rios	Agente em Atividades Administrativas
368011770	Jonas Caldas Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368035011	Jorge Andre Moreira Xavier	Agente em Atividades Administrativas
368036046	Jose Gonçalves Cardozo Filho	Agente em Atividades Administrativas
368033657	Jucilei Costa Dos Anjos	Agente em Atividades Administrativas
368001983	Julciano Martins Alves	Agente em Atividades Administrativas
368018203	Julia Alves Farias	Agente em Atividades Administrativas
368006185	Juliana Teixeira Cardoso Moura	Agente em Atividades Administrativas
368034276	Juscélia Pavim Lima	Agente em Atividades Administrativas
368028966	Kaio Felipe Rodrigues Simione	Agente em Atividades Administrativas
368001661	Karen Alves Dos Santos Queiroz	Agente em Atividades Administrativas
368015979	Karen Karoline Regis Cavalcante	Agente em Atividades Administrativas
368027334	Karoline Borak Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368021518	Katricia Barbosa Marinho Costa	Agente em Atividades Administrativas
368017684	Kauan Eduardo Candeira Alves	Agente em Atividades Administrativas
368030141	Kayran Rodrigues Corá	Agente em Atividades Administrativas
368002933	Keila Naara Rodriguez Coimbra De Carvalho	Agente em Atividades Administrativas
368022080	Kelen Nascimento Santos	Agente em Atividades Administrativas
368020573	Kezia Vitoria Pires Vailant	Agente em Atividades Administrativas
368005858	Laís De Oliveira Duarte	Agente em Atividades Administrativas
368051672	Laís Vitória Vieira Rodrigues Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368001924	Laíza Samires Rosa Macêdo	Agente em Atividades Administrativas
368000340	Larissa Gabrielle De Araujo Freire Costa	Agente em Atividades Administrativas
368003778	Laura Beatriz Silva De Carli	Agente em Atividades Administrativas
368027854	Leandro Alves Dos Anjos	Agente em Atividades Administrativas
368008928	Leidiane Alves Martins	Agente em Atividades Administrativas
368006127	Leilane De Oliveira Guerra	Agente em Atividades Administrativas
368014805	Leonio De Souza Rodrigues	Agente em Atividades Administrativas
368053679	Letícia Campos Da Luz	Agente em Atividades Administrativas
368023736	Letícia Lopes Coronel	Agente em Atividades Administrativas
368035582	Letícia Rocha Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368005366	Leticia Rodrigues Bernardino	Agente em Atividades Administrativas
368025706	Lidiane Machado Sales Silva	Agente em Atividades Administrativas
368042550	Lizete De Oliveira Lima	Agente em Atividades Administrativas

368024027	Lohana Whilany Laborda De Castro	Agente em Atividades Administrativas
368014413	Luana Dos Anjos Silva	Agente em Atividades Administrativas
368039797	Lucas Coutinho Araújo	Agente em Atividades Administrativas
368008231	Lucas Lopes Tomaz	Agente em Atividades Administrativas
368045090	Lucas Maciel Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368000055	Luciana Alonco De Queiroz	Agente em Atividades Administrativas
368028277	Luciano Aparício De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368021879	Luiz Antônio De Oliveira Matias	Agente em Atividades Administrativas
368034704	Luíza Flávia Mourão De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368032688	Magno Luiz Alves	Agente em Atividades Administrativas
368044062	Maiara Fonseca Damaceno	Agente em Atividades Administrativas
368044643	Maiara Regilene Queiroz Dos Santos Roriz	Agente em Atividades Administrativas
368020044	Maico Johnata Oliveira Silva	Agente em Atividades Administrativas
368027674	Malvirete Vieira De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368038809	Marcela Carla Silva Maciel Alves	Agente em Atividades Administrativas
368010091	Marcia Lemos Struthos Fialho	Agente em Atividades Administrativas
368009928	Marcia Soares Medeiros	Agente em Atividades Administrativas
368047481	Marcilene Ramos Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368028227	Marcos Matos Teixeira	Agente em Atividades Administrativas
368033860	Marcos Vinícius Carvalho Raposo	Agente em Atividades Administrativas
368024830	Maria Aparecida Pereira Cruz	Agente em Atividades Administrativas
368044587	Maria Da Conceição Santos	Agente em Atividades Administrativas
368038970	Maria Eduarda De Almeida Pontes	Agente em Atividades Administrativas
368038631	Maria Mychellyne Cristina De Sousa Ayres	Agente em Atividades Administrativas
368037874	Marilene Marqueza De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368006432	Marinalva Aleixo Guimaraes Abreu	Agente em Atividades Administrativas
368030821	Marlon Farias Lopes	Agente em Atividades Administrativas
368051060	Marlucia Goes De Jesus	Agente em Atividades Administrativas
368009274	Mateus Leal De Melo	Agente em Atividades Administrativas
368017725	Matheus Amorim Shockness	Agente em Atividades Administrativas
368051232	Matheus Felipe Martins Gelpke	Agente em Atividades Administrativas
368022233	Maycon Dos Santos Lima	Agente em Atividades Administrativas
368024154	Meiriane Sousa Duarte	Agente em Atividades Administrativas
368021280	Micheli Da Silva Machovski Pereira	Agente em Atividades Administrativas
368016418	Milena Oliveira De Sousa	Agente em Atividades Administrativas
368042048	Miria Santos De Oliveira Barbosa	Agente em Atividades Administrativas
368007429	Mônica Luana Feitosa Peixoto	Agente em Atividades Administrativas
368026876	Monica Suelem Rocha Pego Machado	Agente em Atividades Administrativas
368047783	Nara Macêdo Ampuero	Agente em Atividades Administrativas
368017096	Natanael Da Silva Braga	Agente em Atividades Administrativas
368002715	Neide Rayane Procopio Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368043000	Neyde Rossmann Breger	Agente em Atividades Administrativas
368044089	Nícolas Oliveira Campos	Agente em Atividades Administrativas
368030998	Nilceia Padilha De Lima Fogaça	Agente em Atividades Administrativas
368040378	Noemi Barbosa Aragão	Agente em Atividades Administrativas
368053511	Norma Lilian Gonçalves Costa	Agente em Atividades Administrativas
368033896	Pablo Gomes De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas

368015911	Paloma Vitória Barbosa Benarrosh	Agente em Atividades Administrativas
368011642	Pâmela Da Silva Lopes	Agente em Atividades Administrativas
368041576	Patrícia Dos Santos Matos Neres	Agente em Atividades Administrativas
368035656	Patricia Padial Kley	Agente em Atividades Administrativas
368025243	Paula Priscila Alves Monteiro	Agente em Atividades Administrativas
368052222	Paula Thays Dos Santos Araújo	Agente em Atividades Administrativas
368019912	Paulo Henrique Lora Gomes Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368013003	Paulo Maykel Da Silva Moreira	Agente em Atividades Administrativas
368023864	Paulo Vinicius Franchin	Agente em Atividades Administrativas
368031711	Pedro Henrique Rodrigues Pacheco	Agente em Atividades Administrativas
368022953	Perciliana Cruz Silva	Agente em Atividades Administrativas
368029516	Priscila Passos De Carvalho Barbosa	Agente em Atividades Administrativas
368025250	Quelem Beatriz Rodrigues Pinto	Agente em Atividades Administrativas
368039688	Quérfone Tainara Limeira De Sá	Agente em Atividades Administrativas
368032174	Rafael Soares Fernandes Vieira	Agente em Atividades Administrativas
368007523	Raicon Neri Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368034886	Ramon Vieira De Andrade	Agente em Atividades Administrativas
368009954	Raniely Cristina Brito Castelo	Agente em Atividades Administrativas
368041473	Raquel Pereira Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368039260	Raquel Ramos Sobreira	Agente em Atividades Administrativas
368015274	Raul Henrique Pereira Sousa	Agente em Atividades Administrativas
368005402	Raurilane Oliveira De Assis Rodrigues	Agente em Atividades Administrativas
368040972	Regeany Da Silva Gomes Lemos	Agente em Atividades Administrativas
368015856	Renan Capeletto De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368002284	Renan Damazio Pereira De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368043777	Renata Pereira Pedrassani	Agente em Atividades Administrativas
368047051	Rian Lima Silva	Agente em Atividades Administrativas
368008915	Rita Priscila Gonçalves Carneiro	Agente em Atividades Administrativas
368031928	Roberto Rodrigues Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368008741	Robson Pinheiro De Oliveira	Agente em Atividades Administrativas
368048369	Rosana Claudia Fernandes Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368037840	Rosangela Marques Barreto	Agente em Atividades Administrativas
368010181	Ryan Barros De Moraes	Agente em Atividades Administrativas
368036319	Sabrina De Araujo Anteres Barreto	Agente em Atividades Administrativas
368012421	Sara De Souza Barbosa	Agente em Atividades Administrativas
368004172	Saulo Freires Lima	Agente em Atividades Administrativas
368050902	Sávio Pessoa Frazão	Agente em Atividades Administrativas
368028839	Sebastiao Junior Santos Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368012842	Sérgio Alves Barros	Agente em Atividades Administrativas
368012990	Shara Gomes Rogerio De Carvalho Aguiar	Agente em Atividades Administrativas
368001750	Shirley Mesquita De Moura Silva	Agente em Atividades Administrativas
368024320	Simone Felix Silva Bueno	Agente em Atividades Administrativas
368021365	Simone Franco De Araujo	Agente em Atividades Administrativas
368045904	Solange Magalhaes Pereira	Agente em Atividades Administrativas
368041491	Sonia Dos Santos Pupim	Agente em Atividades Administrativas
368019574	Soraia Martins De Andrade	Agente em Atividades Administrativas
368031159	Stefany Santos	Agente em Atividades Administrativas
368014671	Suellen Maria Souza De Andrade	Agente em Atividades Administrativas

368007474	Suellen Rios	Agente em Atividades Administrativas
368007327	Talita Dos Santos Kerr	Agente em Atividades Administrativas
368019582	Thaiane Evelin Pimentel Sales De Lima	Agente em Atividades Administrativas
368019285	Thalya Abreu Alves	Agente em Atividades Administrativas
368021910	Thauani Souza Santos	Agente em Atividades Administrativas
368043977	Thiago Gutierrez Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368029204	Thiago Henrique Araujo De Freitas	Agente em Atividades Administrativas
368022005	Thiago Monteiro Da Silva Gil	Agente em Atividades Administrativas
368002791	Thiago Silva Tamburini	Agente em Atividades Administrativas
368008638	Tiago Da Silva Rocha	Agente em Atividades Administrativas
368031628	Uíliam Henrique Maia De Andrade	Agente em Atividades Administrativas
368004690	Valdirleia Barbosa Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368039980	Valéria Viana Torres	Agente em Atividades Administrativas
368036549	Valmira Cordeiro Passos	Agente em Atividades Administrativas
368028436	Vanessa Cristielli De Souza Schmitz	Agente em Atividades Administrativas
368000435	Vanessa Lopes Da Silva	Agente em Atividades Administrativas
368023894	Vanessa Xavier Dos Santos	Agente em Atividades Administrativas
368007912	Vinícius Ferreira Purcino	Agente em Atividades Administrativas
368050537	Vitor Pacifico Passarinho Rocha	Agente em Atividades Administrativas
368029393	Vitoria Ferreira Soares	Agente em Atividades Administrativas
368012874	Vitória Tomaz Azevêdo Gambarra	Agente em Atividades Administrativas
368051840	Wanilza Pereira De Souza	Agente em Atividades Administrativas
368015870	Wellington Aparecido De Sousa	Agente em Atividades Administrativas
368041130	Weverton Ribeiro Maia	Agente em Atividades Administrativas
368009752	Yagho Pereira Cavalcante	Agente em Atividades Administrativas
368004166	Yasmim Oliveira De Goes Borges	Agente em Atividades Administrativas
368010427	Zenilda Moreira Do Carmo	Agente em Atividades Administrativas
368016773	Adeilson Pereira	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368033959	Alan Dantas Cavalcante	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368010339	Alexia Suzana Silva De Assunção	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368044025	André Silva De Carvalho	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368033994	Bruna Laisa Javarini Alves	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368004675	Cliverton Denis Estevo Barros	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368000999	Denis Maycon Nunes Haach	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368011970	Jakeline De Paula Duarte	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368036496	Juliana Pereira Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368023735	Letícia Lopes Coronel	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368008962	Michele Strey Frederico	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368002634	Neide Rayane Procopio Dos Santos	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368004884	Pablo Henrique De Souza Neres	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368024098	Sebastiao Jose Araujo De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368001093	Taiane Lozada Montano	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368038632	Thales Alan Sátimo Jurello	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368005016	Valdirleia Barbosa Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Administração
368009747	Nilson Tadeu Isola Lago Junior	Analista em Desenvolvimento Social: Antropologia
368046637	Ane Caroline Esteves De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Arquitetura
368023395	Denis Lopes De Brito	Analista em Desenvolvimento Social: Arquitetura
368016165	Franciane Macauache Tavares Trindade	Analista em Desenvolvimento Social: Arquitetura

368050787	Nathalia Helena Kmniecik	Analista em Desenvolvimento Social: Arquitetura
368024535	Samara Neta Alves	Analista em Desenvolvimento Social: Arquitetura
368016522	Amanda Barros Prestes Soares	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368002621	Anderson Lima Dos Santos	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368051645	Creuza Teixeira De Souza Ribeiro Vaz	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368012291	Euclides Nascimento Moraes	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368005625	Levi Mendes De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368002888	Luana Silva Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368016506	Luiz Felipe Santos Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368008112	Marcelo Rodrigues Fagundes	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368000379	Marcos Lira Sobrinho Ribeiro Fraga	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368024775	Mateus Gomes Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368008857	Natanael Do Carmo Mendes	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368027536	Poliana Simao Pereira Vaz De Souza	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Contábeis
368035677	Andreia Menezes Ferreira	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Sociais
368001131	Francisco Kleber Saraiva Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Ciências Sociais
368004653	Amabile Geovana Casarin	Analista em Desenvolvimento Social: Comunicação Social
368041036	Geciane Lima Martins	Analista em Desenvolvimento Social: Comunicação Social
368030354	Stanismar De Sena Brito	Analista em Desenvolvimento Social: Comunicação Social
368006787	Alice Nereide Santana De Araújo	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368028719	Angelica Alexandre De Araújo	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368028815	Antônio Ítalo Hardman Vasconcelos Almeida	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368001367	Bárbara Rosa Nazareth	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368003751	Bruno Fernando Santos Kasper	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368031758	Cahio Sherighan Benjamin Lima	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368017399	Carlos Henrique De Melo Wronski	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368029423	Caroline Da Rocha Vasconcelos	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368007421	Cassiana Vargas	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368039483	Darliane Ferreira Cao Chaves	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368011738	Edna Camila Santos E Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368037956	Elizabeth Freire Do Nascimento	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368025976	Heber Vitor Silva Bezerra	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368040810	Henrique Eduardo Da Costa Soares	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368029629	Jorge Andre Moreira Xavier	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368039556	Juan Irineu Silva Belline Kasprovicz	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368024244	Kessys Jhony Mateus De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368001388	Leonam Ricardo Vasques Lopes	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368005418	Leticia Rodrigues Bernardino	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368026007	Lorrana De Lima Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368052108	Maiara Regilene Queiroz Dos Santos Roriz	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368042272	Raphael Pereira Soteli	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368007914	Regiane Estefanny Castilho	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368016819	Sarah Alves Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368004018	Saulo Freires Lima	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368019690	Sirleni Paixão Santana	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368052622	Vivian Sarah Cruz Macedo Machado	Analista em Desenvolvimento Social: Direito
368000063	Adonai Da Silva Frota	Analista em Desenvolvimento Social: Economia

368027877	Gustavo Diniz Zetolis	Analista em Desenvolvimento Social: Economia
368025451	Jaqueline Lima Soares	Analista em Desenvolvimento Social: Economia
368008313	Leandro Do Vale Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Economia
368029831	Moisés Lobo D Almada Alves Pereira	Analista em Desenvolvimento Social: Economia
368028687	Alderlene Da Costa Cunha	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368004296	Ana Carolina Albuquerque Mariano Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368019722	Ana Luiza Rezende Correia Wanderley	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368044261	Ana Paula De Souza Dantas	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368027754	Claudia Alessandra Oliveira Da Cruz Branco	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368009651	Daniela Da Silva Pereira	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368030412	Edileusa Rodrigues Almeida Baptista	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368033658	Eloíza Rodrigues Ramiro	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368026003	Jarina Paloma Ferreira Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368004069	Letícia Pereira De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368014078	Maria Eduarda Castro D Santos	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368027165	Matheus Cesar Souza Crevelaro	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368005550	Rebeca Lopes Shockness	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368023990	Rejane Burlandi De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368011070	Rita De Cássia De Brito Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368008609	Robert Santana Fernandes	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368036900	Shairlon Luca Dos Santos	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368004745	Talita Costa De Lima	Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem
368001011	Anderson Batista De Carvalho	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368001335	Anneva Kaninka Kuipers Rodrigues	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368029326	Gilvan Santos De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368026667	Hyara Maria Oliveira Verderio	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368053435	Karina De Paula Roza	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368037192	Leandro Rodrigo Momente	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368038210	Matheus Milani Chagas	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368000410	Rafael Do Nascimento Meireles	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368000032	Rafael Teixeira Berno	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368022213	William Fernandes Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil
368004469	Maria Aparecida Fritz De Alencar	Analista em Desenvolvimento Social: Estatística
368000508	Aline Do Nascimento	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368033815	Amanda Santos Gomes	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368034148	Beatriz Emanuelle Santana Da Luz	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368025714	Carlos Alisson Custodio Marinho	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368026642	Clediane Molina De Sales	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368009836	Daniele Marcondes Miranda Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368006800	Dayane Cristina Pinto Neves	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368021475	Dyennifer Marques Da Silva Almeida	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368052632	Ellen Neves Paulo Feitoza	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368031484	Graziane Kathelin Bortoluzzi	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368025939	Maycon Pelosato Duarte	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368025776	Maysa Maria Da Silva Pinto	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368019571	Natália Mendes Gomes	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368039728	Renata Kelen De Jesus Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia

368036937	Samantha De Freitas Campos	Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia
368003797	Ana Claudia Reis Antonio De Matos	Analista em Desenvolvimento Social: Fonoaudiologia
368005594	Elaine Cristina Lima Ferreira	Analista em Desenvolvimento Social: Fonoaudiologia
368019801	Flávia Peres De Lima	Analista em Desenvolvimento Social: Fonoaudiologia
368022466	Lathara Ariel Alves Pereira	Analista em Desenvolvimento Social: Fonoaudiologia
368038049	Roberta Afonso Cunha	Analista em Desenvolvimento Social: Fonoaudiologia
368017986	Ana Carla Barreto Pereira Quadros	Analista em Desenvolvimento Social: Letras Português
368049719	Glennes Gabriel Benarrosh Pontes	Analista em Desenvolvimento Social: Letras Português
368011073	Ivonete Nink Soares	Analista em Desenvolvimento Social: Letras Português
368037954	Luana Patrícia De Mattos Leite	Analista em Desenvolvimento Social: Letras Português
368045355	Vinicius De Moraes Pires	Analista em Desenvolvimento Social: Letras Português
368012916	Alinne Bodenstein	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368003595	Carla Daniele De Moraes Brito	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368018467	Fernanda Martins De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368000546	Jamile Nara Sadeck Cardoso	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368041253	Julia Souza Amaral	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368000914	Marcelo Fernandes De Souza	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368006829	Milca Beleza Pinho	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368039510	Natana Mendes Mendonca	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368037484	Silmara Ferreira Benarrosh Lucena	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368002055	Suziane Casemiro Da Silva Pedrosa	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368034062	Talita Úrsula Silva Dos Santos	Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição
368024856	Adenisia Ferreira Da Rocha Rosa	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368030601	Alessandra Jacob Barbosa	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368023125	Clarina Da Silva Cardoso	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368042079	Daiany Kelly Braga De Castro	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368051830	Edilaine De Macêdo Paulo	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368019166	Eliane Souza Lima	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368004136	Elizete Gama Nascimento De Almeida	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368001826	Ely Mendes Moraes	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368022637	Gilberto Correa Florencio	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368015065	Jacqueline Graziela Ferreira Dantas	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368015120	Jair Lopes Cavalcante	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368013030	Jeniffer Rosa Vieira	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368032997	Karine Dos Santos Silva Fernandes	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368019331	Karlen Sabrina Lima E Lima	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368040815	Lucas Gomes De Andrade	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368037474	Luciana Ribeiro Tiburtino Aguiar	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368003439	Luigi De Oliveira Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368040868	Maria Clécia Rodrigues Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368033690	Maria Do Carmo Cangati Carvalho	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368042033	Miria Santos De Oliveira Barbosa	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368046289	Oscar De Oliveira Porto	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368031837	Patricia Siqueira Da Silva Coutinho	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368004843	Pedro Rocha De Lima	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368008605	Sandy Marques De Pina Galvão	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368004217	Valdinei Backes Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia
368024867	Andressa Ferreira Mesquita De Paula	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia

368047745	Andressa Hélen Dos Santos Souza	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368010165	Carlos Gester Valiatti Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368002883	Felipe José Pinto Teixeira	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368010677	Fernanda Karina Uchôa Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368037331	Flavia Camila Catarina Ferreira	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368035507	Ivone Alves Da Mota	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368000207	Luciana Do Amaral Tomaz	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368036057	Naára Balbino Guimarães	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368033190	Patricia Cavalcante Pessoa Avila Marques	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368037750	Paula Raquel Pitaro	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368012364	Priscila Umbeline De Souza Neves	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368011517	Rafael Camargo Zandonadi	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368015701	Raiane Legora Bozi	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368005040	Simone Dos Santos Andrade	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368034009	Sulamita Neres De Souza	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368029628	Tatiane De Magalhães Bento	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368035417	Thabata Milane Santos Rodrigues	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368004970	Valquiria De Oliveira Alves	Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia
368013017	Afonso Rodrigues Souza Sá	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368014705	Anna Kezya De Araújo Martins	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368030771	Carlos Henrique De Sousa Sant Anna	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368014886	Clebson Carlos De Oliveira	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368033620	Daniele Cristina Rio De Oliveira Freitas	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368018597	Denise Maria Da Silva	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368000282	Diana Souza Dos Santos	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368023303	Edilaine Gusmão Marculino	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368029824	Fabício Cunha Celante	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368027755	Leila Cândido Dos Reis	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368010532	Leonardo Aguiar Merlin	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368013925	Maria Das Dores De Castro	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368007510	Mônica Marina Custódio De Lima	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368026756	Rosimary Silva De Carvalho	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368008364	Shirlene Moreira De Araujo	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368009969	Talita Bispo De Albuquerque Manso	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368013675	Thalia Aparecida Moonteiro Milanez	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368000658	Valéria De Carvalho Menezes	Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social
368035437	Eloisa Gomes Ladeira	Analista em Desenvolvimento Social: Sociologia
368040077	Clara Inácia Dos Santos França	Analista em Desenvolvimento Social: Terapia Ocupacional
368030358	Edina Gonçalves Dos Santos	Analista em Desenvolvimento Social: Terapia Ocupacional
368000594	Wesley Ferreira Almeida	Analista em Desenvolvimento Social: Terapia Ocupacional
368038037	Abílio Fernando Dias Rodrigues	Motorista
368001169	Adriano Valdivino Correia	Motorista
368037431	Afonso Saturnino Teixeira Neto	Motorista
368034539	Alan Acácios Barata	Motorista
368044141	Alessandro Pereira Gomes	Motorista
368004642	Alisson Monteiro Da Silva	Motorista
368025568	Anderson Pereira Alvarenga	Motorista
368017896	Anderson Rebouças Campos	Motorista

368015196	Artur Barbosa Da Costa	Motorista
368018001	Breno Souza De Menezes	Motorista
368002335	Carlos Vanderlei Da Silva	Motorista
368040924	Cícero Anderson Fernandes Da Silva	Motorista
368008715	Claudi Vieira Diniz	Motorista
368043220	Cleber Alves Da Silva	Motorista
368052655	Daniel Alcibiades Possmoser Dos Santos	Motorista
368003538	Deivison Hurtado De Moraes	Motorista
368053267	Diego Candeira Gomes	Motorista
368004154	Diones Soares Andreoli	Motorista
368017804	Diones Vieira	Motorista
368004000	Edcarlos Patrício De Oliveira	Motorista
368040355	Edmar Domingos De Oliveira	Motorista
368037958	Edson Antunes De Paula	Motorista
368050012	Edson Lopes Reis	Motorista
368049676	Elton Da Silva Duarte	Motorista
368028460	Emerson Moreira Quiesa	Motorista
368010456	Felipe Mendes De Oliveira	Motorista
368011737	Filadelfo Lino Junior Santos	Motorista
368029700	Francisco Jose Bezerra Filho	Motorista
368010580	Gilvan Brandão Santos	Motorista
368043701	Hiago Da Cunha Silva	Motorista
368023038	Hudson Alves Aguiar	Motorista
368025051	Irisvaldo Lima Ritter	Motorista
368021485	Itelvo Barbosa De Paula	Motorista
368029769	Jailson Reis Da Silva	Motorista
368034767	Joab Da Cunha Araujo	Motorista
368046945	Joel Borges Jimenes	Motorista
368011786	Jonas Caldas Da Silva	Motorista
368039949	José Francisco Costa Da Cunha	Motorista
368050865	Leila Marcia Shreder Da Silva	Motorista
368036416	Levi Rodrigues Da Silva	Motorista
368032240	Lucas Farias Modesto	Motorista
368028514	Luiz Ricardo Oliveira Costa	Motorista
368034235	Marcos Paulo Lima Da Mota	Motorista
368010610	Mauro Sergio Gouvea	Motorista
368006662	Nilton Hugo Lourenço	Motorista
368020600	Paulo Breno Correia De Arújo	Motorista
368013188	Paulo Maykel Da Silva Moreira	Motorista
368000018	Rafael Teixeira Berno	Motorista
368008027	Renato Ramalho Vial	Motorista
368050313	Renderson Silva Neves	Motorista
368052218	Rodivan Avelino Araujo	Motorista
368016135	Roginaldo Alves Da Silva	Motorista
368000155	Ronis Aparecido Gomes	Motorista
368038739	Taino Tiago Mariano Cardoso Fernandes	Motorista
368004599	Thames Pedrosa Da Cruz	Motorista
368007885	Thiago Custódio Jorge	Motorista

368022469	Thiago Silva De Souza Pinheiro Virgulino	Motorista
368013959	Uilli Oliveira Dourado	Motorista
368022115	Vagner De Oliveira Braga	Motorista
368017680	Wellington Maximo Da Silva	Motorista
368023414	Wellinton De Pinho Alves	Motorista
368012704	Adriana Alves Da Silva	Técnico em Enfermagem
368013161	Adriana De Cassia Da Silva Belo	Técnico em Enfermagem
368037666	Adriele Sorane Da Silva	Técnico em Enfermagem
368014179	Ana Caroline Oliveira Lima	Técnico em Enfermagem
368012442	Andressa Aline Simoes	Técnico em Enfermagem
368025864	Angela Cambito	Técnico em Enfermagem
368018377	Ani Carolayne Reis Nascimento Roque	Técnico em Enfermagem
368034153	Beatriz Emanuelle Santana Da Luz	Técnico em Enfermagem
368020052	Bianca Gomes Prata	Técnico em Enfermagem
368041539	Bruna Caldas Bispo	Técnico em Enfermagem
368030735	Celina Aparecida Janeiro Da Costa	Técnico em Enfermagem
368035537	Christian Correia Barbosa	Técnico em Enfermagem
368002581	Cleice Luane Silveira De Carvalho Brandão	Técnico em Enfermagem
368036134	Cristina Braz Paulino	Técnico em Enfermagem
368037168	Darcir Carneiro Da Costa	Técnico em Enfermagem
368036594	Diana Muniz De Souza	Técnico em Enfermagem
368041693	Diemes Da Silva E Silva	Técnico em Enfermagem
368027066	Eliane Reduzino	Técnico em Enfermagem
368012229	Elis Giovana Schwantes	Técnico em Enfermagem
368018873	Eliton Vicente Dos Santos	Técnico em Enfermagem
368000088	Eslei Reculiano Macedo	Técnico em Enfermagem
368044659	Gabriel Cavalcante Gomes	Técnico em Enfermagem
368003427	Halindciene Mendes De Oliveira	Técnico em Enfermagem
368005186	Hérissan Melo Da Silva	Técnico em Enfermagem
368028262	Jandenilce De Castro Santos	Técnico em Enfermagem
368027739	Jéssica Sampaio Uchoa Lima	Técnico em Enfermagem
368014058	Joice Daiane Almeida Pontes	Técnico em Enfermagem
368037452	Jonas Livramento Maciel	Técnico em Enfermagem
368016516	Josielle Guirra Bandeira	Técnico em Enfermagem
368011111	Joyce Michele Monteiro Gomes	Técnico em Enfermagem
368002731	Juliana Diniz Soares	Técnico em Enfermagem
368037341	Leigh Ane Aguiar Santos	Técnico em Enfermagem
368037364	Luciana Pereira Lemos	Técnico em Enfermagem
368045187	Luciana Pires De Campos	Técnico em Enfermagem
368036948	Luis Americo Nogueira Dos Santos	Técnico em Enfermagem
368000329	Maria Juzelia Soares De Araujo	Técnico em Enfermagem
368032911	Mariliane Francisca Pinheiro Machado	Técnico em Enfermagem
368042821	Mayra Lima Ferrari Kosanke	Técnico em Enfermagem
368007755	Melca Isabel De Souza Martins Inocêncio	Técnico em Enfermagem
368022573	Natasha Caroline Rabelo Nascimento	Técnico em Enfermagem
368036165	Nayara Faria Dos Santos Silvestre	Técnico em Enfermagem
368042459	Noemy Freire Anastacio	Técnico em Enfermagem

368001055	Poliana De Souza Gonçalves	Técnico em Enfermagem
368030838	Raimundo Cleudo Passos Do Nascimento	Técnico em Enfermagem
368034807	Sabrina Victória Moraes Alves	Técnico em Enfermagem
368034865	Selma De Araujo Da Silva	Técnico em Enfermagem
368001553	Silvana Da Silva Almeida	Técnico em Enfermagem
368004392	Silvia Hardt	Técnico em Enfermagem
368015354	Susane Azevedo Vieira	Técnico em Enfermagem
368019238	Talyria Amud Martinez	Técnico em Enfermagem
368050257	Wesley Bruno	Técnico em Enfermagem
368043372	Alexandre Vinnícius Moraes Silva	Técnico em Informática
368004505	Ashley Santos Medeiros	Técnico em Informática
368012029	Claudemar De Lima Raposo	Técnico em Informática
368001636	Cleom Rayckard Marques De Almeida	Técnico em Informática
368002981	Diego Da Costa Gehring	Técnico em Informática
368007990	Edinho Soares Paiva	Técnico em Informática
368005388	Eduardo Teixeira De Souza Moura	Técnico em Informática
368044497	Enderson Frazão Barreto	Técnico em Informática
368019323	Euripedes Da Silva Santos	Técnico em Informática
368031722	Felipe Bertoldo Bento	Técnico em Informática
368033395	Felipe Fontenele Sampaio	Técnico em Informática
368026351	Fernanda Coelho Nunes	Técnico em Informática
368029525	Humberto Gondim Barbosa Neto Passos	Técnico em Informática
368040473	Kayo Da Silva Cavilia	Técnico em Informática
368008656	Kele Marques Cuevo	Técnico em Informática
368004948	Liberalina Silva De Oliveira Vale	Técnico em Informática
368000247	Lucas Da Silva Cosma	Técnico em Informática
368037702	Lucas Frederico Rodrigues	Técnico em Informática
368010880	Manoel De Jesus Moreira De Aguiar	Técnico em Informática
368018003	Mauricio Da Silva Matos	Técnico em Informática
368011283	Naila Santana De Araujo	Técnico em Informática
368027730	Paulo Henryque Almeida Sarmento	Técnico em Informática
368044043	Rodrigo De Souza Mello	Técnico em Informática
368003304	Stalin Liberato Freire Bessa	Técnico em Informática

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente em Atividades Administrativas

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	6	10	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Levando em consideração o contexto em que se encontra empregada, a palavra “burro” significa: pessoa com pouca inteligência; analfabeto; estúpido; bronco; ignorante; inepto. As demais palavras apresentadas para análise são contrárias e incoerentes, comprometendo, assim, o entendimento da informação.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	10	7	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando as ideias evidenciadas ao longo do texto, percebe-se que o articulista considera, sobre o tema “inovações tecnológicas”: ele admite o valor; no entanto, não acompanha a celeridade com que elas ocorrem. Tal fato pode ser claramente comprovado através dos trechos textuais: “Sou da geração que está com 60 anos. É quase impossível acompanhar o mundo” (1º§); “Também aposto, e isso já é uma certeza, que surgirão inovações tecnológicas que não observarei. Gente, sou da época da máquina de escrever” (2º§); “Hoje, surge uma novidade por minuto. Mas eu sonho com um celular que faça e receba ligações, apenas isso. Um computador que sirva para criar e enviar textos, não mais” (2º§); “Entre minha dificuldade para acompanhar toda essa tecnologia e as surpresas que ela oferecerá, fica a última aposta” (4º§). Ressalta-se que o gabarito não poderia ser a opção de resposta E, “Considerando que é um fato natural, mas admite que as pessoas estão se tornando demasiadamente automáticas”, pois, para o articulista, as inovações tecnológicas não são um fato “natural”. Observa-se que ele afirma no 4º§ que “Tudo isso me assusta um pouco, afinal somos nós que decidiremos como usar a revolução tecnológica em larga escala”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	8	1	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Adjetivo é toda palavra que caracteriza o substantivo, indicando-lhe qualidade, defeito, estado, condição, etc. Exemplos: homem bom (qualidade), menina traquina (defeito), moça feliz (estado), família rica (condição). O adjetivo pode aparecer antes ou depois do substantivo. Exemplos: linda moça ou moça linda. São adjetivos as seguintes indicações: simples (caracteriza o substantivo “aparelhos”); doméstico (caracteriza o substantivo “robô”); grandes (caracteriza o substantivo “montadoras”); e, doentes (caracteriza o substantivo “pessoas”). Em “novidade por minuto”, a expressão “novidade” se trata de um substantivo, ou seja, a classe gramatical que dá nome a seres, coisas, espaços, sentimentos etc. O substantivo é assim chamado por dar significado a substâncias, sejam concretas e palpáveis, sejam apenas mentalmente apreendidas como substâncias, tais como nomes, qualidades, estados, processos, dentre outros.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	4	9	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas transcritas do texto apresentam formas verbais flexionadas no mesmo tempo, isto é, no presente do indicativo: “Brinco chamando de burrice, porque a questão é mais profunda”; “Não tenho saudades, o computador é mais prático”; “Mas o mundo caminha noutra direção – e isso não é uma aposta”; e, “Hoje, surge uma novidade por minuto”. A única citação textual na qual a forma verbal está flexionada em tempo diverso, isto é, pretérito perfeito do indicativo e respectivamente futuro do presente do indicativo é: “Já me conformej, nunca mais escreverei de maneira tão perfeita quanto antes”.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	5	2	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o tema retratado, a única afirmativa que não se encaixa às ideias enfatizadas ao longo do texto é: “A sociedade consumista prioriza o ‘ter’ em detrimento do ‘ser’.”, já que não está sendo discutido sobre consumismo, gasto, despesa, consumação ou compra. Considerando que o foco narrativo é o elemento presente nos textos narrativos, responsável por esclarecer ao leitor o ponto de vista utilizado na narrativa, conclui-se, que o texto evidencia sobre a evolução tecnológica.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	2	4	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “precursor” significa: que vai à frente e precede; antecessor; iniciador; pioneiro; vanguardista. As demais opções de respostas são inadequadas, contrárias ao sentido textual, comprometendo, assim, o entendimento da afirmativa.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	1	6	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A conjunção é uma palavra invariável que liga orações ou palavras da mesma oração. As conjunções subordinativas proporcionais são as conjunções que expressam a simultaneidade e a proporcionalidade da evolução dos fatos contidos na oração subordinada com relação aos fatos da oração principal. As conjunções

subordinativas proporcionais são: à proporção que, à medida que, quanto mais... (tanto) mais, quanto mais... (tanto) menos, quanto menos... (tanto) menos, quanto menos... (tanto) mais etc.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	3	5	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Denotação ou linguagem denotativa é a linguagem caracterizada pelo uso de palavras com sentido literal. É o tipo de linguagem comumente usado em mensagens objetivas e em discursos que visam à transmissão precisa de fatos, opiniões ou argumentos. A linguagem denotativa permeia alguns gêneros jornalísticos, materiais didáticos e científicos, manuais, entre outros materiais que exigem linguagem literal e objetiva. Conotação ou linguagem conotativa é a linguagem caracterizada pelo uso de palavras com sentido figurado, isto é, que vai além do sentido literal e dicionarizado e, portanto, é mais livre para múltiplas interpretações, porque pode transmitir diversas mensagens ao mesmo tempo ou até diferentes mensagens, dependendo da compreensão de quem acessa seu conteúdo. É o tipo de linguagem comumente usado em mensagens subjetivas e enfáticas, em expressões poéticas, líricas ou que busquem estimular o interlocutor de alguma forma. Encontra-se no sentido conotativo a afirmativa textual: “Mas tudo faz tanta coisa, que já não sei como me virar”. Considera-se, portanto, que a expressão “se virar” é o mesmo que arrumar um jeito de fazer alguma coisa, apesar de qualquer dificuldade. É conseguir resolver algo, mesmo sem ter as ferramentas ou condições necessárias para isso. Em seu sentido literal, “virar” significa: girar; mover; rodar; torcer; vultear; redirecionar; mudar de opinião.

Conteúdo Programático: Conotação e denotação.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Confirma-se que as afirmativas I, II, III e IV estão corretas, considerando as exportações de alimentos em Rondônia. O principal parceiro comercial de Rondônia é a China. Durante o mês de janeiro a outubro do ano de 2022, o país de 1,4 bilhão de habitantes importou mais de US\$ 333 milhões de dólares em diversos produtos; dentre os principais estão as carnes bovinas, sementes, minérios e algodão. Seguindo da China, a Espanha também é um importante parceiro de comércio rondoniense, com US\$ 175 milhões em importações acumuladas durante o ano de 2022. Para a Espanha, exportam-se sementes e frutos oleaginosos, cereais, estanho e minérios diversos. Trabalhando para fortalecer os laços comerciais e diplomáticos, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – Sedec recebeu uma comitiva espanhola para apresentar as cadeias produtivas rondonienses durante o mês de abril, trabalho que reflete diretamente no aumento das exportações o Brasil. A exploração de madeira e borracha são as principais atividades do extrativismo vegetal no estado. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o estado de Rondônia é o terceiro estado que mais desmata no país, causando vários problemas ambientais. O principal mineral explorado em Rondônia é a cassiterita. A jazida de cassiterita do município de Ariquemes é considerada uma das maiores do mundo. Mesmo com a pandemia do coronavírus (Covid-19), as exportações em Rondônia mantiveram-se estáveis, se comparado com os resultados de 2019. Atualmente, a carne bovina, a soja, a madeira, o ouro e o estanho são os principais produtos de exportação no Estado. Conforme mostram os dados apurados pela equipe de Agrodados da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), as principais exportações de Rondônia em 2020 foram: carne bovina fresca, refrigerada ou congelada

(\$624 milhões), soja (\$421 milhões), madeira (\$48,3 milhões), carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (\$30,9 milhões), matérias brutas de animais (\$28,9 milhões), produtos de indústria de transformação (\$28,2 milhões) e estanho (\$13,4 milhões). No entanto, quando falamos sobre os principais estados brasileiros que fazem parte do processo de exportação do ouro, Minas Gerais é o maior polo exportador do produto.

Fontes:

- Portal do Governo do Estado de Rondônia. SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.
- Portal do Governo do Estado de Rondônia. SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	15	14	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que a afirmativa B está correta, pois “o aumento populacional do Estado deve-se, principalmente, ao fluxo migratório com destino à Rondônia. O primeiro grande movimento migratório ocorreu por volta de 1877, com os nordestinos, em virtude da grande seca. Nos anos seguintes, a busca por oportunidades de trabalho atraiu muitas pessoas para a região. Só na década de 1970, chegaram ao estado 285 mil migrantes”. A única afirmativa incorreta é a E, pois Rondônia é um dos estados mais jovens do Brasil. Tem apenas 35 anos e seu povoamento é marcado por constantes ciclos migratórios. Foi na década de 70 que ocorreu o mais intenso deles com incentivo do governo Federal em uma ação estratégica de promover a integração nacional. Ao longo das três décadas e meia, o Estado cresceu, evolui e o tão almejado desenvolvimento sustentável avança em uma construção coletiva. Os olhos do país e do mundo continuam a se voltar para cá. E isso tem justificativa: Rondônia é considerada terra de oportunidades. O Produto Interno Bruto (PIB), segundo a Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia (Suder), se mantém crescente, mesmo com os contratempos na economia nacional. O Estado possui 122.974 empresas ativas, segundo a Jucer, destas 486 possui proprietários, sócios ou diretores estrangeiros. Gente que saiu de longe para investir em Rondônia e hoje causam um impacto positivo na economia com a geração de emprego e renda. Os principais ramos de investimentos dos empresários estrangeiros em Rondônia são comércio, construção civil; negócios agropecuários; transporte e logística; saúde; restaurantes e lanchonetes; telecomunicações e tecnologia da informação – TI; agências financeiras; mineração; hotelaria; energia; imobiliário, contabilidade e educação. Eles são de origem afegane (9), alemã (8); andorrana (1); angolana (1); argentina (22); australiana (1); belga (4); boliviana (163); britânica (3); cabo-verdiana (1), canadense (1); cazaque (1); chilena (8); chinesa (28); colombiana (4); cubana (9); dinamarquesa (3); egípcia (1); equatoriana (2); espanhola (31). E ainda francesa (14); guatemalteca (1); guianense (1); haitiana (1); holandesa (1); indiana (11); inglesa (1); israelense (1); italiana (21); japonesa (25); jordaniana (4); libanesa (9); mexicana (9); nicaraguense (1); norte-americana (20); palestina (4); paraguaia (4); peruana (40); portuguesa (76); salvadorenha (1); síria (1); suíça (3); sul-africana (2); sul-coreana (2); território britânico no oceano Índico (1); uruguaia (8) e venezuelana (6). Dessa forma, Rondônia acolhe imigrantes e incentiva empreendedores; maioria é de origem portuguesa e boliviana.

Fontes:

- Portal do Governo do Estado de Rondônia. SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.
- <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-rondonia.htm#:~:text=O%20primeiro%20grande%20movimento%20migrat%C3%B3rio,ao%20estado%20285%20mil%20migrantes.>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	15	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão deve ser anulada devido à inconsistência de informações em relação às regiões intermediárias e regiões geográficas imediatas. A única opção de resposta que não atende ao questionamento abordado é: Seringueiras. No entanto, a grafia correta de uma das regiões citadas é “Ariquemes”.

Regiões geográficas intermediárias	Regiões geográficas imediatas
Porto Velho	Porto Velho
	Ariquemes
	Jaru
Ji-Paraná	Ji-Paraná
	Cacoal
	Vilhena

Fonte:

- https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/11_regioes_geograficas_rondonia.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	12	13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Levando-se em consideração os recursos interpostos, é possível inferir que Rondônia possui fronteiras com Mato Grosso (a leste), Amazonas (ao norte), Acre (em um pequeno trecho a oeste) e com a Bolívia (a oeste e ao sul). A maior parte do território estadual situa-se no Planalto Sul-Amazônico, uma das porções do Planalto Central Brasileiro. O relevo é caracterizado por planície a oeste, depressões e pequenos planaltos ao norte e planalto a sudeste. O ponto mais elevado está localizado na serra dos Pacaás, cuja altitude é de 1.226 metros. Observe que a segunda afirmativa apresentada para análise trata de “planícies costeiras”, o que a torna falsa, pois as planícies costeiras ou litorâneas são planícies formadas por sedimentos terciários ou quaternários, depositados na zona costeira, ocorrendo em cada uma das grandes regiões reconhecidas para a costa brasileira. A gênese desse ambiente está relacionada a um conjunto variado de fatores, que podem ser as variações do nível do mar do quaternário associadas às correntes de deriva litorânea, às fontes primárias de sedimento e às armadilhas para retenção do sedimento. Frequentemente tais planícies estão associadas a desembocaduras de grandes rios e/ou reentrâncias na linha de costa, e podem estar intercaladas por falésias e costões rochosos de idade pré-cambriana. As planícies costeiras formadas pela justaposição de cordões litorâneos são uma das feições mais marcantes do litoral brasileiro, especialmente da sua porção sudeste e sul, em cujos ambientes atuais podem ser encontradas praias, dunas frontais, cordões litorâneos e zonas intercordões.

Fontes:

- <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/planicie.htm>
- <https://www.preparaenem.com/geografia/aspectos-fisicos-rondonia.htm>
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rondonia.htm>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	14	11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O estado de Rondônia é uma das áreas para onde a fronteira agrícola brasileira segue avançando na região Norte do país, e as lavouras de soja têm ganhado cada vez mais espaço na produção agropecuária do estado. A soja é a principal cultura agrícola de Rondônia. Outros destaques da produção são: milho, mandioca, café, arroz, banana, feijão e cacau. O estado é um grande produtor de carne bovina, principal produto de exportação do estado, leite e mel de abelha. A única opção que não atende ao questionamento abordado é a opção de resposta A: uva.

Fonte:

- <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/rondonia.htm>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	19	21	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Salienta-se que se solicita, na presente questão, a alternativa INCORRETA. Leva-se em conta que:

""A - (...) Art. 12. Compete à União: I - responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal[...] B- Art. 19. Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social: III - prover recursos para o pagamento dos benefícios de prestação continuada definidos nesta lei[...] C - CAPÍTULO IV Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social SEÇÃO I Do Benefício de Prestação Continuada[...] Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. [...] D- **§ 5º A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)** [...] E - Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Link: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	22	28	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o enunciado da questão, solicita-se a alterna incorreta.

Acerca da seguinte afirmação: *a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, é uma de suas diretrizes*, destaca-se que:

""(...) Art. 2º A assistência social tem por objetivos: II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) [...] CAPÍTULO II Dos Princípios e das Diretrizes SEÇÃO I Dos Princípios Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; [...] Art. 2º **A assistência social tem por objetivos:** I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos [...]"".

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Link: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	25	22	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca do conteúdo programático, sugere-se o acompanhamento (por meio do link de acesso: <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=hBAhLvPxlhg=> e https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1124/7_191855.pdf) do respectivo edital e retificações.

Sobre as assertivas para a análise, salienta-se que:

De acordo com "(...) LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017: estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). TÍTULO III DA ESCUTA ESPECIALIZADA E DO DEPOIMENTO ESPECIAL Art. 7. **Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.** Art. 8o Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária. Art. 9o A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento. Art. 10. **A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.** Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado[...]; ""(...) Artigo 1 Propósito O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. **Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas[...]**".

A partir disso, mantém-se o gabarito atual (levando em conta que as assertivas I, II e III estão corretas).

Fontes:

- BRASIL. LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017. Online. S.página. Link: <https://central3.to.gov.br/arquivo/463645/>
- BRASIL. DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Online. S.página: Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	17	20	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca do conteúdo programático, sugere-se o acompanhamento (por meio do link de acesso: <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=hBAhLvPxlhg=> e https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1124/7_191855.pdf) do respectivo edital e retificações.

No que se refere as justificativas acerca da presente questão, vale ressaltar que:

"(...) A Comissão de Ética do Estado de Rondônia é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e o patrimônio público, de acordo com o art. 14 do Decreto nº 20.786, de 2016, que Institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Rondônia[...] verificar Art. 4 (pág.1)[...]" ""(...) DECRETO Nº 26.429, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. Alterações: Alterado pelo Decreto nº 27.195, de 25/5/2022. Dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS e revoga o Decreto nº 24.669, de 10 de janeiro de 2020[...] CAPÍTULO I DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA Art. 2º A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, Órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, **tem como escopo:**

I - reduzir as desigualdades sociais por meio de políticas públicas, que promovam o acesso a melhores condições de desenvolvimento humano, social e familiar; II - promover acesso aos serviços públicos assistenciais e de desenvolvimento social aos que necessitem; III - garantir a efetividade dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social; IV - fortalecer os vínculos familiares, como meio de promoção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária; e V - proporcionar meios de inclusão social e econômico para a superação da pobreza.”.

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fontes:

- BRASIL. DECRETO N° 20.786, de 2016. Online. Página. Link: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/DECRETO-20786-DE-25-04-2016-Institui-o-Codigo-de-Etica-dos-serv-publicos-de-ro.pdf>
- BRASIL. SEAS-RO. DECRETO N° 26.429, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. Online. S. página. Link: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D26429%20-%20COMPILADO.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	18	16	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca do conteúdo programático, sugere-se o acompanhamento (por meio do link de acesso: <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=hBAhIvPxIhg=> e https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1124/7_191855.pdf) do respectivo edital e retificações.

No que se refere as justificativas acerca da presente questão, vale ressaltar que:

"(...) Título I. Das Disposições Preliminares: Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade[...] Título II. Dos Direitos Fundamentais. Capítulo I. Do Direito à Vida e à Saúde: Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência[...] § 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação [...] Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.”.

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Link: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	27	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No que se refere ao gabarito, ressalta-se que, de acordo com o ECA (1990):

(...) “Título I. Das Disposições Preliminares. [...] Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade **incompletos**, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da **proteção integral** de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Link: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	29	19	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca das alternativas corretas (aquelas que NÃO são gabarito):

"Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros[...]". [...] Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.. / § 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.[...] [...] Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.[...].

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Link: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	30	18	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca do conteúdo da questão, ressalta-se que:

"(...) Art. 1º. Aprovar a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo: I - Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: **a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva.** b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências".

Vale destacar, portanto, o **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora** é um **serviço** que “configura-se como uma medida de proteção destinado à crianças e adolescentes em situações de abandono ou violação de direitos, afastados de suas famílias de origem por medida de proteção e acolhidos em famílias acolhedoras previamente cadastradas” (GE-SUAS, Online. 2022). ***Não se trata, nesse sentido, de “uma das modalidades do Serviço de Acolhimento Institucional”, mas de um serviço próprio/particular que compõe o acolhimento institucional no âmbito dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade*** do Sistema Único de Assistência Social.

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fontes:

- MDS. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituído pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009; Link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf
- GE-SUAS. Acolhimento Institucional: o que é e quais as modalidades?. (Por Juliana Medeiros). 2022. Link: <https://blog.gesuas.com.br/acolhimento-institucional/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	28	24	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No que se refere ao gabarito, que aponta como corretas/verdadeiras (F) I, II e III, ressalta-se o seguinte:

"(...) § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação.[...] Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: IV - a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo".

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Link: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	16	26	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No que se refere as assertivas que apontam a ordem V, V, F, F, ressalta-se o seguinte:

""(...) Art. 1º. Aprovar a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo: I - Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. **II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:** a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; **b) Serviço Especializado em Abordagem Social;** c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; **e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.** III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências"".

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fonte:

- MDS. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituído pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	20	25	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com MDS (2009): "(...) 3. SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA. NOME DO SERVIÇO: SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – ***PAIF. (DESCRIÇÃO): O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.*** Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas

vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico”.

Diferentemente do PAIF, o SCFV se organiza a partir da faixa etária dos usuários. Nesse sentido, o processo de formação, planejamento e atividades dos grupos deve considerar as especificidades relacionadas aos ciclos de vida dos usuários, bem como às suas experiências de vida. Os grupos apresentam resultados cumulativos, ou seja, as aquisições ocorrem na medida em que há a participação dos usuários nas atividades (MDS, 2016).

No que tange ao debate *sobre "O PAIF desenvolvendo o trabalho por meio de oficinas"*, vale destacar, conforme assinala o GESUAS (Online, 2020), que “ainda se confunde “oficina com famílias do PAIF” com determinado tipo de “oficina de trabalhos manuais”. Existe uma diferença importante no objetivo de cada uma. *Sobre o SCFV complementando o trabalho social do PAIF*: o SCFV é um conjunto de serviços realizados em grupos, de acordo com o seu ciclo de vida, e que busca complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fontes:

- MDS. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituído pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf
- MDS. 2016. Caderno de Orientações. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, 2016. Link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf
- GE-SUAS. Oficinas do PAIF x Oficinas do SCFV. Online. 2020 (Por Dejalnira Oliveira): Link: <https://blog.gesuas.com.br/oficinas-paif-scfv/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	21	27	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca das assertivas elegidas para análise, aponta que:

Inicialmente, é importante ressaltar, conforme consta em enunciado, que a questão considera a LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 (que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências) e não a LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 (que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), conforme razões discursais apresentadas.

Acerca do conteúdo que trata as afirmativas que compõe a questão:

Apesar da Lei complementar ser datada de 1992, o conteúdo sofreu alterações (inclusões, exclusões etc.) ao longo dos últimos anos, sendo assim, no que tange o conteúdo recente, se considera o exposto abaixo:

“(…) TÍTULO I. CAPÍTULO. ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES[...]: § 1º Os cargos públicos de provimento efetivo serão organizados em grupos ocupacionais. [...] Art. 12. A primeira investidura em cargo de provimento efetivo dependerá de prévia habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação e prazo de validade. [...] Art. 15. **A nomeação é a forma originária de provimento dos cargos públicos. [...] Art. 17 [...] § 1º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais de 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado**”.

É possível consulta de legislação com conteúdo atualizado por meio do site oficial do Governo de Rondônia, por meio dos links/aceessos: https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/LC_n._68_-_Regime_jur%C3%ADdico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at%C3%A9_LC_n._794-2014%C2%B2.pdf

SEÇÃO IV DA POSSE

Art. 17. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual o servidor se comprometerá a cumprir fielmente os deveres do cargo.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais de 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

Tal como através do site oficial da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia (IDARON):

**SEÇÃO IV
DA POSSE**

Art. 17 - A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual o servidor se comprometerá a cumprir fielmente os deveres do cargo.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais de 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

A partir disso, mantém-se o gabarito atual – sem nenhuma alteração e/ou anulação.

Fontes:

- ESTADO DE RONDÔNIA. Lei Complementar n. 68 - Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia. Link: https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/LC_n._68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_até_LC_n._794-2014².pdf
- CONJUR. Por Eduardo Vellozo Fuccia (2022). Online. Link: <https://www.conjur.com.br/2022-fev-14/erro-impressao-gera-nulidade-afetar-compreensao>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	33	32	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca entende que a questão não apresenta nenhum elemento que possa prejudicar os candidatos em suas respostas: o conteúdo está dentro do edital, não foram encontrados erros na elaboração, tampouco nas alternativas apresentadas, desta foto, a banca mantém a questão da forma original.

Para exibir/escolher o comando Visualizar Impressão, o atalho de teclado utilizado, no Windows 10, é: [CTRL + F2].

Fonte:

- MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. – Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. – 1. ed. – São Paulo: Érica, 2010 – (Coleção PD. Série Estudo Dirigido) - Pág.: 155.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	34	35	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Apenas as assertivas II e III estão corretas. As respostas das outras assertivas são as seguintes:

I - O recurso Economia de Bateria é uma novidade do Windows 10 e está disponível apenas em dispositivos com bateria (por exemplo, laptops).

IV - A redução do brilho de tela, no modo de economia de bateria, é padrão, mas você pode alterar essa configuração, caso queira.

Em relação ao conteúdo da questão, o mesmo encontra-se no edital, ou seja, a questão está dentro do que foi solicitado para o concurso.

Fonte:

- LAMBERT, J.; LAMBERT, S. – Windows 10 passo a passo [recurso eletrônico] – Porto Alegre: Bookman, 2016, pág.: 426 e 427.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	32	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca entende que a questão não apresenta nenhum elemento que possa prejudicar os candidatos em suas respostas: o conteúdo está dentro do edital, não foram encontrados erros na elaboração, tampouco nas alternativas apresentadas, desta foto, a banca mantém a questão da forma original.

O grupo e Guia onde estão localizados os comandos Localizar texto e Substituir texto são: Guia: Página Inicial; Grupo: Edição.

Fonte:

- MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. – Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. – 1. ed. – São Paulo: Érica, 2010 – (Coleção PD. Série Estudo Dirigido) - Pág.: 39 e 40.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	35	33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao conteúdo, o mesmo encontra-se dentro que está publicado no Edital do Concurso, sendo assim, esta banca não encontra elementos que a inviabilizem, em relação ao solicitado em edital, quanto a estrutura e conteúdo.

O comando ls é utilizado para listar os arquivos de um diretório.

As permissões de acesso a um arquivo/diretório podem ser visualizadas com o uso do comando ls -la.

Fonte:

- DA SILVA, G. M. - Guia FOCA GNU/Linux – INICIANTE – pág.96.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	31	34	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao conteúdo, o mesmo encontra-se dentro que está publicado no Edital do Concurso, sendo assim, esta banca não encontra elementos que a inviabilizem, em relação ao solicitado em edital, quanto a estrutura e conteúdo.

Para mostrar os comandos disponíveis em um aplicativo no modo de tela inteira, em um dispositivo com Windows 10, com tela sensível ao toque, utiliza-se o atalho: [Tecla Win + Z].

Fonte:

- LAMBERT, J.; LAMBERT, S. – Windows 10 passo a passo [recurso eletrônico] – Porto Alegre: Bookman, 2016, pág.: 552.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	47	44	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” está correta porque todos os atos administrativos gozam de presunção de validade ou legitimidade. A “B” os atos administrativos, não importa qual sua classificação, são extintos por igual forma de manifestação, isto é, outro ato administrativo. A “C” é falsa, os decretos são autoexecutáveis, o que significa que sua operatividade independe de ordem judicial. A “D” é falsa, o poder extroverso, isto é, a capacidade que o ato tem de se impor, mesmo contra

a vontade do particular não existe em todos os atos, apenas naqueles que impõem obrigações. Ademais, o decreto não é ato meramente enunciativo, declaratório. A “E” é falsa pois o poder administrativo regulamentar não se confunde com a função normativa primária das Casas Legislativas. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	37	43	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. Na classificação dos atos administrativos temos que um ato de Poder de Polícia, a exemplo da interdição prevista no enunciado, é “individual” (contrário de “geral”) posto que possui destinatário determinado (o proprietário do restaurante); “simples” (contrário de “complexo”), pois emanada de órgão único (a Vigilância Sanitária); “externo” (oposto de “interno”), pois alcança o cidadão (o administrado). Assim, apenas a assertiva “C” atende ao enunciado. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	39	48	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a expressão “fora do prazo de validade” refere-se ao ato e não à mercadoria. Todavia, ainda que assim tivesse entendido, o ato de apreensão permanece na classificação de ato de poder de polícia e continua passível de anulação pelo Poder Judiciário. Assim, a resposta correta é a “A”. A assertiva “D” é falsa pois, apesar de discricionário, nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	44	45	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, seja na ótica da Lei n. 8.666/93, seja letra da Lei n. 14.133/21, a contratação direta por inexigibilidade fundamenta-se na inviabilidade de competição. A assertiva “B” é falsa, porque os casos de contratação direta por dispensa de licitação permitem à Administração escolher se licita ou se dispensa, como nos casos de calamidade e emergência. A assertiva “C” é falsa, pois o princípio da padronização permite a contratação direta. A assertiva “D” é falsa, pois, nos casos em que não é cabível a contratação direta, a modalidade licitatória é definida conforme

estimativa do valor da contratação. Assertiva “E” é falsa, pois, o princípio do julgamento objetivo corresponde à aplicação das regras previstas no edital. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	41	38	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, porque a revogação é um juízo de valor de oportunidade e conveniência que não é permitido no controle jurisdicional. A assertiva B é falsa, pois o controle parlamentar ou legislativo permite apenas sustar os atos e não os revogar. A assertiva “D” é verdadeira, pois a Administração pode, no exercício do controle administrativo, rever seus próprios atos, conforme prevê a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. A assertiva “E” é falsa, pois o exercício do poder de anular os atos pode ser feito, tanto pela própria autoridade que emanou o ato, como por seus superiores hierárquicos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	48	50	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, porque a responsabilidade objetiva estatal impõe que se busque a indenização em face da pessoa jurídica e não do agente público causador do dano. A assertiva “B” é verdadeira, pois a pessoa jurídica a que pertence o motorista é o Município de Porto Velho. A assertiva “C” é falsa, pois o local da ocorrência do dano não traz implicações no processo de responsabilidade objetiva. A assertiva “D” é falsa pois o enunciado não menciona que o motorista dirigia veículo do Estado, nem informa se estava em horário de trabalho. A assertiva “E” é falsa, pois a Secretaria não possui personalidade jurídica e, portanto, não responde por seus atos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	49	47	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A concessão de asilo político é um dos princípios que rege as relações internacionais do Brasil, conforme artigo 4º da Constituição Federal. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Constituição Federal
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 7ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	50	39	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As hipóteses de acumulação ilícita de cargo público estão previstas no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, como o cargo de agente administrativo exige formação de nível médio, ele é inacumulável com qualquer outro vínculo público, por isso não pode ser acumulado com um cargo de policial federal, nem com outro de agente administrativo ou qualquer de professor público, seja na rede estadual ou municipal. Todavia, a alternativa “E” traz um vínculo privado qualquer, não havendo, portanto, qualquer tipo de proibição de acumulação. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	38	36	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. O procedimento de manifestação de interesse social encontra-se previsto nos artigos 18 a 21 da Lei nº 13.019/2014. Nos termos do art. 19, a indicação do interesse público envolvido é um dos requisitos da proposta a ser encaminhada à Administração. A realização do procedimento de manifestação de interesse depende de convocação por meio de chamamento público. Já os prazos e regras do procedimento serão regulamentados em cada ente federativo, por meio de lei. Assim, apenas a assertiva “E” serve de resposta ao enunciado. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei n. 13.019/2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	45	37	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. O abuso de poder divide-se em três espécies: a omissão, quando há o dever de agir e o agente público não pratica o ato; o excesso de poder, que ocorre quando a autoridade pratica ato não previsto em sua competência; e o desvio de poder, também chamado de desvio de finalidade, que ocorre quando a autoridade pratica um ato para o qual é competente, porém visando a fim diverso do pretendido na lei. Assim, apenas a assertiva “A” serve de resposta ao enunciado. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:

- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Administração

BRANCA	VERDE
1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “B) O desenvolvimento social a partir da institucionalização da educação escolar.” não pode ser considerada correta. Chamamos de tema o assunto a ser abordado: ele dará as diretrizes do texto ao expor a ideia que deverá ser defendida ao longo de uma dissertação. Logo no início do texto há uma premissa de ideia que diverge de tal afirmativa “Todos nos desenvolvemos em diferentes contextos educativos, e a escola é apenas um deles.” Ou seja, a escola é apenas um dos meios pelos quais ocorre o desenvolvimento e não o único ou não só a partir dele. Em todo o texto é possível reconhecer o tema “D) A escola como instituição promotora de transformações, desenvolvimento e efetiva inclusão do indivíduo como ser social.” como, por exemplo, no trecho “a escola é uma instituição utilizada pela sociedade para oferecer aos membros das novas gerações as experiências de aprendizagem que lhes permitam se incorporar ativa e criticamente a ela.” Não é uma regra que o título do texto apresente o tema, contudo nesse caso, ele aponta sim para tal direção.

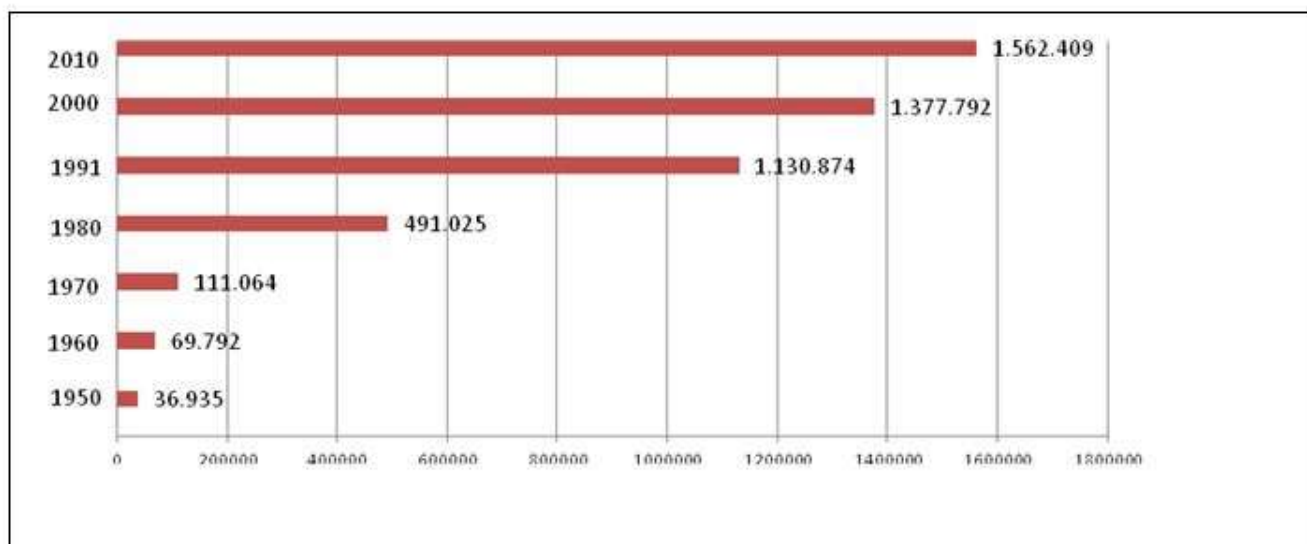
Fontes:

- O próprio texto.
- Garcia, Othonn M. Comunicação em prosa moderna, 26ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Platão e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, porque o primeiro ciclo da borracha ocorre na segunda metade do Século XIX e princípio do Século XX (1879 a 1912), e não na primeira metade do Século XIX. A assertiva “B” e “E” são falsas porque não há registro de declínio demográfico na região, nos períodos mencionados. A assertiva “D” é falsa, porque o crescimento demográfico em Rondônia não foi uniforme ao longo do Século XX, apresentando uma variação clara. A assertiva “C” é verdadeira, pois, como se vê no gráfico abaixo, entre os períodos de 1964 e 1985 (durante o período da ditadura militar), houve o maior crescimento populacional. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.



Fontes:

- <https://journals.openedition.org/confins/11608>
- IBGE. Estimativas e Projetos. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2005/default.shtm> > Acesso em 20/03/2013a.

BRANCA	VERDE
12	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B”, “C” e “E” são falsas, porque existem 52 Municípios no Estado de Rondônia, e não 52 microrregiões, conceitos distintos. A assertiva “D” é verdadeira, pois, em 2017, considerando que “É expressivo o aumento verificado na diferenciação interna do espaço territorial brasileiro, como resultado de modificações econômicas, demográficas, políticas e ambientais vivenciadas nas últimas décadas, reforçando a necessidade de atualização do quadro regional anterior (Mesorregiões e Microrregiões Geográficas) produzido na década de 1980” o IBGE publicou um documento apresentando as novas divisões geográficas estabelecendo o recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. As referências a Mesorregiões e Microrregiões em documentos atuais do IBGE servem apenas para criar a conexão histórica com a antiga forma de divisão regional geográfica do país. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>

BRANCA	VERDE
13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. O Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de Setembro de 1943, assinado por Getúlio Vargas cria o Território de Guaporé. Posteriormente, em 1956, o território passa a se chamar Território Federal de Rondônia e a Lei Complementar nº 41, de 1981, eleva o território à condição de Estado. Quanto ao argumento de ambiguidade, ao candidato não assiste razão, pois o aposto explicativo “criado por Getúlio Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial”, refere-se ao termo antecedente, qual seja, “Território Federal do Guaporé”. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>
- <https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico#:~:text=Em%201956%20passa%20a%20se,ligando%20Porto%20Velho%20a%20Cuiab%C3%A1>

BRANCA	VERDE
27	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dentre os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade está o Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Desta forma o gabarito está correto e o recurso improcedente.

Fonte:

- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em:

BRANCA	VERDE
30	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O PAIF possui caráter continuado e consiste no trabalho social com famílias, embora deva atender, também, necessidades pontuais (imediatas). O caráter continuado refere-se a constituir um serviço sistemático e não que termina em uma única ação. É um serviço com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias. O trabalho social do PAIF deve utilizar também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos. O Serviço deve necessariamente ser ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo às esferas estatal sua implementação. A tipificação dos serviços é o documento orientador das ações. Assim, desta forma, o recurso é improcedente e mantém-se o gabarito divulgado.

Fonte:

- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

BRANCA	VERDE
31	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano, afirma que a ênfase na eficiência que é a relação entre resultados alcançados e recursos empregados, é considerada um paradigma tradicional, ainda vigente nas organizações.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Teoria Geral da Administração – Da Revolução Urbana à Revolução Industrial – São Paulo – Editora Atlas – 2007 – Pág. 21

BRANCA	VERDE
33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os autores Michael A. Hitt, Duane R. Ireland e Robert E. Hoskisson, afirmam que cada empresa interpreta e define a globalização como se esta tivesse uma influência positiva nas ações adotadas para alcançar a competitividade estratégica e auferir retornos acima da média. Um fator crítico para os esforços que a empresa envida para interpretar e definir a globalização é o reconhecimento do fato de que a competição mundial eficiente requer o atendimento ou a superação de padrões globais em termos de qualidade, níveis de serviço, segurança, questões ambientais, e proteção da propriedade intelectual, entre outras dimensões do desempenho.

O enfoque está voltado para aquilo que as empresas fazem para analisar e entender o ambiente externo. O entendimento do ambiente externo combina com o conhecimento sobre o ambiente interno. A combinação das condições de ambos os ambientes será a base de que a empresa necessita para formular a sua intenção estratégica, desenvolver a sua missão estratégica e adotar as medidas estratégicas em busca da competitividade estratégica e retornos acima da média.

Fonte:

- HITT, Michael A., IRELAND, R. Duane, HOSKISSON, Robert E. – Administração Estratégica – Editora Thomson – São Paulo – 2001 - 47

BRANCA	VERDE
36	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que a elaboração de um plano estratégico é a consequência da análise das ameaças e oportunidades do ambiente e dos pontos fortes e fracos da organização. De uma empresa para outra, os planos estratégicos podem ter diferentes graus de formalidade, abrangência, periodicidade de preparação e muitos outros atributos.

Um plano estratégico define três elementos básicos do futuro da empresa: missão, objetivos e estratégias.

A missão declara qual o papel da organização na sociedade. Em função da avaliação da situação estratégica, da análise do ambiente e da análise interna, a organização confirma ou modifica sua missão. A missão de uma organização pode permanecer ou variar no tempo.

Os objetivos são os resultados concretos que a organização pretende realizar. Os objetivos que podem ser enunciados como alvos muito preciso ou intenções, focalizam: clientes e mercados; produtos e serviços. Vantagens competitivas. Participação no mercado; etc.

As estratégias são os caminhos que a organização escolhe. Em outras palavras, são os cursos de ação, as formas de competir ou as políticas de negócios da organização.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – São Paulo – Editora Atlas – 2004 – Pág. 175

BRANCA	VERDE
37	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os autores George W. Bohlander e Scorr A. Snell afirmam que são consideradas características desejáveis ao instrutor em um treinamento:

Conhecimento sobre o assunto

Adaptabilidade

Sinceridade

Senso de Humor

Interesse

Instruções claras

Assistência individual

Entusiasmo

Tempestividade (atuar no momento certo)

Fonte:

- BOHLANDER, George W. e SNELL, Scott A., Administração de Recursos Humanos – 16ª Edição – São Paulo – Cengage Learning – 2016 – Pág. 274

BRANCA	VERDE
38	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os autores George W. Bohlander e Scorr A. Snell afirmam que são considerados Sinais para identificar um conjunto inadequado de talentos:

Leva muito (e não pouco tempo conforme afirmado na questão) para que os cargos principais sejam preenchidos, por isso não é um sinal de que a empresa precisa trabalhar muito para preparar os talentos internos. Se demora muito o processo torna-se um problema.

Fonte:

- BOHLANDER, George W. e SNELL, Scott A., Administração de Recursos Humanos – 16ª Edição – São Paulo – Cengage Learning – 2016 – Pág. 167

BRANCA	VERDE
39	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Antonio Cesar Amaru afirma que no processo de administração, controle não tem o significado popular de fiscalização. Controle é o processo de produzir e usar informações para tomar decisões, sobre a execução de atividade se sobre os objetivos. As informações e decisões de controle permitem manter uma organização ou sistema orientado para seu objetivo. Ao exercer a função controle, trabalhamos como o piloto de um veículo, monitorando constantemente o aparelho (sua organização), para que ele se mantenha na rota, desvie-se dos acidentes e chegue ao destino.

Indicadores gerais fazem parte do processo de controle, são: confiança dos clientes, retorno/lucratividade, eficiência dos processos produtivos, estoques estratégicos, qualidade das matérias-primas, absenteísmo, higiene e responsabilidade em relação ao ambiente.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – São Paulo – Editora Atlas – 2004 – Pág. 210 / 375

BRANCA	VERDE
40	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Idalberto Chiavenato afirma que os concorrentes compõem o ambiente da tarefa. É o ambiente mais próximo e imediato de cada organização. Constitui o segmento do ambiente geral do qual a organização extrai suas entradas e deposita suas saídas. É o ambiente de operações de cada organização e é constituído por: fornecedores de entradas, clientes ou usuários, concorrentes e entidades reguladoras.

Cada organização não está sozinha nem existe no vácuo, mas disputa com outras organizações os mesmos recursos (entradas) e os tomadores de saídas. Daí os concorrentes quanto a recursos e a clientes.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto – Princípios da Administração – O essencial em Teoria Geral da Administração – São Paulo – Editora Campus - 2006

BRANCA	VERDE
41	45

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O candidato sustenta que a questão oferece mais de uma resposta, no que lhe assiste razão. A Assertiva “A” é verdadeira, pois tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado. Justamente por ser de direito privado, sua criação se dá por meio de registro de seu instrumento constitutivo em cartório. Assim, há duas assertivas corretas, a “A” e a “B”, implicando, portanto, a anulação da questão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE
43	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A Constituição Federal estabelece que a reserva de vagas a pessoas com deficiência será definida em limites previstos em lei, portanto, no texto constitucional, não há o estabelecimento do limite mínimo nem do limite máximo para a reserva de vagas. Assim, apenas a assertiva “E” é verdadeira. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Constituição Federal
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.ad

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Antropologia

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “*Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia*” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Arquitetura

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B”, “C” e “E” são falsas, porque existem 52 Municípios no Estado de Rondônia, e não 52 microrregiões, conceitos distintos. A assertiva “D” é verdadeira, pois, em 2017, considerando que “É expressivo o aumento verificado na diferenciação interna do espaço territorial brasileiro, como resultado de modificações econômicas, demográficas, políticas e ambientais vivenciadas nas últimas décadas, reforçando a necessidade de atualização do quadro regional anterior (Mesorregiões e Microrregiões Geográficas) produzido na década de 1980” o IBGE publicou um documento apresentando as novas divisões geográficas estabelecendo o recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. As referências a Mesorregiões e Microrregiões em documentos atuais do IBGE servem apenas para criar a conexão histórica com a antiga forma de divisão regional geográfica do país. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. O Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de Setembro de 1943, assinado por Getúlio Vargas cria o Território de Guaporé. Posteriormente, em 1956, o território passa a se chamar Território Federal de Rondônia e a Lei Complementar nº 41, de 1981, eleva o território à condição de Estado. Quanto ao argumento de ambiguidade, ao candidato não assiste razão, pois o apostro explicativo “criado por Getúlio Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial”, refere-se ao termo antecedente, qual seja, “Território Federal do Guaporé”. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>
- <https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico#:~:text=Em%201956%20passa%20a%20se,ligando%20Porto%20Velho%20a%20Cuiab%C3%A1.>

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o exposto em razões discursais, o processo de cópia, por sua definição, implica em necessariamente reproduzir, ao menos uma vez, algo – objeto, linha, etc.

De acordo com a afirmativa IV presente em questão, têm-se: “IV. Para criar múltiplas cópias no SketchUp com o mesmo valor de intervalo entre elas, deve-se utilizar o comando Move, selecionar o objeto, pressionar Ctrl e, em seguida, *(asterisco) e o número das cópias desejadas.” onde entende-se com “múltiplas” mais de uma cópia – ou seja, mais que o mínimo implícito por sua definição da palavra “cópia”.

Entendendo o exposto, parte-se para a técnica de uso do programa, onde, por meio desta movimentação: objeto selecionado > comando “move” > tecla “ctrl*X” onde o número de cópias será inserido em ‘X’. De forma objetiva e exemplificando, para realizar 4 cópias – ou seja, múltiplas cópias -, será necessário: selecionar o objeto a ser copiado > acionar o comando “move” > pressionar a tecla ‘ctrl’ seguido por digitar “*” (asterisco) e ‘4’ (número de cópias).

Essa mesma movimentação será acionada para quaisquer valores de cópias múltiplas – mais de uma.

Portanto, o recurso é improcedente. Mantém-se o gabarito.

Fontes:

- <https://qualificad.com.br/criar-multiplas-copias-no-sketchup/>
<https://suporte.gabster.com.br/hc/pt-br/articles/200516855-Criar-c%C3%B3pias-simples-e-c%C3%B3pias-m%C3%BAltiplas-no-SketchUp>

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme consta em edital, o conteúdo abordado pertence aos tópicos “Sustentabilidade” e “Conforto ambiental” uma vez que, de acordo com o Guia sustentabilidade na arquitetura: diretrizes de escopo para projetistas e contratantes, elaborado pela Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), o conforto olfativo é um dos componentes do tópico “Sustentabilidade nos empreendimentos”.

O conforto olfativo está associado aos cheiros, odores e ao paladar detectados pelo órgão olfativo do usuário de um ambiente. Está associado ao bem-estar e ao prazer ou ao mal-estar, podendo até afetar a saúde do ser humano.

As estratégias para verificação e consideração do conforto olfativo no projeto devem levar em consideração o

terreno, o solo, as fontes de água, a vegetação, a direção dos ventos dominantes e os índices de poluição do ar da região. Também devem pesar os odores provenientes de produtos de construção e materiais especificados como isolantes, revestimentos e mobiliário, portanto, é uma das diretrizes que devem ser verificadas tanto em ponto de vista de sustentabilidade quanto de conforto ambiental.

As afirmativas presentes em questão devem ser consideradas, conforme exposto, como um todo, isto quer dizer, qual dos tipos de conforto – citados nas alternativas de respostas – possui como diretrizes ou características todas as afirmativas expressas. Logo, não há em respostas (alternativas) mais de uma opção que contemple todas as características ou diretrizes citadas.

Em análise de todas as alternativas, por considerar: ventilação, esgotos, água, solo, insuflamento, dentre outros, a única alternativa que agrega todas estas questões é o conforto olfativo.

Recurso improcedente. Mantém-se o gabarito.

Fonte:

- Guia sustentabilidade na arquitetura: diretrizes de escopo para projetistas e contratantes / Grupo de Trabalho de Sustentabilidade AsBEA. -- São Paulo: Prata Design, 2012.

BRANCA
41

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O candidato sustenta que a questão oferece mais de uma resposta, no que lhe assiste razão. A Assertiva “A” é verdadeira, pois tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado. Justamente por ser de direito privado, sua criação se dá por meio de registro de seu instrumento constitutivo em cartório. Assim, há duas assertivas corretas, a “A” e a “B”, implicando, portanto, a anulação da questão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA
49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não encontra amparo no edital. Procedente o argumento recursal, posto que a questão abordou o tema de direito administrativo, conteúdo não elencado no edital para este cargo. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

BRANCA
50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não encontra amparo no edital. Procedente o argumento recursal, posto que a questão abordou o tema de direito administrativo, conteúdo não elencado no edital para este cargo. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

BRANCA	VERDE
1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde haja uma informação verdadeira em relação ao posicionamento do autor no texto. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que, no texto, o autor “estimula o uso da língua que desconsidera a tradição que a precede.”; nota-se que essa afirmação não está correta já que, no texto, a ideia de que deve haver um equilíbrio entre tradição e uso é defendida como ponto de partida para a argumentação que se desenvolve. Na alternativa B, sugere-se que, no texto, o autor “explicita, de forma ordenada, a importância dos estudos dos especialistas em língua.”; nota-se que não há explicitações ordenadas que defendem apenas o estudo dos especialistas, uma vez que “a língua é viva e pertence aos usuários”. Na alternativa C, sugere-se que, no texto, o autor “caracteriza propriedades distintas da língua, mas que convergem para a harmonia entre tradição e uso.”; nota-se que essa afirmação está de acordo com o texto, já que o autor explica aspectos das mudanças da língua ao mesmo tempo que não desfavorece a tradição, ou seja, a língua padrão. Na alternativa D, sugere-se que, no texto, o autor “orienta sistematicamente os meios de evitar confrontos entre os que discordam do equilíbrio entre tradição e uso da língua.”; nota-se que não se trata de um texto injuntivo, logo, essa afirmação não está correta, tendo em vista que não há sistematizações de como evitar confrontos entre os que não compartilham dos mesmos pontos de vista. Na alternativa E, sugere-se que, no texto, o autor “apresenta, em sequências descritivas, empecilhos que poderiam contribuir para o não reconhecimento de descobertas linguísticas.”; nota-se que o texto não aborda tema relacionado à descobertas linguísticas, portanto, essa informação está incorreta. Essa análise revela que apenas a alternativa C atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
5	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde a substituição do elemento destacado pelo pronome correspondente não foi feita corretamente. Então, deve-se analisar a substituição que se sugere em cada uma das alternativas para concluir qual alternativa atenderá ao comando. Alternativa A: “[...] pertence aos usuários.” = pertence-lhes; nota-se que o verbo “pertencer”, com sentido de ser propriedade, é transitivo indireto, logo, a substituição está correta. Na alternativa B: “Shakespeare inventou muitas palavras.” = Shakespeare inventou-as; nota-se que o verbo “inventar” é transitivo direto, portanto, a substituição também está correta. Na alternativa C: “Devo e posso adaptar os usos da língua ao momento atual.” = devo e posso adaptá-los ao momento atual; nota-se que o verbo “adaptar” está no infinitivo e, ao ser colocado em situação pronominal de ênclise, o pronome assume a forma –lo(s) ou –la(s), portanto, a substituição também está correta. Na alternativa D: “Profetizo vida longa a “air bag”, “milk shake”, “trailer” e “shopping center.” = profetizo-lhes vida longa; nota-se que o verbo “profetizar” está funcionando como transitivo indireto, portanto, a substituição pelo pronome “lhe” está correta. Na alternativa E: “quando um grupo impunha o masculino, subentendendo o feminino.” = quando um grupo impunha-lhe, subentendendo o feminino; nota-se que o verbo “impor” é transitivo direto, logo, a substituição pelo pronome “lhe” está incorreta. Essa análise revela que apenas a substituição sugerida na alternativa E está incorreta, portanto, somente essa alternativa atende ao comando desta questão. O gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA	VERDE
8	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto e se fazendo as adaptações necessárias, palavra destacada esteja adequadamente substituída por um sinônimo. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] rocim magro [...]” = tez; nota-se que “tez” não é sinônimo de rocim, que significa, de modo geral, “cavalo”. Na alternativa B: “[...] adarga antiga [...]” = escudo; nota-se que “escudo” é um sinônimo de adarga, conforme definição em dicionários, sobretudo, no dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (“Adarga: escudo de couro dobrado, de forma oval, com uma braçadeira estreita para a mão e outra, larga, para o braço, originalmente us. pelos mouros; darga”). Na alternativa C: “[...] vivia um fidalgo [...]” = plebeico; nota-se que “plebeico” é antônimo de Fidalgo, ou seja, plebeico significa “qualidade de plebeu”. Na alternativa D: “[...]de lança em lanceiro [...]” = armeiro; nota-se que “armeiro” significa ou quem fabrica, ou lugar onde se guaram armas, por outro lado, “lanceiro” significa soldado ou alguém armado com lança. Na alternativa E: “Num vilarejo da Mancha [...]” = mosteiro; nota-se que “mosteiro” significa estabelecimento onde monges vivem, logo, não é sinônimo de “vilarejo”. Essa análise revela que apenas a alternativa B atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
10	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde o tempo do verbo destacado seja igual ao tempo do verbo destacado no trecho do enunciado. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se reconhecer o tempo do verbo destacado no enunciado: “[...] de cujo nome não quero lembrar-me [...]”, nota-se que o verbo “querer” está flexionado no tempo presente. Depois, deve-se analisar o tempo dos verbos destacados em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] há muito tempo [...]”; nota-se que o verbo “haver” está flexionado no tempo presente. Na alternativa B: “[...] vivia um fidalgo [...]”; nota-se que o verbo “viver” está flexionado no tempo pretérito. Na alternativa C: “[...] honrava com sua burelina [...]”; nota-se que o verbo “honrar” está flexionado no tempo pretérito. Na alternativa D: “[...] acabavam-no saio de velarte [...]”; nota-se que o verbo “acabar” está flexionado no tempo pretérito. Na alternativa E: “[...] consumiam três quartos de sua renda [...]”; nota-se que o verbo consumir está flexionado no tempo pretérito. Essa análise revela que apenas o verbo destacado na alternativa A está flexionado no mesmo tempo que o verbo destacado no trecho do enunciado, portanto, apenas essa alternativa atende ao comando desta questão.

Fontes:

- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA	VERDE
13	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, conforme artigo “Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos; Governo contribui para preservar patrimônio histórico” (link abaixo). “O engenheiro norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), considerado um dos maiores empresários da história do país, foi um dos responsáveis por tocar o empreendimento durante os anos de 1907 a 1912...”. A assertiva “B” é verdadeira, conforme trecho: “Apesar de tentativas anteriores foi apenas no início do século XX que a construção de uma ferrovia binacional foi viabilizada através do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, do qual foram signatários o Brasil e a Bolívia...”. A assertiva “C” é falsa (e, portanto, a alternativa-resposta) conforme trecho: “Inaugurada em 1912, a EFMM só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade, fato explicado pela queda vertiginosa da participação brasileira no mercado da borracha...”. A assertiva “D” é verdade, conforme trecho do artigo “Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” (link abaixo) “A história da cidade de Porto Velho se confunde com a própria história da criação da ferrovia, sendo as principais estruturas do complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré...” A assertiva “E” é verdadeira, conforme trecho “Segundo a Biblioteca Nacional, em 30 de abril de 1912, foi concluído o que se considera o último trecho da ferrovia.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/#:~:text=O%20empreendimento%20Madeira%2DMamor%C3%A9%20Railway,m%C3%A1quinas%2C%20ferramentas%20e%20carv%C3%A3o%20mineral>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf

BRANCA	VERDE
14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura", (link abaixo) no trecho “Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, “recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo”. A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho “Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atendera grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO

MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA	VERDE
19	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão não está de acordo com o conteúdo programático. Porém, o conteúdo da questão está no Estatuto da Pessoa com Deficiência no Título III - Disposições finais e transitórias Art. 94. Assim como também está na Lei N.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, "Art. 26-A. Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). E o fato de ter sido incluído posteriormente por uma lei, não significa que não faz parte do Estatuto, assim como outras mudanças vão acontecendo, sendo revogadas ou incluídas novas normas. Sustenta ainda que a alternativa que expõe: Terá direito ao benefício "quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, e passe a exercer atividade" estaria incorreta porque existem outros perfis de beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada, porém o enunciado da questão deixa claro que se trata de um auxílio voltado para pessoa com deficiência e nesse caso terá direito desde que seja beneficiário e passe a exercer atividade.

Fontes:

- BRASIL. LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRANCA	VERDE
22	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a resposta da questão não está presente na LOAS. Contudo, a pergunta é sobre a estrutura do Plano de Assistência Social que está presente no SUAS. De acordo com a NOB/SUAS Art.18 §2º A estrutura do plano é composta por, dentre outros: I - diagnóstico socioterritorial; II - objetivos gerais e específicos; III - diretrizes e prioridades deliberadas; IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V - metas estabelecidas; VI - resultados e impactos esperados; VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII - mecanismos e fontes de financiamento; IX - cobertura da rede prestadora de serviços; X - indicadores de monitoramento e avaliação; XI - espaço temporal de execução;

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

BRANCA	VERDE
31	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se abaixo explanações das afirmativas presentes na questão:

(F) A primeira afirmativa está incorreta porque, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 04 – Estoques, em seu item 10, o valor realizável líquido (e não o custo corrente) refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal das operações.

(V) A segunda afirmativa está correta, pois, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 04 – Estoques, em seu item 44, quando os estoques são vendidos, trocados ou distribuídos, o valor contábil desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.

(V) A terceira afirmativa está correta, pois, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 04 – Estoques, em seu item 11, os estoques compreendem bens adquiridos e mantidos para revenda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas para revenda ou terrenos e outros imóveis para venda.

(V) A quarta afirmativa está correta, pois, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 04 – Estoques, em seu item 16, quando os estoques tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data do seu recebimento.

A correta é a letra A – F, V, V, V.

Adicionalmente, a banca ressalta que o item do edital a que se refere à questão é “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”.

Fontes:

- NBC TSP 04. CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP. Disponível em:
- <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

BRANCA	VERDE
33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se abaixo explanações das afirmativas presentes na questão:

(F) A primeira afirmativa está falsa porque, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, o Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos abrange administração direta, autarquias, fundações, fundos e empresas **estatais dependentes (e não independentes)**.

(V) A segunda afirmativa está correta porque, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, No Relatório de Gestão Fiscal constará o montante da despesa total com pessoal, evidenciando as despesas com ativos, inativos e pensionistas.

(V) A terceira afirmativa está correta porque, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, o objetivo do Relatório de Gestão Fiscal é dar transparência à gestão fiscal do titular do Poder/órgão realizada no período.

(F) A quarta afirmativa está falsa porque, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, A não divulgação do Relatório e Gestão Fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei, impede o Ente da Federação, até que a situação seja regularizada, de receber **transferências voluntárias (e não obrigatórias)**.

A correta é a letra D – F, V, V, F.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 11. ed. 2020. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26> >.

BRANCA	VERDE
35	39

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Verifica-se abaixo explanações das alternativas presentes na questão:

- a) A letra A está incorreta, pois é informação de natureza orçamentária, e pede informação de natureza patrimonial.
 - b) A letra B está incorreta, pois é informação de natureza orçamentária, e pede informação de natureza patrimonial.
 - c) A letra C está correta.
 - d) A letra D está correta.
 - e) A letra E está incorreta, pois é informação de natureza de controle, e pede informação de natureza patrimonial.
- A correta é a letra D e C. Ou seja, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2021. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>>

BRANCA	VERDE
37	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se abaixo explanações das alternativas presentes na questão:

- A) A letra A está incorreta, pois refere-se à classificação por natureza.
- B) A letra B está incorreta, pois refere-se à classificação programática.
- C) A letra C está incorreta, pois refere-se à classificação quanto ao impacto na situação patrimonial líquida.
- D) A letra D está incorreta, pois refere-se à classificação institucional.
- E) A letra E está correta, pois se refere à classificação funcional.

O enunciado solicita marcar afirmativa correta referente à classificação **FUNCIONAL**. Por isso, a letra E está correta, pois se refere à classificação funcional.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2021. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>>

BRANCA	VERDE
38	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se abaixo explanações das alternativas presentes na questão:

- A) A letra A está incorreta, pois, de acordo com o artigo 5º, item III, da Lei Complementar 101/2000, a Lei Orçamentária Anual (e não Plano Plurianual) conterá reserva de contingência definida com base na receita corrente líquida.
- B) A letra B está correta, pois, de acordo com o artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar 101/2000, A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- C) A letra C está correta, pois, de acordo com o artigo 4º, item I, letra e, da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

D) A letra D está correta, pois, de acordo com o artigo 5º, da Lei Complementar 101/2000, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar. Ou seja, cita a própria Lei Complementar 101/2000.

E) A letra E está correta, pois, de acordo com o art 165, § 1º da Constituição Federal, o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

A alternativa A é a única incorreta.

Fonte:

- BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988>
- BRASIL. Lei complementar no 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm

BRANCA	VERDE
41	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão cobra o conteúdo de Direito Constitucional por meio de raciocínio lógico interpretativo. O art. 5º, inciso LXXIX da Constituição Federal assegura o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Assim, o termo de conexão lógico que completa a lacuna no texto traduz a ideia de inclusão. Note-se que o raciocínio lógico e a interpretação textual não são conteúdos estanques às questões de Português, ao contrário, permeiam todos os conteúdos e são instrumento importantes para a seleção dos candidatos mais bem preparados para o desempenho das atribuições do cargo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal.

BRANCA	VERDE
42	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão cobra o conteúdo de Direito Constitucional por meio de raciocínio lógico interpretativo. O art. 12, I, “a”. da Constituição Federal. São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros desde que não estejam a serviço de seu país. Assim, o termo de conexão lógico que completa a lacuna no texto traduz a ideia de condição. Note-se que o raciocínio lógico e a interpretação textual não são conteúdos estanques às questões de Português, ao contrário, permeiam todos os conteúdos e são instrumentos importantes para a seleção dos candidatos mais bem preparados para o desempenho das atribuições do cargo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal.

BRANCA	VERDE
44	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão cobra o conteúdo de Direito Constitucional por meio de raciocínio lógico interpretativo. O art. 5º, inciso II da Constituição Federal assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Assim, o termo de conexão lógico que completa a lacuna no texto traduz a ideia de oposição, uma conjunção adversativa. Note-se que o raciocínio lógico e a interpretação textual não são conteúdos estanques às questões de Português, ao contrário, permeiam todos os conteúdos e são instrumento importantes para a seleção dos candidatos mais bem preparados para o desempenho das atribuições do cargo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal.

BRANCA	VERDE
45	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão é sobre interpretação lógica da Constituição Federal, pedindo que se aponte a situação em que o termo apresentado produz uma assertiva verdadeira. A assertiva “A” é falsa, pois, apesar de a Constituição proibir a acumulação de cargos públicos, a de dois cargos de professor é uma exceção. A assertiva “B” é falsa, pois, as funções de confiança são de provimento exclusivo por servidores efetivos. A assertiva “C” é falsa, pois, apesar de a estabilidade ocorrer aos três anos de efetivo exercício, o servidor estável pode ser exonerado por insuficiência de desempenho. A assertiva “D” é falsa, pois, os estrangeiros podem, na forma da lei, ocupar cargos públicos. A assertiva “E” é verdadeira, pois, conforme artigo 37, §1º da Constituição, é vedado o uso de símbolos que caracterizem promoção pessoal nas atividades de publicidade dos órgãos públicos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Constituição Federal, art. 37, incisos XVI, V, II, §1º e art. 41
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE
46	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão apontada como correta está incompleta, o que não a prejudica. O próprio texto da assertiva traz a expressão “dentre outros”, logo, não assiste razão ao recorrente. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 165, §6º

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Caso o verbo “oferecer” fosse substituído por outro verbo de ação, a preposição “a” seria mantida.” não pode ser considerada correta. Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. “Desse ponto de vista, a escola é uma instituição utilizada pela sociedade para oferecer aos membros das novas gerações as experiências de aprendizagem que lhes permitam se incorporar ativa e criticamente a ela.”(3º§) Outro verbo de ação pode ser qualquer verbo que tenha tal característica como: comer, vender, persuadir, etc.; o que não é regra para exigência da preposição.

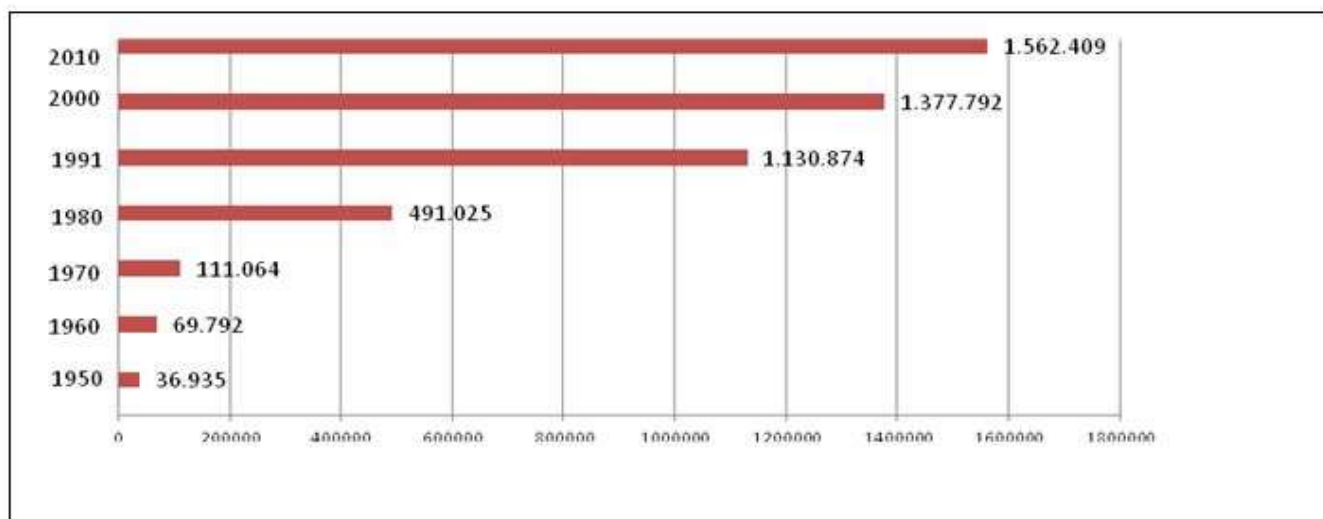
Fonte:

- Azeredo, José -Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, porque o primeiro ciclo da borracha ocorre na segunda metade do Século XIX e princípio do Século XX (1879 a 1912), e não na primeira metade do Século XIX. A assertiva “B” e “E” são falsas porque não há registro de declínio demográfico na região, nos períodos mencionados. A assertiva “D” é falsa, porque o crescimento demográfico em Rondônia não foi uniforme ao longo do Século XX, apresentando uma variação clara. A assertiva “C” é verdadeira, pois, como se vê no gráfico abaixo, entre os períodos de 1964 e 1985 (durante o período da ditadura militar), houve o maior crescimento populacional. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.



Fontes:

- <https://journals.openedition.org/confins/11608>
- IBGE. Estimativas e Projetos. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2005/default.shtm> > Acesso em 20/03/2013a.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. O Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de Setembro de 1943, assinado por Getúlio Vargas cria o Território de Guaporé. Posteriormente, em 1956, o território passa a se chamar Território Federal de Rondônia e a Lei Complementar nº 41, de 1981, eleva o território à condição de Estado. Quanto ao argumento de ambiguidade, ao candidato não assiste razão, pois o aposto explicativo “criado por Getúlio Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial”, refere-se ao termo antecedente, qual seja, “Território Federal do Guaporé”. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>
- <https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico#:~:text=Em%201956%20passa%20a%20se,ligando%20Porto%20Velho%20a%20Cuiab%C3%A1.>

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Comunicação Social

BRANCA
4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto, o sentido do trecho esteja adequadamente expresso em outras palavras. Então, para resolver esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] exclusivo de altos aristocratas.” 6º§ = abrange todos aqueles que têm maneiras sofisticadas; nota-se que, no contexto, “maneiras sofisticadas” não funciona como sinônimo de “aristocratas”, uma vez que o termo foi usado com sentido restrito, e significa aquele que faz parte da aristocracia. Na alternativa B: “[...] eram anglicismos que foram adaptados [...]” 3º§ = tratavam-se de palavras lusófonas adaptadas ao português brasileiro; nota-se que “anglicismo” significa modo de falar ou escrever próprio da língua inglesa, diferente do que se sugere com a palavra “lusófono”, que significa próprio da língua portuguesa. Na alternativa C: “[...] apenas registrava oralidades e falas populares mineiras [...]” 2º§ = restringia-se a opinar sobre o modo de falar do povo mineiro; nota-se que a substituição de “registrar” por “restringir”, acrescido do termo “opinar” altera o sentido do que está sendo dito. Na alternativa D: “[...] composição de termos não dicionarizados [...]” 2º§ = invenção de palavras e/ou expressões não reconhecidas como pertencentes à língua portuguesa; nota-se que o trecho foi parafraseado, uma vez que “não dicionarizados” quer dizer o mesmo que “não reconhecidos como pertencentes à língua portuguesa”. Na alternativa E: “[...] capacidade inventiva e rebelde de escritores de primeira linha.” 2º§ = potencial de autores renomados de, ao mesmo tempo, recriarem e se submeterem à norma padrão vigente; nota-se que se submeter à norma padrão é o oposto de se rebelar diante dela. Essa análise revela que apenas o que se sugere na alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. A assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “*Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia*” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura", (link abaixo) no trecho “Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, “recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo”. A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho “Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão objetivou levar o candidato a pensar em linha gerais a importância da etapa de segmentação para comunicação de marketing. E, uma das grandes características do marketing na Internet é justamente a segmentação, que proporciona não só um direcionamento de ação junto ao público-alvo, mas também medições de resultados que apontam tal eficiência.

Segundo Crescitelli, Edson, e Terence A. Shimp em seu livro *Comunicação de Marketing: Integrando propaganda, promoção e outras formas de divulgação - Baseado na 8a edição norte-americana*, além da segmentação com base no comportamento em contextos convencionais de varejo, um local ainda mais ideal para a segmentação comportamental é a Internet. Os sites estão cada vez mais acompanhando o comportamento de escolha on-line por parte de seus usuários, de modo que permitem que os anunciantes direcionem sua propaganda. Empresas como Google e a IDC ou os portais como UOL e o Terra acompanham o comportamento de usuários na Internet e fornecem essa informação a anunciantes que desejam atingir consumidores em potencial com base no comportamento deles de busca on-line.

Fonte:

- CRESCITELLI, Edson; SHIMP, Terence A. *Comunicação de Marketing: Integrando propaganda, promoção e outras formas de divulgação - Baseado na 8a edição norte-americana*. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522126231. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126231/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A periodicidade é característica fundamental dos produtos jornalísticos, mesmo que este produto seja uma edição especial e única. Por isso, contestar essa característica tão intrínseca à atividade jornalística é inadequado e torna o recurso improcedente.

A primeira característica que aparece ao se estudar os jornais é a periodicidade. “O que caracteriza antes de mais nada o jornal é a sua aparição periódica.”

Fonte:

- FIDALGO, A. Jornalismo on-line segundo modelo de Otto Groth. Pauta geral, n. 6, 2004. Disponível em SciELO - Brasil - As características dos jornais como poder cultural: releituras da teoria do jornalismo proposta por Otto Groth As características dos jornais como poder cultural: releituras da teoria do jornalismo proposta por Otto Groth.

BRANCA
45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que as definições de share of mind e top of mind são distintas.

ARAÚJO (2014) afirma que em meio a uma batalha com o objetivo de conquistar pedaços cada vez maiores do mercado, surgem diversas expressões, como share of mind, que se refere à conquista de um pedaço da mente ou da memória do consumidor. Share of mind pode ser entendido como a fatia na mente do consumidor ou notoriedade espontânea que a marca ocupa na mente do consumidor. Refere-se ao percentual dos clientes que mencionam em primeiro lugar determinada marca, quando perguntados: “qual o nome da primeira marca que lhe vem à cabeça quando pensa em carro?”. A força do posicionamento e o valor dos diferenciais do produto (vantagem competitiva) aumentam a facilidade com que os consumidores lembram de uma determinada marca. Aaker (1998) descreve que a construção da força de uma marca é constituída por quatro estágios diferentes: o primeiro é o de desconhecimento, o segundo é o de reconhecimento, o terceiro estágio é de lembrança e o quarto estágio é o Top of Mind. Os níveis guardam entre si uma relação piramidal hierárquica. Em síntese, ele apresenta uma pirâmide de conhecimento, onde o nível inferior é o desconhecimento da marca seguindo do reconhecimento e lembrança da marca e no nível mais alto está o Top of Mind, que pode ser definido como uma rápida associação de um produto com a imagem da marca. Este termo em tradução literal do inglês para o português é “estar no topo do pensamento das pessoas”.

CASSIANO (2013) afirma que a primeira etapa, desconhecimento, é identificada quando o entrevistador coloca, perante o entrevistado, elementos que possam distinguir determinada marca, mas que mesmo assim o indagado não consegue efetuar a identificação. O segundo estágio, reconhecimento, é caracterizado quando o entrevistado, na mesma situação de ser posto diante de elementos, consegue fazer o reconhecimento da marca. No terceiro estágio da construção da força da marca, que é a lembrança, o entrevistador não precisa se utilizar de artifícios para fazer com que o entrevistado possa reconhecer a marca. Na quarta e última etapa do processo de fortalecimento e consolidação da marca, o entrevistado fornece voluntariamente e sem qualquer tipo de incentivo do investigador, a marca-objeto da pesquisa, ou seja, a marca Top of Mind.

E por fim, PREDEBON (2004) afirma que caberá à pesquisa de comunicação a tarefa de produzir as informações sobre o conhecimento (awareness), lembrança (recall) e share of mind (top of mind), imagem da marca, perfil dos “fãs da marca” e tudo que puder subsidiar as decisões do gerenciamento de marca, no âmbito do planejamento de uma campanha de comunicação publicitária.

Diante das definições, pode-se entender que “notoriedade espontânea que a marca ocupa na mente do consumidor” e “marca que é apontada espontaneamente em primeiro lugar”, conceito de share of mind e top of mind respectivamente, definidos por autores diferentes, são sentenças semelhantes.

Fontes:

- AAKER, D. A. Managing Brand equity: Capitalizing on the Value of a Brand Name. New York: Free Press, 1991.
- CASSANO, F. A.; CARO, A.; SARAIVA JR., C. E. G.; SILVA, L. R.; OLIVEIRA, R. M. P.; ALMEIDA, M. R.

Estratégias de internacionalização e marca top of mind: o caso Sagatiba. Revista de Negócios, v. 18, n. 4, p. 55-74, 2013.

- ARAÚJO, Jr, Olímpio. Planejamento estratégico de marketing Digital. São Paulo: Gestor de Marketing, 2020.
- PREDEBON, José. et al. Curso de propaganda: do anúncio à comunicação integrada. São Paulo: Atlas, 2004.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Direito

BRANCA	VERDE
1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “B) O desenvolvimento social a partir da institucionalização da educação escolar.” não pode ser considerada correta. Chamamos de tema o assunto a ser abordado: ele dará as diretrizes do texto ao expor a ideia que deverá ser defendida ao longo de uma dissertação. Logo no início do texto há uma premissa de ideia que diverge de tal afirmativa “Todos nos desenvolvemos em diferentes contextos educativos, e a escola é apenas um deles.” Ou seja, a escola é apenas um dos meios pelos quais ocorre o desenvolvimento e não o único ou não só a partir dele. Em todo o texto é possível reconhecer o tema “D) A escola como instituição promotora de transformações, desenvolvimento e efetiva inclusão do indivíduo como ser social.” como, por exemplo, no trecho “a escola é uma instituição utilizada pela sociedade para oferecer aos membros das novas gerações as experiências de aprendizagem que lhes permitam se incorporar ativa e criticamente a ela.” Não é uma regra que o título do texto apresente o tema, contudo nesse caso, ele aponta sim para tal direção.

Fontes:

- O próprio texto.
- Garcia, Othonn M. Comunicação em prosa moderna, 26ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Platão e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
6	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiro período do segundo parágrafo do texto: “Nas sociedades modernas, o aumento do conhecimento e da especialização exige novas aprendizagens cuja aquisição (aquisição de novas aprendizagens) não pode ser garantida mediante a participação (só a participação não é o suficiente) desses tipos de práticas e de atividades, mas (contudo) requer uma ajuda (confirma o que não pode garantir, ou seja, apenas a participação não garante, mas sim um planejamento) intencional, planejada e sistemática.” Assim, a alternativa “B) Reforço à impossibilidade de determinada garantia.” foi adequadamente indicada como correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss.
- O próprio texto.
- Garcia, Othonn M. Comunicação em prosa moderna, 26ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Platão e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
8	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Desse ponto de vista, E) a escola é uma instituição utilizada pela sociedade para oferecer aos membros das novas gerações as experiências de aprendizagem que lhes permitam se incorporar ativa e criticamente a ela. A) A importância de sua função justifica que a escolarização seja considerada um direito de qualquer cidadão, e seu descumprimento represente um ataque à igualdade de oportunidades (Puelles, 1996). C) A escola assim entendida é um dos recursos educativos que os grupos sociais possuem, assim como é depositária de uma missão concreta. B) De fato, ao contrário do que sucede na maioria dos outros contextos de desenvolvimento, a instituição escolar precisa definir explicitamente suas intenções educativas, isto é, D) estabelecer sua parcela de responsabilidade na tarefa de contribuir com o desenvolvimento e com a socialização das pessoas.” Os trechos destacados anteriormente justificam as alternativas B, C e D como incorretas e A como correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss.
- O próprio texto.
- Garcia, Othonn M. Comunicação em prosa moderna, 26ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Platão e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
10	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Caso o verbo “oferecer” fosse substituído por outro verbo de ação, a preposição “a” seria mantida.” não pode ser considerada correta. Regência verbal é a parte da língua que se ocupa da relação entre os verbos e os termos que se seguem a eles e completam o seu sentido. Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. “Desse ponto de vista, a escola é uma instituição utilizada pela sociedade para oferecer aos membros das novas gerações as experiências de aprendizagem que lhes permitam se incorporar ativa e criticamente a ela.”(3º§) Outro verbo de ação pode ser qualquer verbo que tenha tal característica como : comer, vender, persuadir, etc.; o que não é regra para exigência da preposição.

Fonte:

- Azeredo, José -Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE
13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. O Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de Setembro de 1943, assinado por Getúlio Vargas cria o Território de Guaporé. Posteriormente, em 1956, o território passa a se chamar Território Federal de Rondônia e a Lei Complementar nº 41, de 1981, eleva o território à condição de Estado. Quanto ao argumento de ambiguidade, ao candidato não assiste razão, pois o aposto explicativo “criado por Getúlio Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial”, refere-se ao termo antecedente, qual seja, “Território Federal do Guaporé”. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>
- <https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico#:~:text=Em%201956%20passa%20a%20se,ligando%20Porto%20Velho%20a%20Cuiab%C3%A1.>

BRANCA	VERDE
15	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As três assertivas são verdadeiras, conforme se extrai do artigo “Avaliação de um projeto de desenvolvimento sustentável em Rondônia” (link abaixo): “As principais instituições envolvidas na execução do Planaflores foram: a) Governo federal – Tomador e mutuário responsável pelo empréstimo, realizando o acompanhamento físico-financeiro da implementação, monitoramento e avaliação das ações por meio do Ministério da Integração Nacional; b) Governo estadual – Executor responsável pela administração do Projeto, com estrutura de funcionamento subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Coordenação Geral e Administração. As instituições estaduais envolvidas foram a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental e o Instituto de Terras de Rondônia (hoje extinto) e, de forma complementar, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Saúde; c) Banco Mundial (BIRD) – Financiador de boa parte dos recursos financeiros do Projeto.” “...Planaflores. O Plano, aprovado em 1992, objetivava “implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do estado”. Concebido como um programa sucessor do Polonoroeste”. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642914/10485>

BRANCA	VERDE
18	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Estatuto do idoso em seu Art. 19: "Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) I – autoridade policial; II – Ministério Público; III – Conselho Municipal do Idoso; III – Conselho Municipal da Pessoa Idosa; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) IV – Conselho Estadual do Idoso; IV – Conselho Estadual da Pessoa Idosa; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) V – Conselho Nacional do Idoso. V – Conselho Nacional da Pessoa Idosa. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). Como todas as alternativas mencionam os órgãos de saúde em suas relações, nestes casos, com a autoridade sanitária, a questão não está prejudicada e o recurso é improcedente com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei nº 10.741 de 1ª de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Norma Operacional Básica da Assistência Social em seu Art. 27. "Os indicadores que orientam o processo de planejamento para o alcance de metas de aprimoramento do SUAS serão apurados anualmente, a partir das informações prestadas nos sistemas oficiais de informações e sistemas nacionais de estatística." Assim recurso improcedente e manutenção do gabarito.

Fonte:

- Norma Operacional Básica da Assistência Social, instituída por meio da Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.

BRANCA	VERDE
28	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo Programático do Certame versa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, não incluindo as jurisprudências em questões específicas acerca do mesmo que venham a ser registradas. As mesmas ocorrem a todo tempo, sem condições de serem consideradas em certames públicos de avaliação. Desta forma, o ECA a partir de seu Art.171. estabelece que o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional deve ser, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente. O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não pode ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial. A internação de adolescente autor de ato infracional, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não pode ser cumprida em estabelecimento prisional. Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva. Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará os autos ao Ministério Público. Desta forma, recurso improcedente com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

BRANCA	VERDE
30	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O PAIF possui caráter continuado e consiste no trabalho social com famílias, embora deva tender, também, necessidades pontuais (imediatas). O caráter continuado refere-se a constituir um serviço sistemático e não que termina em uma única ação. É um serviço com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias. O trabalho social do PAIF deve utilizar também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos. O Serviço deve necessariamente ser ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo às esferas estatal sua implementação. A tipificação dos serviços é o documento orientador das ações. Assim, desta forma, o recurso é improcedente e mantém-se o gabarito divulgado.

Fonte:

- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

BRANCA	VERDE
31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No âmbito do estudo do tema “Organização do Estado”, o Art. 18, § 3º da Constituição Federal de 1988 traz a possibilidade de os Estados-membros incorporarem-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante a aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar. A questão aborda a intenção dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul incorporarem-se entre si, ou seja, uma fusão entre eles para a formação de um novo Estado, o que é permitido pela Constituição Federal. Esse é o entendimento requerido na questão.

Fonte:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRANCA	VERDE
34	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de possibilidade de aplicação de citação por hora certa, devidamente disciplinada pelo art. 252 do Código de Processo Civil. No exato termo do dispositivo legal: “Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.” No caso hipotético da questão, Ricardo tenta efetivar a citação por mandado e pessoal do réu, mas percebe que este está se ocultando, com a finalidade de não ser citado. Sendo assim, cumpridos os requisitos do art. 252 do CPC, Ricardo poderá citar o réu por hora certa.

Fonte:

- Código de Processo Civil, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm.

BRANCA	VERDE
39	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Código Civil traz o conceito legal de bens públicos, nos seguintes termos: “art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”. O Direito Administrativo complementa este conceito, apontando que, embora os bens das pessoas jurídicas de direito privado não sejam considerados bens públicos, o regime de direito público, com suas prerrogativas, deve ser aplicado aos bens das pessoas jurídicas que estão afetos à prestação de serviços públicos. Entretanto, a questão pede o conceito de bens públicos nos termos do Código Civil, que é a definição legal. Portanto, nos termos do Código Civil para a classificação como bem público leva em consideração o seu titular, ou seja, os bens que pertençam às pessoas jurídicas de direito público interno.

Fonte:

- Código Civil, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

BRANCA	VERDE
41	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se do instituto da repristinação, previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Regra geral, a lei terá vigência até que outra a revogue ou modifique. No ordenamento jurídico brasileiro não há que se falar em repristinação automática, pois se uma lei posterior for revogada, a anterior não voltará de plano a vigor. A repristinação é possível no ordenamento jurídico brasileiro, desde que haja previsão expressa no texto de lei. Não se confunde, portanto, com o efeito repristinatório decorrente da declaração de inconstitucionalidade de determinada lei, uma vez que nesses casos a lei declarada inconstitucional é invalidada e não pode produzir efeitos no ordenamento jurídico. Nesse sentido o Decreto-Lei 4.657/42: “Art. 2º não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. § 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.” Poderá, portanto, a Lei 0099/21 entrar novamente em vigor, se a lei 0002/22 assim prever de forma expressa.

Fonte:

- Decreto-Lei 4.657/42, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm.

BRANCA	VERDE
42	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme leciona Matheus de Carvalho (2022, p. 101), a isonomia, em sua análise formal, veda o tratamento diferenciado entre as pessoas, para se garantir uma padronização de condutas do Estado. Mas a isonomia também deve ser analisada em seu sentido material, o que justifica igualar juridicamente aqueles que são desiguais faticamente. Sendo assim, o edital que estabelece previsão de um número mínimo de vagas nos concursos públicos a serem destinadas aos portadores de deficiência, na forma da lei, decorre da análise do princípio da isonomia, em seu sentido material. O que permite o tratamento diferenciado entre as pessoas, a fim propiciar a efetivação do direito de igualdade, é o princípio da isonomia em seu sentido material.

Fonte:

- CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Juspodivm, 2022.

BRANCA	VERDE
46	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dentre os princípios que regem a prestação dos serviços públicos, encontra-se o princípio da continuidade. O serviço público deve ser prestado de forma contínua, via de regra, sem interrupções. Entretanto, o princípio da continuidade na prestação dos serviços públicos, dentre outras hipóteses, pode ser relativizado quando estamos diante da exceção do contrato não cumprido. Diante de um contrato administrativo celebrado pela Administração Pública e um particular, se a primeira ficar inadimplente em relação ao valor contratado, deixando de pagar ao particular pela execução de suas atividades, este poderá alegar a exceção do contrato não cumprido nos termos do art. 137 da lei 14.133/21, o que dará direito ao contratado à extinção do contrato administrativo. O enunciado da questão requer que o candidato, considerando os princípios que regem os serviços públicos, assinale a alternativa correta. Portanto, o comando da questão não se limita a prazos, sendo correto afirmar que, em razão da inadimplência, a empresa Coleta Feliz poderá alegar a exceção do contrato não cumprido.

Fontes:

- Lei 14.133/21, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm.
- CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Juspodivm, 2022.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Economia

BRANCA
1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde haja uma informação verdadeira em relação ao posicionamento do autor no texto. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que, no texto, o autor “estimula o uso da língua que desconsidera a tradição que a precede.”; nota-se que essa afirmação não está correta já que, no texto, a ideia de que deve haver um equilíbrio entre tradição e uso é defendida como ponto de partida para a argumentação que se desenvolve. Na alternativa B, sugere-se que, no texto, o autor “explicita, de forma ordenada, a importância dos estudos dos especialistas em língua.”; nota-se que não há explicitações ordenadas que defendem apenas o estudo dos especialistas, uma vez que “a língua é viva e pertence aos usuários”. Na alternativa C, sugere-se que, no texto, o autor “caracteriza propriedades distintas da língua, mas que convergem para a harmonia entre tradição e uso.”; nota-se que essa afirmação está de acordo com o texto, já que o autor

explica aspectos das mudanças da língua ao mesmo tempo que não desfavorece a tradição, ou seja, a língua padrão. Na alternativa D, sugere-se que, no texto, o autor “orienta sistematicamente os meios de evitar confrontos entre os que discordam do equilíbrio entre tradição e uso da língua.”; nota-se que não se trata de um texto injuntivo, logo, essa afirmação não está correta, tendo em vista que não há sistematizações de como evitar confrontos entre os que não compartilham dos mesmos pontos de vista. Na alternativa E, sugere-se que, no texto, o autor “apresenta, em sequências descritivas, empecilhos que poderiam contribuir para o não reconhecimento de descobertas linguísticas.”; nota-se que o texto não aborda tema relacionado à descobertas linguísticas, portanto, essa informação está incorreta. Essa análise revela que apenas a alternativa C atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA
2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa que, de acordo com o texto, apresenta o posicionamento do autor sobre a forma que os usuários da língua os usuários integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “de forma pacífica, pois as mudanças históricas que a língua sofre por causa do uso são consensuais.”; nota-se, porém que nem todas as mudanças são consensuais, como é citado no texto, por exemplo, a questão do uso de gêneros. Na alternativa B, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “de forma diferente, porque o primeiro caso não implica disputas; já o segundo, provoca discussões ainda sem consenso.”; nota-se que essa afirmação pode ser comprovada no texto, uma vez que são citados exemplos de termos que passam a integrar a língua “sem debate forte” e, no caso do uso de gênero, ainda há ausência de consenso. Na alternativa C, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “analogamente, tendo em vista que se tratam transformações de naturezas distintas, mas embriologicamente semelhantes.”; nota-se que os termos e o uso de gêneros não são integralizados à língua de forma análoga, mas sim de modo diferente, um sem confrontos e o outro ainda sem consenso. Na alternativa D, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “com concórdia, uma vez que as transformações da língua são construídas pelos usuários para atender as transformações culturais.”; nota-se que não há concórdia quando se trata desses dois aspectos, conforme já explicado na alternativa C. Na alternativa E, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “com certa uniformidade de opiniões, pois compreendem que, no primeiro caso, trata-se de variações históricas e, no segundo, de variações socioculturais.”; nota-se que não há uniformidade de opiniões, os fatores históricos e socioculturais, de acordo com o texto, ainda precisam ser difundidos e compreendidos.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA
3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde o sintagma destacado desempenhe a mesma função sintática do sintagma destacado no trecho do enunciado. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar a função sintática desempenhada pelo sintagma destacado no trecho do enunciado. Depois, analisar a função sintática de cada um dos sintagmas destacados nas alternativas sugeridas. No enunciado, destaca-se este trecho: “[...] existe um equilíbrio desejável entre a tradição e o uso do Português [...]”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de sujeito do verbo “existe”, no caso, posposto ao verbo. Na alternativa A: “[...] invoque os grandes autores do passado [...]”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de objeto direto do verbo “invoque”. Na alternativa B: “[...] a língua não pertence apenas aos especialistas.”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de objeto indireto do verbo “pertence”. Na alternativa C: “[...] a norma nasceu de um mundo patriarcal e misógino.”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de sujeito do verbo “nasceu”. Na alternativa D: “era um gênio da composição de termos não dicionarizados [...]”, nota-se que o sintagma destacado é o núcleo do predicativo do sujeito. Na alternativa E: “Os termos de origem francesa ou inglesa interagem sem um debate forte.”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de adjunto adverbial. Essa análise revela que apenas o sintagma destacado na alternativa C desempenha a mesma função do sintagma destacado no trecho do enunciado.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA
6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão solicita que se atente para as afirmações sobre a pontuação empregada no texto. Em I, afirma-se: Em “Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo.”, o uso do ponto e vírgula está adequado, pois separam orações coordenadas que já apresentam vírgula.; nota-se que essa afirmação é verdadeira, uma vez que, de acordo com a norma padrão, deve-se usar ponto e vírgula entre orações coordenadas que já apresentam vírgula. Em II, afirma-se Em “Gramática tem gênero, ideologia e preconceito.”, a vírgula foi usada com a mesma finalidade que as vírgulas empregadas neste trecho: “Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu [...]”, no caso, separar os elementos formadores de um termo composto.; nota-se que nos dois casos as vírgulas foram usadas com a mesma finalidade, corretamente explicada, ou seja, separar elementos formadores de termo composto. Em III, afirma-se Em “Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores.”, a ausência de vírgula antes da palavra “que” implica desvio da norma padrão, uma vez que o sentido da oração é explicativo e não restritivo.; nota-se que a ausência da vírgula é responsável por indicar o sentido restritivo, logo, se a vírgula fosse inserida, o sentido seria alterado e o enunciado ficaria, portanto, inadequado. Depois, para atender ao comando, deve-se identificar em que alternativa o número correspondente às afirmações verdadeiras estejam. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA
7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão solicita que, considerando as figuras de sintaxe, marque-se V para as afirmações verdadeiras e F para as falsas. 1º: Em “Hoje, é termo necessário.”, a ordem dos termos da oração está inversa, caracterizando um hipérbato.; nota-se que essa afirmação é verdadeira, já que o advérbio está descolado para o início da oração, o que caracteriza a figura de sintaxe denominada hipérbato ou inversão. 2º: Em “Ela não me pertence; ela não me ignora”, a ausência de conjunção ligando as duas orações caracteriza um polissíndeto.; nota-se que essa afirmação é falsa, uma vez que a ausência de conjunção caracteriza a figura denominada assíndeto, e não polissíndeto (que ocorre quando há repetição de conjunções). 3º: Em “A língua é viva e pertence aos usuários.”, há a omissão de um termo facilmente identificável no contexto, o que caracteriza uma elipse., nota-se que essa afirmação é verdadeira, porque o sujeito do verbo “pertence” está elíptico. 4º: Em “Usar o masculino, implicando toda a espécie humana, é norma vigente a séculos.”, a oração intercalada nesse período caracteriza um anacoluto.; nota-se que essa afirmação é falsa já que o anacoluto se caracteriza pela alteração lógica na estrutura da oração/período, por meio de uma pausa no discurso. Depois, para atender ao comando, basta identificar a alternativa onde a sequência correspondente esteja correta. Sendo assim, apenas a alternativa D (V-F-V-F) atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

BRANCA
8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto e se fazendo as adaptações necessárias, palavra destacada esteja adequadamente substituída por um sinônimo. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] rocim magro [...]” = tez; nota-se que “tez” não é sinônimo de rocim, que significa, de modo geral, “cavalo”. Na alternativa B: “[...] adarga antiga [...]” = escudo; nota-se que “escudo” é um sinônimo de adarga, conforme definição em dicionários, sobretudo, no dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (“Adarga: escudo de couro dobrado, de forma oval, com uma braçadeira estreita para a mão e outra, larga, para o braço, originalmente us. pelos mouros; darga”). Na alternativa C: “[...] vivia um fidalgo [...]” = plebeico; nota-se que “plebeico” é antônimo de Fidalgo, ou seja, plebeico significa “qualidade de plebeu”. Na alternativa D: “[...]de lança em lanceiro [...]” = armeiro; nota-se que “armeiro” significa ou quem fabrica, ou lugar onde se guaram armas, por outro lado, “lanceiro” significa soldado ou alguém armado com lança. Na alternativa E: “Num vilarejo da Mancha [...]” = mosteiro; nota-se que “mosteiro” significa estabelecimento onde monges vivem, logo, não é sinônimo de “vilarejo”. Essa análise revela que apenas a alternativa B atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “*Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia*” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa I. “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” também estaria correta. Porém, isso não procede, visto que o texto da lei expõe que excepcionalmente tal fato pode ocorrer. A ausência do termo excepcionalmente conforme estabelecido na lei muda a afirmativa, tirando o sentido que a família substituta só deve ser considerada uma opção em casos excepcionais. A família substituta, apesar de ser uma opção, não se equipara à família, visto que a conjunção “ou” equipara família a família substituta.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa que contém licença para casamento também está correta. Todavia, a pergunta é sobre licença e não sobre se ausentar e de acordo com Lei Complementar Nº 68 Art. 116 - Conceder-se-á ao servidor Licença: I - por motivo de doença em pessoa da família; II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III - para o serviço militar; 29 IV - para atividade política; V - prêmio por assiduidade VI - para tratar de interesse particular; VII - para desempenho de mandato classista; VIII - para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento;

Fonte:

- **RONDÔNIA.** LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n__68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n__794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992 Art. 9º O provimento de cargo público far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Art. 10. A investidura em cargo público ocorre com a posse. Art. 11. São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - promoção; III - readaptação; IV - reintegração; V - aproveitamento; VI - reintegração; VII - recondução.

Fonte:

- RONDÔNIA. LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n_68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n_794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que atende ao comando da questão é a letra “C”. Vide cálculos a seguir.

ALTERNATIVAS	DISTRATORES
2	INCORRETO. Calculou-se quanto Paulo tem a mais que Maurício, em termos relativos: R\$800,00 dividido por R\$400,00: $R\$800,00 \div R\$400,00 = 2$
3	INCORRETO. Calculou-se quanto Giovani tem a mais que Maurício, em termos relativos: $R\$1.200,00 \div R\$400,00 = 3$
1,5	CORRETO. O cálculo a ser feito é o seguinte: Quantia que Giovani possui dividido pela quantia que Paulo possui: $R\$1.200,00 \div R\$800,00 = 1,5$
0,33	INCORRETO. Equívoco na realização do cálculo. Dividiu o valor que Maurício tem pelo valor que Giovani tem. $R\$400,00 \div R\$1.200,00$. Esse não foi o cálculo solicitado.
0,67	INCORRETO. Equívoco na realização do cálculo. Dividiu o valor que Paulo tem pelo valor que Giovani tem. A razão entre os valores foi calculada de forma inversa: $R\$800,00 \div R\$1.200,00$. Esse não foi o cálculo solicitado.

Fonte:

- Matemática: Volume único. Gelson Iezzi ... [et al.]. – 4. Ed. – São Paulo. Atual, 2007. Capítulo 9. Pag.: 151.

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão cobra o conteúdo de Direito Constitucional por meio de raciocínio lógico interpretativo. O art. 5º, inciso LXXIX da Constituição Federal assegura o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Assim, o termo de conexão lógico que completa a lacuna no texto traduz a ideia de inclusão. Note-se que o raciocínio lógico e a interpretação textual não são conteúdos estanques às questões de Português, ao contrário, permeiam todos os conteúdos e são

instrumento importantes para a seleção dos candidatos mais bem preparados para o desempenho das atribuições do cargo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal.

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão cobra o conteúdo de Direito Constitucional por meio de raciocínio lógico interpretativo. O art. 12, I, “a”. da Constituição Federal. São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros desde que não estejam a serviço de seu país. Assim, o termo de conexão lógico que completa a lacuna no texto traduz a ideia de condição. Note-se que o raciocínio lógico e a interpretação textual não são conteúdos estanques às questões de Português, ao contrário, permeiam todos os conteúdos e são instrumentos importantes para a seleção dos candidatos mais bem preparados para o desempenho das atribuições do cargo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal.

BRANCA
45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão cobra o conteúdo de Direito Constitucional por meio de raciocínio lógico interpretativo. O art. 5º, inciso II da Constituição Federal assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Assim, o termo de conexão lógico que completa a lacuna no texto traduz a ideia de oposição, uma conjunção adversativa. Note-se que o raciocínio lógico e a interpretação textual não são conteúdos estanques às questões de Português, ao contrário, permeiam todos os conteúdos e são instrumento importantes para a seleção dos candidatos mais bem preparados para o desempenho das atribuições do cargo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal.

BRANCA
46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão é sobre interpretação lógica da Constituição Federal, pedindo que se aponte a situação em que o termo apresentado produz uma assertiva verdadeira. A assertiva “A” é falsa, pois, apesar de a Constituição proibir a acumulação de cargos públicos, a de dois cargos de professor é uma exceção. A assertiva “B” é falsa, pois, as funções de confiança são de provimento exclusivo por servidores efetivos. A assertiva “C” é falsa, pois, apesar de a estabilidade ocorrer aos três anos de efetivo exercício, o servidor estável pode ser o exonerado por insuficiência de desempenho. A assertiva “D” é falsa, pois, os estrangeiros podem, na forma da lei, ocupar cargos públicos. A assertiva “E” é verdadeira, pois, conforme artigo 37, §1º da Constituição, é vedado o uso de símbolos que caracterizem

promoção pessoal nas atividades de publicidade dos órgãos públicos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Constituição Federal, art. 37, incisos XVI, V, II, §1º e art. 41
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Enfermagem

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	3	5	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa que, de acordo com o texto, apresenta o posicionamento do autor sobre a forma que os usuários da língua os usuários integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “de forma pacífica, pois as mudanças históricas que a língua sofre por causa do uso são consensuais.”; nota-se, porém que nem todas as mudanças são consensuais, como é citado no texto, por exemplo, a questão do uso de gêneros. Na alternativa B, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “de forma diferente, porque o primeiro caso não implica disputas; já o segundo, provoca discussões ainda sem consenso.”; nota-se que essa afirmação pode ser comprovada no texto, uma vez que são citados exemplos de termos que passam a integrar a língua “sem debate forte” e, no caso do uso de gênero, ainda há ausência de consenso. Na alternativa C, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “analogamente, tendo em vista que se tratam transformações de naturezas distintas, mas embriologicamente semelhantes.”; nota-se que os termos e o uso de gêneros não são integralizados à língua de forma análoga, mas sim de modo diferente, um sem confrontos e o outro ainda sem consenso. Na alternativa D, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “com concórdia, uma vez que as transformações da língua são construídas pelos usuários para atender as transformações culturais.”; nota-se que não há concórdia quando se trata desses dois aspectos, conforme já explicado na alternativa C. Na alternativa E, sugere-se que de acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros “com certa uniformidade de opiniões, pois compreendem que, no primeiro caso, trata-se de variações históricas e, no segundo, de variações socioculturais.”; nota-se que não há uniformidade de opiniões, os fatores históricos e socioculturais, de acordo com o texto, ainda precisam ser difundidos e compreendidos.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	4	2	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão solicita que se atente para as afirmações sobre a pontuação empregada no texto. Em I, afirma-se: Em “Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo.”, o uso do ponto e vírgula está adequado, pois separam orações coordenadas que já apresentam vírgula.; nota-se que essa afirmação é verdadeira, uma vez que, de acordo com a norma padrão, deve-se usar ponto e vírgula entre orações coordenadas que já apresentam vírgula. Em II, afirma-se Em “Gramática tem gênero, ideologia e preconceito.”, a vírgula foi usada com a mesma finalidade que as vírgulas empregadas neste trecho: “Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu [...]”, no caso, separar os elementos formadores de um termo composto.; nota-se que nos dois casos as vírgulas foram usadas com a mesma finalidade, corretamente explicada, ou seja, separar elementos formadores de termo composto. Em III, afirma-se Em “Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores.”, a ausência de vírgula antes da palavra “que” implica desvio da norma padrão, uma vez que o sentido da oração é explicativo e não restritivo.; nota-se que a ausência da vírgula é responsável por indicar o sentido restritivo, logo, se a vírgula fosse inserida, o sentido seria alterado e o enunciado ficaria, portanto, inadequado. Depois, para atender ao comando, deve-se identificar em que alternativa o número correspondente às afirmações verdadeiras estejam. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	9	10	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto e se fazendo as adaptações necessárias, palavra destacada esteja adequadamente substituída por um sinônimo. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] rocim magro [...]” = tez; nota-se que “tez” não é sinônimo de rocim, que significa, de modo geral, “cavalo”. Na alternativa B: “[...] adarga antiga [...]” = escudo; nota-se que “escudo” é um sinônimo de adarga, conforme definição em dicionários, sobretudo, no dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (“Adarga: escudo de couro dobrado, de forma oval, com uma braçadeira estreita para a mão e outra, larga, para o braço, originalmente us. pelos mouros; darga”). Na alternativa C: “[...] vivia um fidalgo [...]” = plebeico; nota-se que “plebeico” é antônimo de Fidalgo, ou seja, plebeico significa “qualidade de plebeu”. Na alternativa D: “[...]de lança em lanceiro [...]” = armeiro; nota-se que “armeiro” significa ou quem fabrica, ou lugar onde se guarnam armas, por outro lado, “lanceiro” significa soldado ou alguém armado com lança. Na alternativa E: “Num vilarejo da Mancha [...]” = mosteiro; nota-se que “mosteiro” significa estabelecimento onde monges vivem, logo, não é sinônimo de “vilarejo”. Essa análise revela que apenas a alternativa B atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	10	8	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão solicita a análise acerca dos aspectos textuais do excerto de texto. Em I, afirma-se que “O propósito comunicativo do excerto é descrever aspectos relacionados ao personagem ‘fidalgo’.”; nota-se que essa afirmação está correta, já que são descritos aspectos relacionados às vestimentas e os hábitos alimentares do personagem. Em II, afirma-se que “O excerto é contado por um narrador observador, por isso, ele também é um dos personagens da história.”; nota-se que essa afirmação está incorreta, já que não há marcas de participação do narrador como personagem da história. Em III, afirma-se que “O segundo período do excerto elenca os principais hábitos alimentares do personagem principal da história.”; nota-se que essa afirmação está correta já que são citados diversos tipos de alimentos no segundo período do texto. Depois dessa análise, o comando solicita que seja identificada a alternativa onde estejam corretas as afirmações anteriores. Sendo assim, apenas a alternativa E (I e III) atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	14	14	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “*Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia*” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	12	15	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, conforme artigo “Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos; Governo contribui para preservar patrimônio histórico” (link abaixo). “O engenheiro norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), considerado um dos maiores empresários da história do país, foi um dos responsáveis por tocar o empreendimento durante os anos de 1907 a 1912...”. A assertiva “B” é verdadeira, conforme trecho: “Apesar de tentativas anteriores foi apenas no início do século XX que a construção de uma ferrovia binacional foi viabilizada através do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, do qual foram signatários o Brasil e a Bolívia...”. A assertiva “C” é falsa (e, portanto, a alternativa-resposta) conforme trecho: “Inaugurada em 1912, a EFMM só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade, fato explicado pela queda vertiginosa da participação brasileira no mercado da borracha...”. A assertiva “D” é verdade, conforme trecho do artigo “Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” (link abaixo) “A história da cidade de Porto Velho se confunde com a própria história da criação da ferrovia, sendo as principais

estruturas do complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré...” A assertiva “E” é verdadeira, conforme trecho “Segundo a Biblioteca Nacional, em 30 de abril de 1912, foi concluído o que se considera o último trecho da ferrovia.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/#:~:text=O%20empreendimento%20Madeira%2DMamor%C3%A9%20Railway,m%C3%A1quinas%2C%20ferramentas%20e%20carv%C3%A3o%20mineral>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "*Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura*", (link abaixo) no trecho "*Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, “recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo”*". A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho "*Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra.*" RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	25	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa correta é a que contém o texto “Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua” o que procede de acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Porém, a alternativa correta da questão já é a LETRA C, permanecendo assim o gabarito inalterado.

Fonte:

- RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	26	23	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão não está de acordo com o conteúdo programático. Porém, o conteúdo da questão está no Estatuto da Pessoa com Deficiência no Título III - Disposições finais e transitórias Art. 94. Assim como também está na Lei N.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, "Art. 26-A. Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). E o fato de ter sido incluído posteriormente por uma lei, não significa que não faz parte do Estatuto, assim como outras mudanças vão acontecendo, sendo revogadas ou incluídas novas normas. Sustenta ainda que a alternativa que expõe: Terá direito ao benefício "quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, e passe a exercer atividade" estaria incorreta porque existem outros perfis de beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada, porém o enunciado da questão deixa claro que se trata de um auxílio voltado para pessoa com deficiência e nesse caso terá direito desde que seja beneficiário e passe a exercer atividade.

Fontes:

- BRASIL. LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	29	16	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa I. "É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral" também estaria correta. Porém, isso não procede, visto que o texto da lei expõe que excepcionalmente tal fato pode ocorrer. A ausência do termo excepcionalmente conforme estabelecido na lei muda a afirmativa, tirando o sentido que a família substituta só deve ser considerada uma opção em casos excepcionais. A família substituta, apesar de ser uma opção, não se equipara à família, visto que a conjunção "ou" equipara família a família substituta.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	28	18	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o enunciado está errado ao referir ao estágio probatório de 2 anos. Contudo, está conforme o estabelecido na Lei Complementar n. 68 - Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia - SEÇÃO VII DO ESTÁGIO PROBATÓRIO Art. 28. O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de 02 (dois) anos, com o objetivo de avaliar seu desempenho visando a sua confirmação ou não no cargo para o qual foi nomeado.

Fonte:

- RONDÔNIA. LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n__68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n__794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	17	19	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a resposta da questão não está presente na LOAS. Contudo, a pergunta é sobre a estrutura do Plano de Assistência Social que está presente no SUAS. De acordo com a NOB/SUAS Art.18 §2º A estrutura do plano é composta por, dentre outros: I - diagnóstico socioterritorial; II - objetivos gerais e específicos; III - diretrizes e prioridades deliberadas; IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V - metas estabelecidas; VI - resultados e impactos esperados; VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII - mecanismos e fontes de financiamento; IX - cobertura da rede prestadora de serviços; X - indicadores de monitoramento e avaliação; XI - espaço temporal de execução;

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	27	28	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa que contém o texto “Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal; oferecer vestuário e alimentação suficientes de acordo com a disponibilidade da entidade” está correta. Todavia, de acordo com ECA - Art. 94 -VIII - oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos. Portanto, a lei obriga oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes e não de acordo com a disponibilidade da entidade.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990.DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	21	29	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que não foram citadas todas as medidas previstas no Art. 45 do Estatuto da Pessoa Idosa, porém o enunciado especifica as” seguintes medidas”, não especificando todas as medidas que deveriam ser tomadas. Dessa forma, estando as medidas previstas na lei coloca a alternativa como correta.

Fonte:

- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm . Acesso em:

11 de fev. 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	23	24	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que na NOB/SUAS 2012 não existe o Art.11. Todavia, isso não procede, conforme pode ser consultado na Resolução Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. Outro argumento sobre o enunciado, pede-se para analisar as responsabilidades comuns a à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a única alternativa que tem responsabilidades comuns é a alternativa com texto “elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS; estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais; estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social”.

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/> . Acesso em 10 de fev.2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	18	26	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992 Art. 9º O provimento de cargo público far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Art. 10. A investidura em cargo público ocorre com a posse. Art. 11. São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - promoção; III - readaptação; IV - reintegração; V - aproveitamento; VI - reintegração; VII - recondução.

Fonte:

- RONDÔNIA. LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n__68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n__794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	37	34	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a RDC 36 de 2013, A notificação dos eventos adversos, deve ser realizada MENSALMENTE pelo NSP (Núcleo de Segurança do Paciente), até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de vigilância, por meio das ferramentas eletrônicas disponibilizadas pela Anvisa (Art. 10.). O gabarito está correto ao indicar a alternativa C.

Fonte:

- PORTARIA Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html Acesso em: 13/10/22.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	34	35	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (2022), a Neuropatia periférica diabética dolorosa caracteriza-se por dor neuropática na área corpórea afetada pela neuropatia, que piora com repouso, durante o sono, e melhora com atividade física. A dor crônica traz impacto negativo na qualidade de vida, no humor e na funcionalidade de pessoas com diabetes, causando comorbidades graves, como insônia, ansiedade, depressão e perda de funcionalidade.

Fonte:

- Rolim L, Thyssen P, Flumignan R, andrade D, Dib S, Bertoluci M. Diagnóstico e tratamento da neuropatia periférica diabética. Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (2022). DOI: 10.29327/557753.2022-14, ISBN: 978-65-5941-622-6.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	49	45	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As hemoglobinopatias mais frequentes são representadas pela Doença Falciforme e, a seguir, a Talassemia (alternativa B incorreta, pois o tipo mais frequente é a Doença falciforme e não a talassemia como afirma a opção B). As outras hemoglobinopatias mais raras são representadas pelas HbC, HbE e HbD. A morbidade e a mortalidade são o resultado de infecções, anemia hemolítica e de microinfartos decorrentes de uma vaso-oclusão microvascular difusa.

Fontes:

- NUPAD. Faculdade de Medicina UFMG. Doença falciforme. Disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/topicos-em-saude/doenca-falciforme/> Acesso em: 03/02/2023
- <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/obter-tratamento-para-pacientes-com-hemoglobinopatias#:~:text=O%20termo%20hemoglobinopatia%20refere%2Dse,pelas%20HbC%2C%20HbE%20e%20HbD.> Acesso em: 03/02/2023
- HEMOCENTRO. UNICAMP. Hemoglobinopatias. Disponível em: <https://www.hemocentro.unicamp.br/doencas-de-sangue/hemoglobinopatias/> Acesso em: 03/02/2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	36	47	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Leucemia Mieloide Aguda sofre, caracteristicamente, uma parada maturativa celular na fase de blastos ou promielócitos, levando à redução dos elementos normais no sangue periférico. As deficiências da hematopoese na medula óssea, com a substituição das células normais por células imaturas que nela se acumulam, resultam numa insuficiência funcional da medula óssea que, em consequência, se expressa clinicamente por anemia, sangramento, infecções e síndrome de hiperviscosidade. O hemograma completo revela diminuição da contagem de eritrócitos e plaquetas.

Fonte:

- BRUNNER & SUDDARTH: Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Vol. 1. 14ª ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	41	49	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão aborda um tema que não está previsto no conteúdo programático do edital do concurso e que não é da competência da enfermagem conhecer o agente infeccioso envolvido na patologia abordada, neste caso, a erisipela. O conhecimento científico confere ao enfermeiro segurança na tomada de decisões, sendo uma condição necessária para assumir condutas e atitudes embasando as suas habilidades e conferindo o domínio para agir de forma cientificamente consensual. O assunto abordado corresponde à: Assistência de enfermagem a usuários com infecções adquiridas na comunidade.

Fonte:

- Edital do concurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	50	32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão aborda um tema que não está previsto no conteúdo programático do edital do concurso, fugindo o assunto da competência enfermagem.

A lei que regulamenta o exercício profissional da Enfermagem (Lei 7498/86) e a portaria ministerial autorizam os profissionais a prescreverem medicamentos previamente estabelecidos em Programas de Saúde Pública e atividades enquadradas nos protocolos, de acordo com os programas e com rotinas aprovadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A solicitação de exames de rotina e complementares é realidade consolidada no Brasil desde 1997, quando foi editada a Resolução Cofen 195/97. A consulta de enfermagem, o diagnóstico de enfermagem e a prescrição de medicamentos em protocolos são competências dos enfermeiros estabelecidas na Lei 7.498/1986, regulamentada pelo Decreto 94.406/1987 e pela Portaria MS 2.436/2017.

Fonte:

- Edital do concurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	44	43	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

BRUNNER & SUDDARTH, 2014, afirmam que “ A hipersensibilidade é uma resposta imune excessiva ou aberrante a qualquer tipo de estímulo. Habitualmente, ela não ocorre com a primeira exposição a um alérgico. Em vez disso, a reação se segue à reexposição após a sensibilização, ou à formação de anticorpos em uma pessoa predisposta.” O exposto justifica o gabarito da questão.

Fonte

- BRUNNER & SUDDARTH: Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Vol. 1. 14ª ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	38	40	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Algumas razões recursais sustentam que há mais de uma resposta correta para a questão e outras, que não há resposta correta para a questão, levantando questionamentos quanto as opções A, B e C. Em tratamentos geniturinários relativamente normais, cepas de *Escherichia coli* representam 75 a 95% dos casos de infecção do trato urinário (Opção de resposta A correta). Nos homens, a maioria das infecções do trato urinário ocorre em crianças ou idosos. (Opção de resposta C INCORRETA, sendo o gabarito da questão). O esvaziamento completo da bexiga durante a micção é um fator de proteção contra este tipo de infecção (alternativa B está correta) .

Fontes:

- PINTO, Sarah L. Assistência de enfermagem em nefrologia (livro eletrônico): conceitos, abordagens, terapêuticas e cuidados. Triunfo:PE, Omnis Scientia, 2021.Disponível em: <https://editoraomnisscientia.com.br/editora/artigoPDF/1241506.pdf> Acesso em: 06/02/2023
- Manual MSD. Infecções bacterianas do trato urinário. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/dist%C3%BArbios-geniturin%C3%A1rios/infec%C3%A7%C3%B5es-do-trato-urin%C3%A1rio/infec%C3%A7%C3%B5es-bacterianas-do-trato-urin%C3%A1rio-itus> Acesso em: 06/02/2023.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Engenharia Civil

BRANCA
6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão solicita que se atente para as afirmações sobre a pontuação empregada no texto. Em I, afirma-se: Em “Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo.”, o uso do ponto e vírgula está adequado, pois separam orações coordenadas que já apresentam vírgula.; nota-se que essa afirmação é verdadeira, uma vez que, de acordo com a norma padrão, deve-se usar ponto e vírgula entre orações coordenadas que já apresentam vírgula. Em II, afirma-se Em “Gramática tem gênero, ideologia e preconceito.”, a vírgula foi usada com a mesma finalidade que as vírgulas empregadas neste trecho: “Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu [...]”, no caso, separar os elementos formadores de um termo composto.; nota-se que nos dois casos as vírgulas foram usadas com a mesma finalidade, corretamente explicada, ou seja, separar elementos formadores de termo composto. Em III, afirma-se Em “Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores.”, a ausência de vírgula antes da palavra “que” implica desvio da norma padrão, uma vez que o sentido da oração é explicativo e não restritivo.; nota-se que a ausência da vírgula é responsável por indicar o sentido restritivo, logo, se a vírgula fosse inserida, o sentido seria alterado e o enunciado ficaria, portanto, inadequado. Depois, para atender ao comando, deve-se identificar em que alternativa o número correspondente às afirmações verdadeiras estejam. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "*Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura*", (link abaixo) no trecho "*Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, "recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo". A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho "Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra."* RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que na NOB/SUAS 2012 não existe o Art.11. Todavia, isso não procede, conforme pode ser consultado na Resolução Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. Outro argumento sobre o enunciado, pede-se para analisar as responsabilidades comuns a à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a única alternativa que tem responsabilidades comuns é a alternativa com texto "elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS; estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais; estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social".

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/> . Acesso em 10 de fev.2023.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992 Art. 9º O provimento de cargo público far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Art. 10. A investidura em cargo público ocorre com a posse. Art. 11. São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - promoção; III - readaptação; IV - reintegração; V - aproveitamento; VI - reintegração; VII - recondução.

Fonte:

- RONDÔNIA. LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n__68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n__794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao recurso interposto pretende a alteração do gabarito, alegando que a questão possui erro na divulgação do gabarito. O recurso não se sustenta, eis que conforme a própria norma utilizada pela banca, “poço de visita” é a “câmara visitável através de abertura existente em sua parte superior, destinada à execução de trabalhos de manutenção.”. Já o “trecho”, que é a alternativa correta (letra B), é o “segmento de coletor, coletor tronco, interceptor ou emissário, compreendido entre singularidades sucessivas; entende-se por singularidade qualquer órgão acessório, mudança de direção e variações de seção, de declividade e de vazão quando significativa.”.

Fonte:

- NBR 9.649/1986 (Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário), item 3.7.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Ao recurso interposto pretende a alteração do gabarito, alegando que a questão possui erro na divulgação do gabarito. O recurso se sustenta, eis que, o item IV também está correto, pois a norma técnica utilizada pela banca diz que: “acabamentos: produtos que tem a finalidade de conferir as características visíveis de proteção e estética do substrato.”, o que torna o item correto.

Altera-se o gabarito da letra C para a letra D.

Fonte:

- NBR 13.245/2011 (tintas para construção civil – execução de pinturas em edificações não industriais – preparação de superfície), item 3.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme citado em Carvalho Junior, 2018 (pág. 72), referência no assunto, no tópico DIVISÃO DA INSTALAÇÃO EM CIRCUITOS TERMINAIS: “A divisão da instalação elétrica em circuitos terminais segue critérios estabelecidos na NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão - Procedimentos), da ABNT. De acordo com a norma, devem ser previstos circuitos de iluminação separados dos circuitos de tomadas de uso geral. Os circuitos com pontos de luz e tomadas de uso geral devem ser racionalmente divididos pelos setores da unidade residencial (social, íntimo, serviço etc). Recomendam-se tomadas comuns, de 100 watts de potência, em média, para ambientes de estar, como salas e quartos. Um circuito dimensionado com um cabo de 2,5 mm² (a bitola mais comum em residências) a uma tensão de 127 volts pode conduzir algo em torno de 1. 200 a 1. 500 watts. Além disso, devem ser previstos circuitos exclusivos para tomadas de uso específico, como, por exemplo, de chuveiro, ar-condicionado, forno de micro-ondas etc. Os aparelhos eletrônicos, como os computadores, mesmo que não tenham potência tão elevada, devem ser alimentados por circuitos exclusivos e com aterramento. Também é preciso tomar cuidado para não sobrecarregar os circuitos. Se os circuitos ficarem muito carregados, os fios terão uma bitola (diâmetro) muito grande, o que dificultará sua instalação nos eletrodutos e as ligações terminais de interruptores e tomadas”.

Embora, muitas vezes na prática, não seja necessário um circuito exclusivo dada a baixa potência, no caso de computadores, dada a sua importância, como citado na NBR 5410, que explica que computador é um equipamento de tecnologia da informação que tem como funções: receber dados de uma fonte externa (por exemplo, via linha de entrada de dados ou via teclado), processar os dados recebidos (por exemplo, executando cálculos, transformando ou registrando os dados, arquivando-os, triando-os, memorizando-os, transferindo-os), e fornecer dados de saída (seja a outro equipamento, seja reproduzindo dados ou imagens); deve-se seguir ao prescrito pelas referências no assunto, conforme explicita o autor Carvalho Junior, desta forma o recurso é

IMPROCEDENTE, e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- CARVALHO JÚNIOR, R. Instalações elétricas e o projeto de arquitetura. São Paulo: Blucher, 2018. Pag. 70-72.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os elementos estruturais de aço, entre diversas outras aplicações, são empregados na composição de treliças, como pilares e vigas, formando contraventamentos, como barras de pórticos. Estes elementos são projetados indistintamente submetidos a tensões normais de tração e compressão, pois o aço é um material que se comporta muito bem sob essas duas tensões embora sob compressão os elementos sejam sujeitos a problemas de instabilidade.

Os elementos estruturais mistos de aço e concreto são usados principalmente como pilares, lajes e vigas. Nos pilares mistos, um perfil de aço, em geral de forma H, é revestido total ou parcialmente em concreto. Nas vigas mistas, um perfil de aço, quase sempre em forma de I, trabalha com uma laje de concreto sobreposta, com a união mecânica entre ambos proporcionada por dispositivos apropriados, denominados conectores de cisalhamento. Nas lajes mistas, utiliza-se uma forma de aço conformada a frio, na maioria das vezes de seção trapezoidal. Essa fôrma fica na face inferior da laje e trabalha como armadura positiva.

Os elementos mistos são projetados de modo que:

- Suas partes de concreto trabalhem predominantemente a compressão, pois o concreto possui resistência à tração muito limitada.
- Seu componente de aço, exceto nos pilares mistos, trabalhe predominantemente à tração, para que fique isento de problemas relacionados a instabilidade (afirmativa II).
- Nos pilares mistos usa-se armadura longitudinal, formada por barras redondas nervuradas, cuja contribuição também é levada em conta na determinação da sua capacidade resistente (fig. 1.2).

Desta forma, pelo exposto, o recurso é IMPROCEDENTE, a afirmativa II está correta e o gabarito deve ser mantido.



FIGURA 1.2 Exemplo de obra com elementos estruturais mistos de aço e concreto.

Fonte:

- FAKURI, R. H. CASTRO E SILVA, A. L, R.; CALDAS, R.B. Dimensionamento de elementos estruturais de aço e mistos em concreto e aço. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2016. Disponível em:

BRANCA
44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão é sobre interpretação lógica da Constituição Federal, pedindo que se aponte a situação em que o termo apresentado produz uma assertiva verdadeira. A assertiva “A” é falsa, pois, apesar de a Constituição proibir a acumulação de cargos públicos, a de dois cargos de professor é uma exceção. A assertiva “B” é falsa, pois, as funções de confiança são de provimento exclusivo por servidores efetivos. A assertiva “C” é falsa, pois, apesar de a estabilidade ocorrer aos três anos de efetivo exercício, o servidor estável pode ser o exonerado por insuficiência de desempenho. A assertiva “D” é falsa, pois, os estrangeiros podem, na forma da lei, ocupar cargos públicos. A assertiva “E” é verdadeira, pois, conforme artigo 37, §1º da Constituição, é vedado o uso de símbolos que caracterizem promoção pessoal nas atividades de publicidade dos órgãos públicos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Constituição Federal, art. 37, incisos XVI, V, II, §1º e art. 41
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Estatística

BRANCA
3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde o sintagma destacado desempenhe a mesma função sintática do sintagma destacado no trecho do enunciado. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar a função sintática desempenhada pelo sintagma destacado no trecho do enunciado. Depois, analisar a função sintática de cada um dos sintagmas destacados nas alternativas sugeridas. No enunciado, destaca-se este trecho: “[...] existe um equilíbrio desejável entre a tradição e o uso do Português [...]”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de sujeito do verbo “existe”, no caso, posposto ao verbo. Na alternativa A: “[...] invoque os grandes autores do passado [...]”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de objeto direto do verbo “invoque”. Na alternativa B: “[...] a língua não pertence apenas aos especialistas.”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de objeto indireto do verbo “pertence”. Na alternativa C: “[...] a norma nasceu de um mundo patriarcal e misógino.”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de sujeito do verbo “nasceu”. Na alternativa D: “era um gênio da composição de termos não dicionarizados [...]”, nota-se que o sintagma destacado é o núcleo do predicativo do sujeito. Na alternativa E: “Os termos de origem francesa ou inglesa interagem sem um debate forte.”, nota-se que o sintagma destacado desempenha a função sintática de adjunto adverbial. Essa análise revela que apenas o sintagma destacado na alternativa C desempenha a mesma função do sintagma destacado no trecho do enunciado.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, conforme artigo *“Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos; Governo contribui para preservar patrimônio histórico”* (link abaixo). *“O engenheiro norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), considerado um dos maiores empresários da história do país, foi um dos responsáveis por tocar o empreendimento durante os anos de 1907 a 1912...”*. A assertiva “B” é verdadeira, conforme trecho: *“Apesar de tentativas anteriores foi apenas no início do século XX que a construção de uma ferrovia binacional foi viabilizada através do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, do qual foram signatários o Brasil e a Bolívia...”*. A assertiva “C” é falsa (e, portanto, a alternativa-resposta) conforme trecho: *“Inaugurada em 1912, a EFMM só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade, fato explicado pela queda vertiginosa da participação brasileira no mercado da borracha...”*. A assertiva “D” é verdade, conforme trecho do artigo *“Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré”* (link abaixo) *“A história da cidade de Porto Velho se confunde com a própria história da criação da ferrovia, sendo as principais estruturas do complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré...”* A assertiva “E” é verdadeira, conforme trecho *“Segundo a Biblioteca Nacional, em 30 de abril de 1912, foi concluído o que se considera o último trecho da ferrovia.”* RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/#:~:text=O%20empreendimento%20Madeira%2DMamor%C3%A9%20Railway,m%C3%A1quinas%2C%20ferramentas%20e%20carv%C3%A3o%20mineral>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa I. “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” também estaria correta. Porém, isso não procede, visto que o texto da lei expõe que excepcionalmente tal fato pode ocorrer. A ausência do termo excepcionalmente conforme estabelecido na lei muda a afirmativa, tirando o sentido que a família substituta só deve ser considerada uma opção em casos excepcionais. A família substituta, apesar de ser uma opção, não se equipara à família, visto que a conjunção “ou” equipara família a família substituta.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA
37

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

O gabarito divulgado está incorreto.

A alternativa correta é [13,176; 14,824].

De acordo com as informações fornecidas no enunciado, segue a solução:

$$14 \pm 2,06 \cdot \frac{2}{5} = [13,176 ; 14,824]$$

Fonte:

- Morettin, Pedro A., and Wilton O. Bussab. Estatística básica. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar as afirmativas, tem-se o seguinte raciocínio:

Afirmativa I: A raiz quadrada de R^2 representa o coeficiente de correlação **apenas** no caso do modelo de regressão linear simples. Em modelos com mais covariáveis a raiz quadrada de R^2 não possui essa interpretação (Afirmativa falsa)

Afirmativa II: O valor de R^2 **aumenta** à medida que novas covariáveis são incorporadas no modelo de regressão linear múltipla. (Afirmativa falsa)

Afirmativa III: Expressa a quantidade da variância dos dados que é explicada pelo modelo. (Afirmativa verdadeira)

Fonte:

- Morettin, Pedro A., and Wilton O. Bussab. Estatística básica. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA
44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão é sobre interpretação lógica da Constituição Federal, pedindo que se aponte a situação em que o termo apresentado produz uma assertiva verdadeira. A assertiva “A” é falsa, pois, apesar de a Constituição proibir a acumulação de cargos públicos, a de dois cargos de professor é uma exceção. A assertiva “B” é falsa, pois, as funções de confiança são de provimento exclusivo por servidores efetivos. A assertiva “C” é falsa, pois, apesar de a estabilidade ocorrer aos três anos de efetivo exercício, o servidor estável pode ser o exonerado por insuficiência de desempenho. A assertiva “D” é falsa, pois, os estrangeiros podem, na forma da lei, ocupar cargos públicos. A assertiva “E” é verdadeira, pois, conforme artigo 37, §1º da Constituição, é vedado o uso de símbolos que caracterizem promoção pessoal nas atividades de publicidade dos órgãos públicos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Constituição Federal, art. 37, incisos XVI, V, II, §1º e art. 41
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA
45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois, há uma definição de moralidade, associada ao princípio da legalidade. A assertiva “B” é falsa, pois, há uma definição do conceito de razoabilidade, associada ao princípio da eficiência. A assertiva “C” é falsa, pois, associa indevidamente o princípio da indisponibilidade do interesse público com o princípio da proteção da confiança legítima, diz respeito à segurança jurídica. A assertiva “D” é falsa, pois o princípio da transparência não está atrelado a uma discricionariedade da Administração. A assertiva “E” é verdadeira, pois, a motivação é a explicitação do motivo, ou seja, a justificativa expressa das razões de fato e de direito que determinam a prática dos atos na administração pública ou fundamentam a tomada de decisão. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Fisioterapia

BRANCA	VERDE
8	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto e se fazendo as adaptações necessárias, palavra destacada esteja adequadamente substituída por um sinônimo. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] rocim magro [...]” = tez; nota-se que “tez” não é sinônimo de rocim, que significa, de modo geral, “cavalo”. Na alternativa B: “[...] adarga antiga [...]” = escudo; nota-se que “escudo” é um sinônimo de adarga, conforme definição em dicionários, sobretudo, no dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (“Adarga: escudo de couro dobrado, de forma oval, com uma braçadeira estreita para a mão e outra, larga, para o braço, originalmente us. pelos mouros; darga”). Na alternativa C: “[...] vivia um fidalgo [...]” = plebeico; nota-se que “plebeico” é antônimo de Fidalgo, ou seja, plebeico significa “qualidade de plebeu”. Na alternativa D: “[...]de lança em lanceiro [...]” = armeiro; nota-se que “armeiro” significa ou quem fabrica, ou lugar onde se guaram armas, por outro lado, “lanceiro” significa soldado ou alguém armado com lança. Na alternativa E: “Num vilarejo da Mancha [...]” = mosteiro; nota-se que “mosteiro” significa estabelecimento onde monges vivem, logo, não é sinônimo de “vilarejo”. Essa análise revela que apenas a alternativa B atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA	VERDE
13	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, conforme artigo “Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos; Governo contribui para preservar patrimônio histórico” (link abaixo). “O engenheiro norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), considerado um dos maiores empresários da história do país, foi um dos responsáveis por tocar o empreendimento durante os anos de 1907 a 1912...”. A assertiva “B” é verdadeira, conforme trecho: “Apesar de tentativas anteriores foi apenas no início do século XX que a construção de uma ferrovia binacional foi viabilizada através do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, do qual foram signatários o Brasil e a Bolívia...”. A assertiva “C” é falsa (e, portanto, a alternativa-resposta) conforme trecho: “Inaugurada em 1912, a EFMM só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade, fato explicado pela queda vertiginosa da participação brasileira no mercado da borracha...”. A assertiva “D” é verdade, conforme trecho do artigo “Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” (link abaixo) “A história da cidade de Porto Velho se confunde com a própria história da criação da ferrovia, sendo as principais estruturas do complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré...” A assertiva “E” é verdadeira, conforme trecho “Segundo a Biblioteca Nacional, em 30 de abril de 1912, foi concluído o que se considera o último trecho da ferrovia.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/#:~:text=O%20empreendimento%20Madeira%2DMamor%C3%A9%20Railway,m%C3%A1quinas%2C%20ferramentas%20e%20carv%C3%A3o%20mineral>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf

BRANCA	VERDE
14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura", (link abaixo) no trecho “Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, “recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo”. A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho “Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atendera grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO

MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA	VERDE
20	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa I. “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” também estaria correta. Porém, isso não procede, visto que o texto da lei expõe que excepcionalmente tal fato pode ocorrer. A ausência do termo excepcionalmente conforme estabelecido na lei muda a afirmativa, tirando o sentido que a família substituta só deve ser considerada uma opção em casos excepcionais. A família substituta, apesar de ser uma opção, não se equipara à família, visto que a conjunção “ou” equipara família a família substituta.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE
30	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Justificativa: De acordo com a Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992 Art. 9º O provimento de cargo público far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Art. 10. A investidura em cargo público ocorre com a posse. Art. 11. São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - promoção; III - readaptação; IV - reintegração; V - aproveitamento; VI - reintegração; VII - recondução.

Fonte:

- **RONDÔNIA.** LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n__68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n__794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE
31	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

II - É classificada como primária e está presente em adolescentes com história familiar de HAS ou doença cardiovascular, ou secundária, devido alguma alteração hepática ou endócrina. – alteração renovascular, renal ou hipertensão essencial.

III - A incidência da HA primária aumentou na última década devido ao sobrepeso e obesidade na faixa etária entre 7 a 14 anos. O diagnóstico é definido a partir da VII Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial, o adolescente que estiver com os parâmetros maior ou igual a 100 mmHg da pressão sistólica e da pressão diastólica maior ou igual a 60 mmHg. Igual a 120 x 80 mmHg.

Ainda sobre o tema:

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) em adolescentes é classificada com base no percentual da pressão arterial, sexo, idade e estatura além da ausculta cardíaca. Medidas elevadas devem ser repetidas em pelo menos três ocasiões diferentes se estiverem assintomática. É classificada como primária e está presente em adolescentes com história familiar de HAS ou doença cardiovascular, ou secundária, devido alguma alteração renal ou renovascular. A incidência da HA primária aumentou na última década devido ao sobrepeso e obesidade na faixa etária entre 7 a 14 anos.

Vários fatores têm sido relacionados com os valores de pressão arterial (PA), sendo os principais: a condição socioeconômica, etnia, os hábitos alimentares, a idade, o sono, a adesão familiar, o peso e a estatura. Assim, as consequências da elevação da PA resultam em doenças cardiovasculares na vida adulta desses adolescentes. Em pesquisa epidemiológica em brasileiros das últimas décadas demonstraram que a prevalência de hipertensão arterial sistêmica varia de 0,8% a 8,2% na faixa etária de 10-20 anos.

Os antecedentes que surgem durante a adolescência, podem levar a HAS na vida adulta, o que consequentemente leva ao aumento da massa ventricular esquerda, que é um risco de doença cardiovascular. Baseado nestas observações, identificar adolescentes em pré-disposição tem um importante impacto nas consequências a longo prazo, porque permite ao médico pediatra identificar o risco e iniciar assim medidas preventivas em idade precoce. Para compreensão da doença é necessário entender que a pressão arterial exercida pelo sangue no interior das artérias varia conforme as alterações fisiológicas do aparelho cardiovascular, principalmente em relação ao débito cardíaco (DC), definido como a quantidade de sangue que é bombeada para o coração no período de um minuto. Bem como pela resistência periférica (RP), que é a resistência que os vasos oferecem ao fluxo sanguíneo normal. Todo esse processo influencia nas oscilações dos valores de pressão ao longo do dia conforme a exigência do indivíduo.

As principais causas da HAS, de acordo com o grupo etário, são: de 6 a 12 anos: doença do parênquima renal, doença renovascular, hipertensão essencial, 3 coarctação da aorta, causas endócrinas e iatrogênicas. De 12 a 18 anos: hipertensão essencial, iatrogênicas, doença do parênquima renal, doença renovascular, causas endócrinas e coarctação da aorta. Na adolescência a aferição da PA se torna essencial em toda a avaliação clínica, pois é uma ótima estratégia para identificação e possível prevenção de agravos. Atualmente, a obrigatoriedade da aferição da PA a partir dos três anos de idade é considerada relevante anualmente ou quando houver os fatores predisponentes. Porém, devido à complexidade da averiguação em adolescentes, faz com que muitos profissionais não exerçam essa obrigação nas suas rotinas médicas, ou interpretam os valores de forma incorreta o que leva a uma consequência no indivíduo devido a um subdiagnóstico. O método mais comum para o diagnóstico é a aferição da PA nos consultórios que faz a identificação de valores que estão variando e pode levar a uma estratificação de risco mais precisa, permitindo assim o início de um tratamento precoce. A repetição da aferição é um método efetivo para diagnóstico e há vários tipos de monitoramento, tais como a MAPA (monitoramento ambulatorial de pressão arterial) em que dezenas de medições são realizadas em um período de 24 horas e MRPA (monitoramento residencial da PA) em que algumas medidas são realizadas durante alguns dias ao longo da semana, porém o MRPA pode ser uma forma de diagnóstico mais precisa em adolescentes. São métodos muito utilizados para descartar a opção de pressão arterial do jaleco branco, onde há elevação das medidas de PA no consultório apesar dos valores normais, por receio ou medo do profissional da saúde com vestimenta branca.

O diagnóstico é definido a partir da VII Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial, o adolescente que estiver com os parâmetros maior ou igual a 120 mmHg da pressão sistólica e da pressão diastólica maior ou igual a 80 mmHg. Os valores a partir do diagnóstico ajudam nas compreensões dos mecanismos, que poderão identificar complicações e risco prematuros para cardiopatias consequentes e assim também levando este adolescente a ter um maior risco de mortalidade.

É recomendada a prática regular do exercício físico, pois vem acompanhada de vários benefícios a saúde do indivíduo, principalmente em hipertensos. Por ser uma 4 doença muitas vezes assintomática, as atividades devem ser realizadas logo no começo do tratamento, tendo em vista a redução do uso de medicamentos, aumento modesto da aptidão física, e principalmente a diminuição significativa dos valores de pressão arterial.

Fonte:

- <https://fisiosale.com.br/wp/wp-content/uploads/2019/02/Benef%C3%ADcios-da-fisioterapia-na-hipertens%C3%A3o-arterial-na-adolesc%C3%Aancia.pdf>

BRANCA	VERDE
34	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A altura também é uma medida de valor fisiológico que correlaciona-se com o volume pulmonar e é utilizada para o ajuste de parâmetros ventilatórios de pacientes em ventilação mecânica. Qualquer erro na aferição da altura pode ofertar volumes correntes de ventilação inadequados com consequente lesão pulmonar ou desenvolvimento de Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo (SDRA).

Fontes:

- https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2018/TRABALHO_EV108_MD1_SA9_ID1739_21052018235530.pdf
- <https://www.scielo.br/j/rbti/a/Whwrm75h6MJwr5C6JmJg73Q/?format=pdf>

BRANCA	VERDE
35	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A fisioterapia exerce um significativo papel na prevenção de quedas em idosos, pois melhora o desempenho motor e o equilíbrio. Ao inserir um programa de exercícios fisioterapêuticos, os quais podem simular atividades de dupla tarefa realizadas no dia a dia dos idosos, é possível reduzir ou até mesmo evitar a diminuição funcional decorrente do envelhecimento. Ao prevenir as quedas ocorre a redução da mortalidade, que são elevadas entre os idosos deste grupo.

Define-se “dupla tarefa” como a capacidade de efetivar uma ação primordial incorporada a uma segunda atividade. Em idosos, é presumível que a execução de ações simultâneas comprometa o equilíbrio postural, favorecendo quedas nesta população.

Desde seu início, as avaliações funcionais dão ênfase às Atividades de Vida Diárias (AVD). A primeira escala desenvolvida, e a que é até os dias de hoje mais citada e utilizada, é a Escala de Katz (anexo 6, página 145), planejada para medir a habilidade da pessoa em desempenhar suas atividades cotidianas de forma independente e assim determinar as necessárias intervenções de reabilitação. Posteriormente, Lawton propôs um outro instrumento para avaliar as Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD) (anexo 7, página 147), consideradas mais complexas e cuja independência para desempenho está diretamente relacionada com a capacidade de vida comunitária independente. A capacidade em realizá-las torna as pessoas idosas mais auto-confiantes para a vida em comunidade.

Fontes:

- https://saude.campinas.sp.gov.br/programas/idoso/cadernos_atencao_basica/caderno_19_cap_6_avaliao_global_idoso.pdf
- <https://www.scielo.br/j/fp/a/5ZWCgJkBXVBCQMK7RbQBHyy/?format=pdf&lang=pt>

BRANCA	VERDE
36	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Caso tenha passado por algum trauma afetando a região do ombro, pescoço, braço, mão e observar algum dos sinais abaixo no seu braço e/ou mão, procure, assim que possível, orientação médica para um exame completo:

Fraqueza ou falta de controle dos movimentos.

Braço e/ou mão flácido ou paralisado.

Alterações da sensibilidade, tais como formigamento, dormência, sensação de choques e dor, ou falta de sensibilidade.

Inchaço, aumento ou diminuição do suor.

Os sinais e sintomas dependerão do local, tipo e gravidade da lesão. O exame clínico é a ferramenta mais indicada

para identificar lesões deste tipo, e se for o caso você será encaminhado para um neurologista ou neurocirurgião. No exame clínico avalia-se a história do trauma e as queixas do paciente. É realizada também a avaliação física, onde, através de testes específicos, serão examinados a força (os movimentos) e a sensibilidade do ombro, braço e mão. Entretanto, é bastante comum que outros exames sejam realizados para ajudar a identificar e/ou confirmar e detalhar a lesão

Fonte:

- <https://abraco.numec.prp.usp.br/lesao-do-plexo-braquial/>

BRANCA	VERDE
38	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme conteúdo programático disponibilizado:

ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: FISIOTERAPIA Legislação e Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Prevenção, Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Saúde do idoso; Epidemiologia. Prevenção e Combate a Doenças. Anatomia, fisiologia, fisiologia do exercício e fisiopatologia, semiologia e procedimentos fisioterápicos nas áreas: neurológicas e neuropediátricas; ortopedia e traumatologia; cardiologia; pneumologia; Geriatria: fisioterapia preventiva, curativa e reabilitadora. Ventilação mecânica invasiva e não invasiva: princípios, indicações, modos ventilatórios, ajustes e complicações. Manejo do doente neurológico: avaliação e tratamento. Princípios do tratamento físico em neurologia e dispositivos auxiliares (órteses e próteses). Código de Ética do Fisioterapeuta.

Ao interpretar a alternativa C): A redução da inflamação ocorre por meio da diminuição das enzimas no sangue (creatina quinase), AUMENTO na atividade antioxidante e redução na fadiga muscular, bem como na diminuição da dor, produção de colágeno e proliferação de fibroblastos.

Fontes:

- <https://blog.artmed.com.br/fisioterapia/laserterapia-lesoes-musculares>
- <https://ortopedistadojoelho.com.br/tratamento-por-laser-2/>

BRANCA	VERDE
39	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em 2006, foi realizado na cidade de São Paulo, um importante estudo científico Fatores associados às alterações de equilíbrio em idosos residentes no município de São Paulo em 2006: evidências do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE).

O envelhecimento é um fenômeno fisiológico contínuo e progressivo experimentado pelas pessoas ao longo de suas vidas e caracteriza-se por mudanças psicológicas, sociais, genéticas e biológicas.

O processo fisiológico do envelhecimento compromete, dentre outros sistemas corporais, a habilidade do sistema nervoso central (SNC) em realizar o processamento dos sinais vestibulares, visuais e proprioceptivos responsáveis pela manutenção do equilíbrio corporal, bem como diminui a capacidade de modificações dos reflexos adaptativos. Esses processos degenerativos são responsáveis pela ocorrência de vertigem e/ou tontura e de desequilíbrio na população idosa.

O equilíbrio corporal é fator primordial para a orientação do indivíduo no espaço circundante. É um processo automático que possibilita ao indivíduo se mover no meio ambiente e resistir à desestabilização da gravidade. Nele, o SNC precisa de acurada percepção do senso interno da posição dos segmentos corporais, uns em relação aos outros e destes em relação ao espaço.

O desequilíbrio corporal é um dos principais fatores que limitam a vida do idoso. Namaioria dos casos, não pode ser atribuído a uma causa específica, mas sim a um comprometimento do sistema de equilíbrio como um todo. O

desequilíbrio corporal aumenta com a idade. As quedas são as consequências mais graves do desequilíbrio, sendo seguidas por fraturas, hospitalização, complicações psicológicas, medo de novas quedas, perda e redução da independência, da autonomia e mortalidade. Há um aumento na incidência de mortalidade de idosos devido a fraturas decorrentes de quedas. Segundo dados encontrados por Coutinho et al., a mortalidade acumulada em um ano de idosos após hospitalização por fratura decorrente de queda foi de 25,2% e 4% para idosos com e sem fratura grave. As quedas também elevam os custos com o tratamento de saúde, gerando consequências negativas, sobretudo para a qualidade de vida dos idosos.

Vários aspectos contribuem para a perda, total ou parcial, do equilíbrio e controle corporal, tais como: alterações no sistema vestibular, diminuição das reações neuromotoras de equilíbrio e de contração muscular, diminuição da força muscular, diminuição da coordenação motora, alterações visuo-espaciais, alteração da propriocepção com a diminuição da sensibilidade tátil pela atrofia dos receptores, perdas das fibras proprioceptivas e diminuição dos reflexos tendíneos, alterações auditivas, cognitivas, depressão e uso de determinados tipos de medicamentos. Idosos com multimorbidade, baixo nível de atividade física e alcoolismo são mais propensos a apresentar alterações de equilíbrio.

O conhecimento dos fatores associados às alterações de equilíbrio corporal dos idosos é de fundamental importância, uma vez que auxilia na adoção de estratégias preventivas mais adequadas e específicas voltadas para atenuar os efeitos deletérios de certos determinantes.

A variável dependente foi a alteração de equilíbrio corporal do idoso. Para mensurá-lo utilizou-se parte do Short Physical Performance Battery (SPPB). De acordo com o SPPB, o equilíbrio é pontuado em três posições: solicita-se ao participante que fique com os pés juntos olhando para frente e se for capaz de se manter na posição durante 10 segundos é atribuído um ponto, caso não mantenha a posição por 10 segundos ou se recusar a tentar, nenhum ponto é atribuído. Em seguida, realiza-se o teste com o participante em posição Semi Tandem, que tem pontuação igual à anterior. Finalizando o teste de equilíbrio, solicita-se que o indivíduo fique na posição Tandem. Ambas as posições devem ser sustentadas por dez segundos. Vale destacar que na posição Semi Tandem o indivíduo assume a posição em pé com o calcanhar de um dos pés encostado na lateral do hálux do pé oposto; e na posição Tandem, o indivíduo em pé mantém o calcanhar de um dos pés na frente e encostado no outro pé. Se for capaz de se manter na posição por 10 segundos são atribuídos dois pontos; se mantiver na posição entre três a 9,99 segundos é atribuído um ponto e para um tempo menor que três segundos nenhum ponto é atribuído. Dessa forma, o valor total do teste de equilíbrio será dado pela somatória das três posições, apresentando uma variação na pontuação entre zero (pior desempenho) e quatro pontos (melhor desempenho). Os idosos com quatro pontos foram classificados em sem alteração de equilíbrio e com pontuação entre zero a três pontos com alteração de equilíbrio.

Fonte:

- <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/TCNN6scPCSCNSGRS7V3whCt/?lang=pt#>

BRANCA	VERDE
40	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A fisioterapia respiratória é uma especialidade terapêutica que tem papel fundamental na prevenção e tratamento de complicações pulmonares de forma acessível que não exige recursos sofisticados para a sua execução. Seu principal objetivo é melhorar a função respiratória de modo a facilitar as trocas gasosas e adequar a relação ventilação-perfusão, por meio de técnicas de higiene brônquica, ou seja, técnicas que facilitam o clearance mucociliar e a remoção de secreções, mantendo assim a permeabilidade das vias aéreas. A fisioterapia respiratória inclui outras técnicas como exercícios respiratórios, mobilização, manobras de reexpansão pulmonar associadas com o recurso da ventilação otimizando o conforto do paciente e a preservação e restauração dos volumes e capacidades pulmonares.

As técnicas atuais surgiram no final da década de 80 e início dos anos 90, a fim de respeitar as diferenças anatomo-fisiológicas de cada faixa etária. Dentre elas destacam-se o aumento do fluxo expiratório (AFE) por meio da variação do fluxo expiratório, que promove a remoção de secreções distais (lenta) e a expiração lenta prolongada (ELPr) que se trata de uma técnica passiva de auxílio expiratório ao lactente, promovendo depuração da via aérea periférica. Esse deslocamento da secreção para as vias aéreas de grande calibre, facilita a eliminação por meio da tosse, que no lactente pode ser obtido pela tosse provocada (TP), onde os receptores mecânicos da

traqueia extratorácica são estimulados, provocando uma tosse reflexa. Faz parte também das técnicas atuais a expiração lenta total com a glote aberta em decúbito lateral ELTGOL e a Drenagem Autógena Assistida (DAA) que são baseadas em princípios fisiológicos dos diferentes níveis do sistema respiratório no qual o tipo de fluxo se altera, atingindo as vias aéreas médias e na periferia pulmonar onde promovem efeitos depurativos.

Lanza et al. (2012) avaliaram as alterações da mecânica respiratória e do volume corrente (VC) após a realização da técnica ELPr, com 18 lactentes apresentando história de sibilância. Após o tratamento houve um aumento significativo do VC e redução da frequência respiratória (FR), porém, não houve mudanças nos valores da mecânica respiratória como complacência. O estudo concluiu que a fisioterapia respiratória é capaz de melhorar os parâmetros de VC e FR em lactentes nessas condições.

Portanto, a fisioterapia respiratória é uma especialidade terapêutica com papel fundamental na prevenção e tratamento de complicações pulmonares de forma acessível que não exige recursos sofisticados para a sua execução. Para uma criança de 1 ano e 6 meses anos histórico de sibilância, a técnica é mais adequada entre as citadas é a ELPr.

Fonte:

- <https://www.portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/30/320>

BRANCA	VERDE
43	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) é a principal causadora de morbidade e mortalidade no mundo, com prevalência crescente caracterizada por uma obstrução do fluxo aéreo expiratório que apresenta hipersecreção de muco em diferentes graus e a perda progressiva da função pulmonar, associada a efeitos sistêmicos como as disfunções musculoesqueléticas e inflamação das vias aéreas. É definida por uma desorganização progressiva da mecânica pulmonar levando a falência respiratória, sendo a segunda patologia mais comum dentre os segurados da Previdência Social. A diminuição do fluxo aéreo ou obstrução brônquica é a principal característica da patologia, que ocorre devido à inflamação das vias aéreas, destruindo o parênquima pulmonar e favorecendo o aprisionamento do ar, desequilibrando tanto a função quanto a estrutura pulmonar. Os déficits fisiológicos da patologia incluem a restrição da tolerância ao exercício, que leva a limitação das atividades de vida diária (AVDs), a limitação do fluxo aéreo e a hiperinsuflação, consequentemente fraqueza dos músculos inspiratórios, além do indivíduo passar a respirar em volumes pulmonares mais altos se aproximando da capacidade pulmonar total, o que proporciona uma limitação ventilatória. Essa interação das anormalidades dos músculos ventilatórios, periféricos e cardiovasculares exemplifica a intolerância ao realizar exercícios físicos e até durante a realização das atividades de vida diária (AVDs) e atividades simples refletindo em prejuízos na qualidade de vida.

Alterações funcionais em pacientes com DPOC - Nos indivíduos com DPOC as deficiências fisiológicas incluem a limitação do fluxo aéreo, dispnéia, hiperinsuflação, exacerbação aguda caracterizada pela piora da dispnéia, tosse e produção de escarro, tornando-se os principais motivos de hospitalizações e morte em pacientes DPOCíticos e a exacerbação resulta em um decaimento acelerado da função pulmonar, dessa maneira, é importante a intervenção fisioterapêutica na reabilitação pulmonar. A fraqueza nos músculos inspiratórios influencia na redução do desempenho ao exercício e na dispnéia. O principal motivo dessa fraqueza é a hiperinsuflação pulmonar que reduz a cápsula do diafragma ocasionando mudanças geométricas nos músculos intercostais, fazendo com que os mesmos trabalhem de forma ineficiente, ocorrendo o aumento do volume pulmonar no final da expiração, reduzindo a capacidade inspiratória, fazendo com que chegue perto da capacidade pulmonar total. Indivíduos com DPOC apresentam hipertrofia das células que são responsáveis pela produção de muco, aumentando a secreção de muco nas vias aéreas, provocando a obstrução e a resistência das vias aéreas, limitando o fluxo aéreo, aumentando o volume residual e diminuindo a eficácia do diafragma, e a primeira alteração apresentada é a musculoesquelética, que compromete os músculos respiratórios e periféricos, que reduzem a atividade enzimática aeróbica, aumenta a apoptose, abaixa a fração de fibras musculares do tipo I, reduz a capilaridade e essas alterações reduzem a capacidade aeróbica, ocorrendo acidose láctica precoce, e o metabolismo anaeróbico que facilita no aumento da demanda ventilatória, além de fraqueza muscular em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica que é proveniente da inflamação sistêmica que se encontra no período de exacerbação, desequilíbrio nutricional, estresse oxidativo, descondicionamento, distúrbios

eletrolíticos, falência cardíaca, redução do anabolismo, hipoxemia, corticosteróides sistêmicos e hipercapnia.

BRANCA	VERDE
44	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Teste do músculo piriforme:

Posição do paciente: deitado de lado e de costas para o examinador com o joelho flexionado a 90º e o pé repousando sobre a fossa poplíteia do membro contra lateral.

Descrição do teste: O terapeuta deverá se posicionar junto à maca e com uma mão fixa no quadril do paciente para estabilizar a pelve. Com a outra mão o terapeuta exerce uma adução do membro inferior, levando o joelho do paciente até a maca. Nesse momento questionar o paciente sobre o aparecimento ou exacerbação da dor.

Sinais e sintomas: o teste do piriforme servirá para identificar uma possível contratura desse músculo, desencadeando sintomas de ciatalgia, ou seja, sensação de dor, queimação, formigamento. A contratura do piriforme é uma manifestação não tão rara e que poderá ser a causa de uma perturbação nervosa envolvendo o nervo ciático. Os sintomas também serão exacerbados quando o paciente realizar a abdução e rotação externa resistida, movimentos que aumentam a tensão sobre o músculo piriforme.

OBS: em torno de 15% da população mundial o nervo ciático cruza no meio do ventre muscular do piriforme que em caso de contratura aumenta ainda mais os sintomas dolorosos.

Fontes:

- <https://blog.portaleducacao.com.br/testes-especiais-da-regiao-dos-membros-inferiores/>
- <https://cirurgiadoquadrilrdaniel.com.br/blog/sindrome-do-piriforme-para-que-serve-o-teste-de-freiberg/>

BRANCA	VERDE
45	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Criada a fim de preencher uma lacuna do Referencial Brasileiro de Procedimentos Fisioterapêuticos dada a relação de dependência dos diagnósticos fisioterapêuticos para com os procedimentos fisioterapêuticos descritos no RBPF.

Fonte:

- <https://www.coffito.gov.br/nsite/wp-content/uploads/2022/10/ANEXO-1-CBDF-PRINCIPIOS-E-FORMATAO.pdf>

BRANCA	VERDE
46	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A espasticidade é um distúrbio motor caracterizado pelo aumento do tônus muscular.

As causas mais comuns de espasticidade são acidente vascular encefálico (derrame), traumatismo cranioencefálico, traumatismo raquimedular e paralisia cerebral. Essa condição está associada à redução do movimento, dor, aumento do gasto energético e dificuldade para executar as tarefas diárias (alimentação, locomoção e transferências). Caso não seja tratada, pode levar a contraturas musculares, rigidez e deformidades articulares.

O Ziclague é um fitoterápico em spray para uso tópico, extraído da planta *Alpinia zerumbet*. O uso do óleo essencial da *Alpinia zerumbet* tem sido amplamente estudado pela sua ação relaxante e antiespasmódica na musculatura cardíaca e lisa. Mais recentemente, o Ziclague foi proposto como coadjuvante no tratamento da espasticidade. Ele atua bloqueando os receptores de rianodina muscular e os canais de cálcio do tipo L. Com isso,

o excesso de cálcio é então retirado do músculo, possibilitando o processo adequado de contração-relaxamento, modulando a espasticidade.

Fonte:

- <https://vitallogy.com/feed/Ziclague%3A+Nova+perspectiva+no+tratamento+da+espasticidade/754>

BRANCA	VERDE
49	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A dor é o principal sintoma da OA, piorando com o movimento articular e ao final do dia. A diminuição da força está presente nos grupos musculares que são responsáveis pela estabilização das articulações com OA, como o quadríceps, causando progressiva perda de função. Atuais estratégias terapêuticas são essencialmente destinadas ao controle da dor e melhora da função articular, minimizando a incapacidade.

Como parte da abordagem fisioterapêutica, estão exercícios, cujos benefícios são comprovados na restauração da amplitude de movimento (ADM), força muscular (FM), melhora da dor e da realização das atividades de vida diária.

O ultrassom terapêutico (US) é uma das modalidades físicas sugeridas pelo Colégio Americano de Reumatologia e Liga Europeia contra o Reumatismo para o tratamento da dor e perda funcional causada pela OA. Na literatura observam-se resultados conflitantes em relação aos benefícios do tratamento com US pulsado ou contínuo em pacientes com OA de joelho e são escassos estudos que especifiquem quais exercícios são mais seguros ou quais intensidades e frequências devem ser utilizadas.

A National Institute for Health and Clinical Excellence recomenda a TENS no tratamento de paciente com osteoartrose de joelho em relação à diminuição da dor e da rigidez especialmente em tratamento de curto prazo. Recomenda também que os profissionais a considerem como um complemento ao tratamento de base para o alívio da dor.

Quatro tipos de aparelhos TENS são usados na prática clínica. O primeiro é de alta frequência que se caracteriza com 40 a 150 Hz, pulsos de largura entre 50 a 100ms, intensidade moderada; o segundo é o de baixa frequência e que se constitui por ondas de 1 a 4Hz, pulsos de largura entre 100 a 400ms e alta intensidade; o terceiro é de frequência de explosão que possui ondas de 1 a 4 Hz, pulsos de largura entre 100 e 250ms e alta intensidade; o quarto é de hiperestimulação contendo ondas de 1 a 4Hz, com pulsos de largura de 10 a 500ms e alta intensidade.

No estudo de Amorim, Rosseti e Braga (2014), eles fazem a comparação da efetividade da terapia manual e TENS na hipoalgesia e funcionalidade na osteoartrite de joelhos, foi iniciado o tratamento com 12 sessões de mobilização articular manual passiva ou 12 aplicações de eletroterapia ambos associados aos exercícios. Foram utilizados como parâmetros na TENS o modo contínuo, frequência de 80 Hz, largura de pulso fixada pelo aparelho 40 µs, voltagem de 220 volts, atingindo o limiar sensitivo, intensidade confortável ao indivíduo, com duração da aplicação de 20 minutos.

Conforme a bibliografia revisada, os resultados sugerem que a corrente TENS pode ser aplicada em pacientes com OA de joelho, contribuindo para a diminuição da dor e melhora funcional, beneficiando principalmente a marcha e equilíbrio do indivíduo. Observou-se que a frequência mais utilizada para alívio da dor foi de 100 Hz. Os estudos indicam ainda que esse recurso, contudo, não deve ser utilizado como única alternativa no tratamento para OA de joelhos, mas sim como forma coadjuvante na reabilitação do paciente.

Fontes:

- <https://www.revistas.usp.br/plugins/generic/pdfJsViewer/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Fpusp%2Farticle%2Fdownload%2F47977%2F51717%2F58125>
- <http://repositorio.uricer.edu.br/bitstream/35974/121/4/Aline%20Galli%20Ferreira%20da%20Silva.pdf>
- <https://www.scielo.br/j/fp/a/wJWjRYFXs5H4yBkyzjwDVFQ/?lang=pt>
- <https://www.scielo.br/j/fm/a/wDHqKVpcRLRCrHVtmzJPQzd/>
- <https://www.scielo.br/j/fm/a/VtY6vSvD9WtmnxV9q7dLLh/?lang=pt>
- https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/32/58_-_A_aplicaYyo_da_estimulaYyo_elYtrica_nervosa_transcutYnea_TENS_e_seus_principais_riscos_e_contraindicaYes.pdf

BRANCA
8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto e se fazendo as adaptações necessárias, palavra destacada esteja adequadamente substituída por um sinônimo. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] rocim magro [...]” = tez; nota-se que “tez” não é sinônimo de rocim, que significa, de modo geral, “cavalo”. Na alternativa B: “[...] adarga antiga [...]” = escudo; nota-se que “escudo” é um sinônimo de adarga, conforme definição em dicionários, sobretudo, no dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (“Adarga: escudo de couro dobrado, de forma oval, com uma braçadeira estreita para a mão e outra, larga, para o braço, originalmente us. pelos mouros; darga”). Na alternativa C: “[...] vivia um fidalgo [...]” = plebeico; nota-se que “plebeico” é antônimo de Fidalgo, ou seja, plebeico significa “qualidade de plebeu”. Na alternativa D: “[...]de lança em lanceiro [...]” = armeiro; nota-se que “armeiro” significa ou quem fabrica, ou lugar onde se guaram armas, por outro lado, “lanceiro” significa soldado ou alguém armado com lança. Na alternativa E: “Num vilarejo da Mancha [...]” = mosteiro; nota-se que “mosteiro” significa estabelecimento onde monges vivem, logo, não é sinônimo de “vilarejo”. Essa análise revela que apenas a alternativa B atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, conforme artigo “Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos; Governo contribui para preservar patrimônio histórico” (link abaixo). “O engenheiro norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), considerado um dos maiores empresários da história do país, foi um dos responsáveis por tocar o empreendimento durante os anos de 1907 a 1912...”. A assertiva “B” é verdadeira, conforme trecho: “Apesar de tentativas anteriores foi apenas no início do século XX que a construção de uma ferrovia binacional foi viabilizada

através do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, do qual foram signatários o Brasil e a Bolívia...”. A assertiva “C” é falsa (e, portanto, a alternativa-resposta) conforme trecho: “Inaugurada em 1912, a EFMM só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade, fato explicado pela queda vertiginosa da participação brasileira no mercado da borracha...”. A assertiva “D” é verdadeira, conforme trecho do artigo “Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” (link abaixo) “A história da cidade de Porto Velho se confunde com a própria história da criação da ferrovia, sendo as principais estruturas do complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré...” A assertiva “E” é verdadeira, conforme trecho “Segundo a Biblioteca Nacional, em 30 de abril de 1912, foi concluído o que se considera o último trecho da ferrovia.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/#:~:text=O%20empreendimento%20Madeira%2DMamor%C3%A9%20Railway,m%C3%A1quinas%2C%20ferramentas%20e%20carv%C3%A3o%20mineral>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura", (link abaixo) no trecho “Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, “recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo”. A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho “Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B é incorreta, uma vez que os quadros organofuncionais representam uma disfonia de base essencialmente funcional com lesões secundárias, e não primárias, como consta na alternativa. A alternativa E é correta, visto que as disfonias psicogênicas são de fato consideradas desordens funcionais, uma vez que o processo que levou ao aparecimento e instalação da voz disfônica tem um simbolismo direto com a função fonatória da laringe.

Fonte:

- Behlau M, Azevedo R, Pontes P, Do Brasil, O. Disfonias funcionais. In: Behlau M. Voz: O livro do Especialista. v.1. Rio de Janeiro: Revinter, 2004. p.247-270.

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A nomenclatura “gap patológico” é utilizada na literatura para referir-se à diferença de limiar entre via aérea e via óssea igual ou superior a 15dB. Dessa forma, a alternativa A está correta, uma vez que a perda auditiva sensorio-neural é caracterizada pela alteração dos limiares de via aérea e via óssea, com ausência de gap patológico, ou seja, o gap aéreo-ósseo é de até 10dB, não sendo, portanto, considerado patológico. A literatura associa o gap patológico à presença de componente condutivo. Assim, a alternativa está em conformidade com o Guia de Orientação na Avaliação Audiológica do Conselho Federal de Fonoaudiologia e a literatura especializada atual.

Fontes:

- Andrade WTL. Audiometria Tonal e Vocal. In: Feitosa ALF, Depolli GT, Andrade WTL. Mapas conceituais em Fonoaudiologia: Audiologia. 1ed. Ribeirão Preto: Book Toy, 2022
- Guia de Orientação na Avaliação Audiológica. Vol 1. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Março, 2020.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Letras Português

BRANCA
1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde haja uma informação verdadeira em relação ao posicionamento do autor no texto. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que, no texto, o autor “estimula o uso da língua que desconsidera a tradição que a precede.”; nota-se que essa afirmação não está correta já que, no texto, a ideia de que deve haver um equilíbrio entre tradição e uso é defendida como ponto de partida para a argumentação que se desenvolve. Na alternativa B, sugere-se que, no texto, o autor “explicita, de forma ordenada, a importância dos estudos dos especialistas em língua.”; nota-se que não há explicitações ordenadas que defendem apenas o estudo dos especialistas, uma vez que “a língua é viva e pertence aos usuários”. Na alternativa C, sugere-se que, no texto, o autor “caracteriza propriedades distintas da língua, mas que convergem para a harmonia entre tradição e uso.”; nota-se que essa afirmação está de acordo com o texto, já que o autor explica aspectos das mudanças da língua ao mesmo tempo que não desfavorece a tradição, ou seja, a língua padrão. Na alternativa D, sugere-se que, no texto, o autor “orienta sistematicamente os meios de evitar confrontos entre os que discordam do equilíbrio entre tradição e uso da língua.”; nota-se que não se trata de um texto injuntivo, logo, essa afirmação não está correta, tendo em vista que não há sistematizações de como evitar confrontos entre os que não compartilham dos mesmos pontos de vista. Na alternativa E, sugere-se que, no texto, o autor “apresenta, em sequências descritivas, empecilhos que poderiam contribuir para o não reconhecimento de descobertas linguísticas.”; nota-se que o texto não aborda tema relacionado à descobertas linguísticas, portanto, essa informação está incorreta. Essa análise revela que apenas a alternativa C atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA
6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão solicita que se atente para as afirmações sobre a pontuação empregada no texto. Em I, afirma-se: Em “Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo.”, o uso do ponto e vírgula está adequado, pois separam orações coordenadas que já apresentam vírgula.; nota-se que essa afirmação é verdadeira, uma vez que, de acordo com a norma padrão, deve-se usar ponto e vírgula entre orações coordenadas que já apresentam vírgula. Em II, afirma-se Em “Gramática tem gênero, ideologia e preconceito.”, a vírgula foi usada com a mesma finalidade que as vírgulas empregadas neste trecho: “Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu [...]”, no caso, separar os elementos formadores de um termo composto.; nota-se que nos dois casos as vírgulas foram usadas com a mesma finalidade, corretamente explicada, ou seja, separar elementos formadores de termo composto. Em III, afirma-se Em “Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores.”, a ausência de vírgula antes da palavra “que” implica desvio da norma padrão, uma vez que o sentido da oração é explicativo e não restritivo.; nota-se que a ausência da vírgula é responsável por indicar o sentido restritivo, logo, se a vírgula fosse inserida, o sentido seria alterado e o enunciado ficaria, portanto, inadequado. Depois, para atender ao comando, deve-se identificar em que alternativa o número correspondente às afirmações verdadeiras estejam. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão e deve ser mantido.

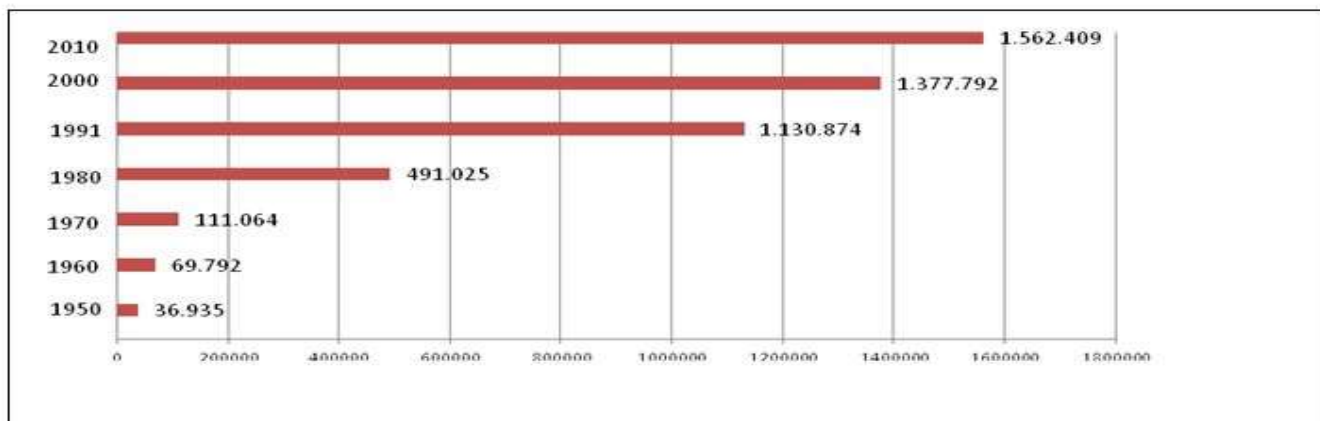
Fonte:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira afirmativa está correta, conforme se extrai do artigo “Dinâmicas Territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010” (link abaixo) “O modelo de formação das cidades baseia-se na estratégia do INCRA relacionada à organização da hierarquia territorial. Conhecida como urbanização dirigida pelo Estado, como efeito da política de colonização, semeia-se a ocupação rural a partir dos núcleos urbanos, cuja característica aproxima-se das cidades descritas com funcionalidade receptora.” A segunda assertiva está incorreta, porque o maior aumento populacional de Rondônia ocorreu na segunda metade do Século XX, e não nas décadas de 20 e 30. A terceira assertiva está incorreta porque o Estado, por meio do INCRA, obteve a maior participação no processo de urbanização de Rondônia. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.



Fontes:

- <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642914/10485>
- IBGE. Estimativas e Projetos. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2005/default.shtm> > Acesso em 20/03/2013a.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, conforme artigo “Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos; Governo contribui para preservar patrimônio histórico” (link abaixo). “O engenheiro norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), considerado um dos maiores empresários da história do país, foi um dos responsáveis por tocar o empreendimento durante os anos de 1907 a 1912...”. A assertiva “B” é verdadeira, conforme trecho: “Apesar de tentativas anteriores foi apenas no início do século XX que a construção de uma ferrovia binacional foi viabilizada através do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, do qual foram signatários o Brasil e a Bolívia...”. A assertiva “C” é falsa (e, portanto, a alternativa-resposta) conforme trecho: “Inaugurada em 1912, a EFMM só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade, fato explicado pela queda vertiginosa da participação brasileira no mercado da borracha...”. A assertiva “D” é verdade, conforme trecho do artigo “Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” (link abaixo) “A história da cidade de Porto Velho se confunde com a própria história da criação da ferrovia, sendo as principais estruturas do complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré...” A assertiva “E” é verdadeira, conforme trecho “Segundo a Biblioteca Nacional, em 30 de abril de 1912, foi concluído o que se considera o último trecho da ferrovia.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/#:~:text=O%20empreendimento%20Madeira%2DMamor%C3%A9%20Railway,m%C3%A1quinas%2C%20ferramentas%20e%20carv%C3%A3o%20mineral>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa correta é a que contém o texto “Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua” o que procede de acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Porém, a alternativa correta da questão já é a LETRA C, permanecendo assim o gabarito inalterado.

Fonte:

- RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão não está de acordo com o conteúdo programático. Porém, o conteúdo da questão está no Estatuto da Pessoa com Deficiência no Título III - Disposições finais e transitórias Art. 94. Assim como também está na Lei N.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, "Art. 26-A. Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). E o fato de ter sido incluído posteriormente por uma lei, não significa que não faz parte do Estatuto, assim como outras mudanças vão acontecendo, sendo revogadas ou incluídas novas normas. Sustenta ainda que a alternativa que expõe: Terá direito ao benefício “quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, e passe a exercer atividade” estaria incorreta porque existem outros perfis de beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada, porém o enunciado da questão deixa claro que se trata de um auxílio voltado para pessoa com deficiência e nesse caso terá direito desde que seja beneficiário e passe a exercer atividade.

Fontes:

- BRASIL. LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa I. “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” também estaria correta. Porém, isso não procede, visto que o texto da lei expõe que excepcionalmente tal fato pode ocorrer. A ausência do termo excepcionalmente conforme estabelecido na lei muda a afirmativa, tirando o sentido que a família substituta só deve ser considerada uma opção em casos excepcionais. A família substituta, apesar de ser uma opção, não se equipara à família, visto que a conjunção “ou” equipara família a família substituta.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev. 2023.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a resposta da questão não está presente na LOAS. Contudo, a pergunta é sobre a estrutura do Plano de Assistência Social que está presente no SUAS. De acordo com a NOB/SUAS Art.18 §2º A estrutura do plano é composta por, dentre outros: I - diagnóstico socioterritorial; II - objetivos gerais e específicos; III - diretrizes e prioridades deliberadas; IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V - metas estabelecidas; VI - resultados e impactos esperados; VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII - mecanismos e fontes de financiamento; IX - cobertura da rede prestadora de serviços; X - indicadores de monitoramento e avaliação; XI - espaço temporal de execução;

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa que contém o texto “decidir sobre onde residir” também está correta. Contudo o enunciado deixa claro que a pergunta é sobre “o direito à liberdade exposto no Estatuto da Pessoa Idosa”. Todavia, no Capítulo II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade do estatuto, assim como em nenhum outro capítulo consta “decidir sobre onde residir” mesmo tendo a possibilidade de ser um direito garantido constitucionalmente.

Fonte:

- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 11 de fev. 2023.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que na NOB/SUAS 2012 não existe o Art.11 Todavia, isso não procede, conforme pode ser consultado na Resolução Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. Outra argumento sobre o enunciado, pede-se para analisar as responsabilidades comuns a à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a única alternativa que tem responsabilidades comuns é a alternativa com texto “elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS; estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais; estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social”.

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/> . Acesso em 10 de fev.2023.

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão cobra o conteúdo de Direito Constitucional por meio de raciocínio lógico interpretativo. O art. 5º, II da Constituição Federal. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Assim, o termo de conexão lógico que completa a lacuna no texto traduz a ideia de exceção, adversidade. Note-se que o raciocínio lógico e a interpretação textual não são conteúdos estanques às questões de Português, ao contrário, permeiam todos os conteúdos e são instrumentos importantes para a seleção dos candidatos mais bem preparados para o desempenho das atribuições do cargo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal.

BRANCA
44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão é sobre interpretação lógica da Constituição Federal, pedindo que se aponte a situação em que o termo apresentado produz uma assertiva verdadeira. A assertiva “A” é falsa, pois, apesar de a Constituição proibir a acumulação de cargos públicos, a de dois cargos de professor é uma exceção. A assertiva “B” é falsa, pois, as funções de confiança são de provimento exclusivo por servidores efetivos. A assertiva “C” é falsa, pois, apesar de a estabilidade ocorrer aos três anos de efetivo exercício, o servidor estável pode ser o exonerado por insuficiência de desempenho. A assertiva “D” é falsa, pois, os estrangeiros podem, na forma da lei, ocupar cargos públicos. A assertiva “E” é verdadeira, pois, conforme artigo 37, §1º da Constituição, é vedado o uso de símbolos que caracterizem promoção pessoal nas atividades de publicidade dos órgãos públicos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Constituição Federal, art. 37, incisos XVI, V, II, §1º e art. 41
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA
45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois, há uma definição de moralidade, associada ao princípio da legalidade. A assertiva “B” é falsa, pois, há uma definição do conceito de razoabilidade, associada ao princípio da eficiência. A assertiva “C” é falsa, pois, associa indevidamente o princípio da indisponibilidade do interesse público com o princípio da proteção da confiança legítima, diz respeito à segurança jurídica. A assertiva “D” é falsa, pois o princípio da transparência não está

atrelado a uma discricionariedade da Administração. A assertiva “E” é verdadeira, pois, a motivação é a explicitação do motivo, ou seja, a justificativa expressa das razões de fato e de direito que determinam a prática dos atos na administração pública ou fundamentam a tomada de decisão. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Nutrição

BRANCA
4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto, o sentido do trecho esteja adequadamente expresso em outras palavras. Então, para resolver esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] exclusivo de altos aristocratas.” 6º§ = abrange todos aqueles que têm maneiras sofisticadas; nota-se que, no contexto, “maneiras sofisticadas” não funciona como sinônimo de “aristocratas”, uma vez que o termo foi usado com sentido restrito, e significa aquele que faz parte da aristocracia. Na alternativa B: “[...] eram anglicismos que foram adaptados [...]” 3º§ = tratavam-se de palavras lusófonas adaptadas ao português brasileiro; nota-se que “anglicismo” significa modo de falar ou escrever próprio da língua inglesa, diferente do que se sugere com a palavra “lusófono”, que significa próprio da língua portuguesa. Na alternativa C: “[...] apenas registrava oralidades e falas populares mineiras [...]” 2º§ = restringia-se a opinar sobre o modo de falar do povo mineiro; nota-se que a substituição de “registrar” por “restringir”, acrescido do termo “opinar” altera o sentido do que está sendo dito. Na alternativa D: “[...] composição de termos não dicionarizados [...]” 2º§ = invenção de palavras e/ou expressões não reconhecidas como pertencentes à língua portuguesa; nota-se que o trecho foi parafraseado, uma vez que “não dicionarizados” quer dizer o mesmo que “não reconhecidos como pertencentes à língua portuguesa”. Na alternativa E: “[...] capacidade inventiva e rebelde de escritores de primeira linha.” 2º§ = potencial de autores renomados de, ao mesmo tempo, recriarem e se submeterem à norma padrão vigente; nota-se que se submeter à norma padrão é o oposto de se rebelar diante dela. Essa análise revela que apenas o que se sugere na alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “*Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia*” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "*Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura*", (link abaixo) no trecho "*Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, "recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo". A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho "Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atendera grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra."* RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que "Prestar os serviços assistenciais de que trata o Art. 23 desta Lei" também seria uma prerrogativa do estado. Contudo, o texto que se refere a competência do estado deixa explícito que "cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado" o que não consta na afirmativa.

Fonte:

- **BRASIL.** LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa correta é a que contém o texto "Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua" o que procede de acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Porém, a alternativa correta da questão já é a LETRA C, permanecendo assim o gabarito inalterado.

Fonte:

- RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão não está de acordo com o conteúdo programático. Porém, o conteúdo da questão está no Estatuto da Pessoa com Deficiência no Título III - Disposições finais e transitórias Art. 94. Assim como também está na Lei N.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, "Art. 26-A. Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). E o fato de ter sido incluído posteriormente por uma lei, não significa que não faz parte do Estatuto, assim como outras mudanças vão acontecendo, sendo revogadas ou incluídas novas normas. Sustenta ainda que a alternativa que expõe: Terá direito ao benefício "quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, e passe a exercer atividade" estaria incorreta porque existem outros perfis de beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada, porém o enunciado da questão deixa claro que se trata de um auxílio voltado para pessoa com deficiência e nesse caso terá direito desde que seja beneficiário e passe a exercer atividade.

Fontes:

- BRASIL. LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa I. "É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral" também estaria correta. Porém, isso não procede, visto que o texto da lei expõe que excepcionalmente tal fato pode ocorrer. A ausência do termo excepcionalmente conforme estabelecido na lei muda a afirmativa, tirando o sentido que a família substituta só deve ser considerada uma opção em casos excepcionais. A família substituta, apesar de ser uma opção, não se equipara à família, visto que a conjunção "ou" equipara família a família substituta.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev. 2023.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a resposta da questão não está presente na LOAS. Contudo, a pergunta é sobre a estrutura do Plano de Assistência Social que está presente no SUAS. De acordo com a NOB/SUAS Art. 18 §2º A estrutura do plano é composta por, dentre outros: I - diagnóstico socioterritorial; II - objetivos gerais e específicos; III - diretrizes e prioridades deliberadas; IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V - metas estabelecidas; VI - resultados e impactos esperados; VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII - mecanismos e fontes de financiamento; IX - cobertura da rede prestadora de serviços; X - indicadores de monitoramento e avaliação; XI - espaço temporal de execução;

Fonte:

- **BRASIL.** Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa que contém o texto “ decidir sobre onde residir” também está correta. Contudo o enunciado deixa claro que a pergunta é sobre “o direito à liberdade exposto no Estatuto da Pessoa Idosa”. Todavia, no Capítulo II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade do estatuto, assim como em nenhum outro capítulo consta "decidir sobre onde residir" mesmo tendo a possibilidade de ser um direito garantido constitucionalmente.

Fonte:

- **BRASIL.** Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 11 de fev. 2023.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso sinaliza para falta de uma resposta correta, porém não aponta o erro. E de acordo com NOB/Suas Art. 5º São diretrizes estruturantes da gestão do SUAS: I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; II - descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo; III - financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - matricialidade sociofamiliar; V - territorialização; VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; VII - controle social e participação popular.

Fonte:

- **BRASIL.** Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É um instrumento gerencial de apoio operacional, pelo qual se pode realizar: o levantamento dos custos, a ordenação do preparo e o cálculo do valor nutricional da preparação, sendo este último optativo. Ou seja, não é obrigatório apresentação do valor nutricional da preparação.

Para a previsão adequada da mercadoria para estoque é necessário valor das quantidades líquidas (quantidades requisitadas) de cada ingrediente e das quantidades brutas (quantidades compradas) de cada ingrediente.

Fontes:

- ABREU, E.D.; SPINELLI, M.G.N.; PINTO, A.M.S. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer. 3.ed. São Paulo: Editora Metha, 2009.
- TEIXEIRA, S.M.F.G. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Atheneu,

2003.

- MEZOMO, I.B. Os serviços de alimentação: planejamento e administração. São Paulo: Manole, 2002.
- SOUZA, L.V.; MARSI, T.C.O. Importância da ficha técnica em UANs: produção e custos de preparações/refeições. J Health Sci Inst., v. 33, n. 3, p. 248-253, 2015.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

1°) Se temos o dado da porção, ela representa o peso do alimento cozido, pronto para consumo, logo jogamos na 1° fórmula:

Fator de cocção= PC (peso alimento cozido, processado) / PL (peso alimento cru/limpo)

$0,9 = 90 / PL$

$PL = 90 / 0,9 = 100g$

2°) Agora que descobrimos o PL, jogamos na fórmula do fator de correção para saber o peso bruto, que é a quantidade a ser comprada individual.

$PB = FC \times PL$; $PB = 1,12 \times 100 = 112g$ de peso bruto de carne.

3°) Para saber quanto devemos comprar para servir 900 pessoas, basta multiplicar o peso bruto pelo número de pessoas. $PB \times \text{número de pessoas} = 112g \times 900 = 100.800g = 100,8Kg$ de lombo.

4°) Se tem que comprar 100,8Kg de carne e cada Kg custa R\$21,00. O custo total será de R\$ 2.116,80.

Fontes:

- ORNELLAS, L.H. Técnica dietética, seleção e preparo de alimentos. 7. ed. São Paulo: Atheneu. 2001.
- ABREU, E.D.; SPINELLI, M.G.N.; PINTO, A.M.S. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer. 3.ed. São Paulo: Editora Metha, 2009.
- PHILIPPI, S.T. Nutrição e Técnica Dietética. 2. ed. rev e atual. São Paulo: Manole, 2006.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A recomendação diária para ingestão de zinco para meninos de 14 a 18 anos é de 11mg e para as meninas 9mg. O mesmo desempenha papel importante no crescimento e na maturação sexual. Os demais minerais citados não fazem este papel e a ingestão diária recomendada é igual entre meninas e meninos desta idade.

Fontes:

- MAHAN, L. K., RAYMOND, J.L. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 14. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018.
- INSTITUTE OF MEDICINE. DRIs: Dietary Reference Intakes for vitamin A, vitamin K, arsenic, boron, chromium, copper, iodine, iron, manganese, molybdenum, nickel, silicon, vanadium and zinc. Washington, D.C.: National Academy Press, 2001.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Segundo a recomendação mais recente do Ministério da Saúde (2022), presente na caderneta da gestante, a recomendação de ganho de peso total na gestação para mulheres com estado nutricional (EN) de baixo peso é entre 9,7 e 12,2 kg; para o EN de eutrofia entre 8 e 12 kg; sobrepeso entre 7 e 9 kg e para EN de obesidade entre 5 e 7,2 kg. Assim todas as três gestantes apresentaram excessivo ganho de peso. Mudança de gabarito para letra A.

Fontes:

- Ministério da Saúde. Caderneta da gestante. 6° ed revisada. Brasília, DF, 2022. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_gestante-versao_eletronica_2022.pdf
- GILBERTO, K. et al. Gestational weight gain charts: results from the Brazilian Maternal and Child Nutrition Consortium. Am J Clin Nutr 2021;113:1351–1360.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de responsabilidade do Ministério da Saúde: elaborar o plano de ação dentro dos instrumentos de planejamento e gestão para implementação da PNAN, considerando as questões prioritárias e as especificidades regionais de forma contínua e articulada com o Plano Nacional de Saúde e instrumentos de planejamento e pactuação do SUS.

Responsabilidades das Secretarias Estaduais de Saúde e do Distrito Federal • Implementar a PNAN, no âmbito do seu território, respeitando suas diretrizes e promovendo as adequações necessárias, de acordo com o perfil epidemiológico e as especificidades regionais e locais.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os pigmentos Carotenoides (cor do vegetal amarelo, alaranjado e vermelho) não há solubilidade em água, estável sob pH ácido e alcalino, resistentes a cocção. As condições de cocção por calor úmido não os alteram, pois não há solubilidade em água; contudo, sofre alteração na presença de óleos ou gordura (MUSSOI, 20177).

São estáveis em pH ácido e alcalino e resistentes à cocção, mas são sensíveis à luz, à oxidação e a temperaturas extremas, fatores responsáveis por muitos vegetais mudarem de cor durante o cozimento (MOREIRA, 2016).

Hortaliças compreende um grupo alimentar composto por verduras e legumes.

Fontes:

- MUSSOI, T.D. Nutrição: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- MOREIRA, I. N. Técnica dietética. Rio de Janeiro: Seses, 2016.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O sistema tipo linha ou cafeteria é o mais utilizado em restaurantes populares, servido por funcionários ou por autoatendimento. Esse consiste em uma linha de balcões expositores, com várias seções para serviço de pratos frios, quentes, sobremesas, entre outros. Conforme as dimensões disponíveis e/ou número de refeições, podem ser usadas múltiplas linhas de distribuição, dessa forma, o cliente tem livre trânsito entre os balcões. A questão deixa clara a característica “servido por funcionários ou por autoatendimento”, sendo o self-service apenas autoatendimento.

Fonte:

- SANT’ANA, H.M.P. Planejamento Físico-Funcional de Unidades de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro:

BRANCA
41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O leite longa vida, antes de abrir, não precisa ser guardado na geladeira. Quando mantido fechado, o prazo de validade é de cerca de quatro meses sem refrigeração. O que torna a alternativa incorreta é a seguinte afirmação: “o prazo de validade é superior aos demais leites”. O leite em pó é maior validade, cerca de 12 meses.

Os queijos brancos (fresco, requeijão, ricota) conservam-se melhor sob refrigeração; os queijos de massa meio dura e seca podem ficar em locais frescos e arejados por mais tempo e os queijos de massa muito delicada (ex.: camembert e roquefort) não devem ser guardados em geladeira, pois o frio retarda a ação dos micro-organismos

Fontes:

- MOREIRA, I. N. Técnica dietética. Rio de Janeiro: Seses, 2016.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA. Resolução – RDC Nº 216, de 15 de Setembro de 2004. Estabelece procedimentos de boas Práticas para serviço de alimentação, garantindo as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 setembro de 2004.
- MUSSOI, T.D. Nutrição: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como resultado da reação são produzidos diferentes produtos que irão conferir sabor e aroma ao alimento. A reação é extremamente desejável em alguns alimentos como café, cacau, carne cozida, pães e bolos, pois confere o sabor, o aroma e a cor característicos a esses alimentos. Extremamente indesejável em produtos como leite em pó, ovos e derivados desidratados.

Fonte:

- MUSSOI, T.D. Nutrição: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa II é falsa pois está escrita: “É dever do nutricionista” e isso a torna falsa, pois é direito do nutricionista recusar propostas e situações incompatíveis com suas atribuições ou que se configurem como desvio de função em seu contrato profissional.

Fontes:

- CFN. Conselho Federal de Nutricionista. Código de Ética e de Conduta do Nutricionista. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2018/04/codigo-de-etica.pdf>
- CFN. Resolução CFN nº 599, de 25 de fevereiro de 2018. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências.

BRANCA
45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cocção por ebulição: indicado para hortaliças mais velhas, tubérculos e raízes, que exigem mais tempo de cocção. ex.: folhas mais velhas, aipim, batatas

Fogo brando: para hortaliças tenras e novas que exijam pouco tempo e pouca água.

Pressão: indicada para hortaliças endurecidas ou naturalmente compactas, quando se deseja encurtar o tempo de cocção e as perdas por dissolução.

Fontes:

- MUSSOI, T.D. Nutrição: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- MOREIRA, I. N. Técnica dietética. Rio de janeiro: Seses, 2016.

BRANCA
46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se trata do seguinte conteúdo programático “Planejamento, elaboração, custo e avaliação de cardápios”, não tornando inválida a questão.

Fontes:

- Conteúdo programático do concurso
- ABREU, E.D.; SPINELLI, M.G.N.; PINTO, A.M.S. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer. 3.ed. São Paulo: Editora Metha, 2009.

BRANCA
48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Poder de doçura (em vezes)

Frutose=1,7; maltose=0,45; lactose= 0,4; xilitol= 0,9; sorbitol= 0,6

Lactose possui o menor poder de doçura das opções.

Fonte:

- MUSSOI, T.D. Nutrição: curso prático. 1ed. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2017

BRANCA
49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como em qualquer cirurgia de grande porte, há um aumento das necessidades de proteínas e de energia após a ressecção do fígado. As necessidades também aumentam para a regeneração das células hepáticas.

Pré transplante: Depende do estado nutricional e da condição clínica, porém é habitualmente de 1-1,5 g/kg.

Pós transplante imediato (Primeiros Dois Meses Pós transplante): Depende do estado nutricional, da condição clínica e da necessidade de diálise, porém é habitualmente de 1,2-1,75 g/kg.

Fonte:

- MAHAN, L. K., RAYMOND, J.L. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 14. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018.

BRANCA
50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Deve-se considerar que existe uma adaptação do organismo, que ocorrerá em 2 meses após a cirurgia. Nesse período, uma dieta rica em lipídio poderá resultar em esteatorreia.

Para pacientes pós colecistectomia devem ser evitados: alimentos gordurosos, bebida alcoólica, frutas oleaginosas (nozes, castanhas, amêndoas, amendoim).

Permitido: leite desnatado, café, chá, suco de frutas, queijos magros, cottage, ricota, gelatina, carnes magras, goiabada, pão integral, etc....

Queijo Cottage não está englobado em qualquer tipo de queijo pois tem as classes de queijos mais magros e os mais ricos em gordura.

Tua Saúde não é uma bibliografia científica, logo não é recomendada para um concurso.

Fonte:

- MUSSOI, T.D. Nutrição: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Pedagogia

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	6	9	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira, os termos da oração podem ser: 1) Essenciais Também conhecidos como termos "fundamentais", são representados pelo sujeito e predicado nas orações. 2) Integrantes Completam o sentido dos verbos e dos nomes, são representados por: complemento verbal - objeto direto e indireto; complemento nominal; agente da passiva. 3) Acessórios Desempenham função secundária (especificam o substantivo ou expressam circunstância). São representados por: adjunto adnominal; adjunto adverbial; aposto. Obs.: O vocativo, em análise sintática, é um termo à parte: não pertence à estrutura da oração. A alternativa "A) O sujeito da oração "Todos nos" expressa a inclusão do próprio enunciador." não pode ser considerada correta. Em "Todos nos desenvolvemos em diferentes contextos educativos, e a escola é apenas um deles." (1o§)," o sujeito é "Todos" e não "Todos nos", "nos" se trata de complemento verbal.

Fonte:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	9	1	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiro período do segundo parágrafo do texto: "Nas sociedades modernas, o aumento do conhecimento e da especialização exige novas aprendizagens cuja aquisição (aquisição de novas aprendizagens) não pode ser garantida mediante a participação (só a participação não é o suficiente) desses tipos de práticas e de atividades, mas (contudo) requer uma ajuda (confirma o que não pode garantir, ou seja, apenas a participação não garante, mas sim um planejamento) intencional, planejada e sistemática." Assim, a alternativa "B) Reforço à impossibilidade de determinada garantia." foi adequadamente indicada como correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss.
- O próprio texto.
- Garcia, Othonn M. Comunicação em prosa moderna, 26ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- Platão e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	3	8	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) “Para as sociedades modernas, o aumento do conhecimento e da especialização são exigências de novas aprendizagens[...].” não pode ser considerada correta. Em “Nas sociedades modernas, o aumento do conhecimento e da especialização exige novas aprendizagens [...]” (2ª§) novas aprendizagens são exigências que se faz, na reescrita o “de” indica posse alterando o sentido original, agora as novas aprendizagens é que possuem exigências.

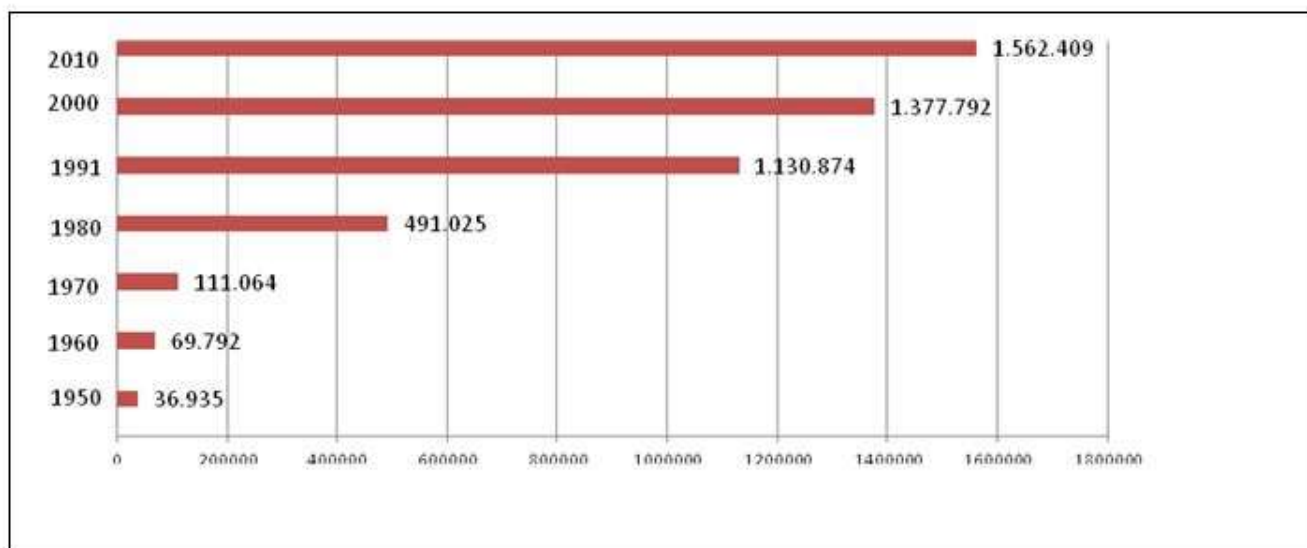
Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss.
- O próprio texto.
- Garcia, Othonn M. Comunicação em prosa moderna, 26ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Platão e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, porque o primeiro ciclo da borracha ocorre na segunda metade do Século XIX e princípio do Século XX (1879 a 1912), e não na primeira metade do Século XIX. A assertiva “B” e “E” são falsas porque não há registro de declínio demográfico na região, nos períodos mencionados. A assertiva “D” é falsa, porque o crescimento demográfico em Rondônia não foi uniforme ao longo do Século XX, apresentando uma variação clara. A assertiva “C” é verdadeira, pois, como se vê no gráfico abaixo, entre os períodos de 1964 e 1985 (durante o período da ditadura militar), houve o maior crescimento populacional. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.



Fontes:

- <https://journals.openedition.org/confins/11608>
- IBGE. Estimativas e Projetos. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2005/default.shtm> > Acesso em 20/03/2013a.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	13	15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B”, “C” e “E” são falsas, porque existem 52 Municípios no Estado de Rondônia, e não 52 microrregiões, conceitos distintos. A assertiva “D” é verdadeira, pois, em 2017, considerando que *“É expressivo o aumento verificado na diferenciação interna do espaço territorial brasileiro, como resultado de modificações econômicas, demográficas, políticas e ambientais vivenciadas nas últimas décadas, reforçando a necessidade de atualização do quadro regional anterior (Mesorregiões e Microrregiões Geográficas) produzido na década de 1980”* o IBGE publicou um documento apresentando as novas divisões geográficas estabelecendo o recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. As referências a Mesorregiões e Microrregiões em documentos atuais do IBGE servem apenas para criar a conexão histórica com a antiga forma de divisão regional geográfica do país. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	15	11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. O Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de Setembro de 1943, assinado por Getúlio Vargas cria o Território de Guaporé. Posteriormente, em 1956, o território passa a se chamar Território Federal de Rondônia e a Lei Complementar nº 41, de 1981, eleva o território à condição de Estado. Quanto ao argumento de ambiguidade, ao candidato não assiste razão, pois o aposto explicativo “criado por Getúlio Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial”, refere-se ao termo antecedente, qual seja, “Território Federal do Guaporé”. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>
- <https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico#:~:text=Em%201956%20passa%20a%20se,ligando%20Porto%20Velho%20a%20Cuiab%C3%A1>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	12	13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é verdadeira, conforme se extrai do artigo científico *“Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia”* (link abaixo), pois *“O principal elemento que deu condições para a ampliação do desmatamento na região foi a construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Brasília-Acre (BR-29, atualmente BR-364). Esses dois grandes eixos rodoviários permitiram a formação de muitos povoados, vilas e cidades que, adotando como atividade econômica a agricultura e a pecuária em áreas próximas a essas rodovias, culminaram no desmatamento ao longo dos mesmos.”*. A segunda assertiva é falsa, pois a SEDAM foi criada em 1991. A terceira assertiva é falsa, pois as primeiras Unidades de Conservação (UC) só foram criadas entre 1959 e 1961. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://www.scielo.br/j/ecos/a/59DMY3zmJdPHXzXRSTkmNF/?lang=pt>
- <https://www.sedam.ro.gov.br/a-secretaria/#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Estado%20do,desenvolvimento%20ambiental%20rural%20e%20urbano%2C>
- [https://www.scielo.br/j/asoc/a/5sFGPcdRNWCXWqx9TbLYwQv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=As%20primeiras%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o,regi%C3%A3o%20\(ROCHA%2C%201992\).](https://www.scielo.br/j/asoc/a/5sFGPcdRNWCXWqx9TbLYwQv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=As%20primeiras%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o,regi%C3%A3o%20(ROCHA%2C%201992).)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	11	14	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As três assertivas são verdadeiras, conforme se extrai do artigo *“Avaliação de um projeto de desenvolvimento sustentável em Rondônia”* (link abaixo): *“As principais instituições envolvidas na execução do Planaflores foram: a) Governo federal – Tomador e mutuário responsável pelo empréstimo, realizando o acompanhamento físico-financeiro da implementação, monitoramento e avaliação das ações por meio do Ministério da Integração Nacional; b) Governo estadual – Executor responsável pela administração do Projeto, com estrutura de funcionamento subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Coordenação Geral e Administração. As instituições estaduais envolvidas foram a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental e o Instituto de Terras de Rondônia (hoje extinto) e, de forma complementar, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Saúde; c) Banco Mundial (BIRD) – Financiador de boa parte dos recursos financeiros do Projeto.”* *“...Planaflores. O Plano, aprovado em 1992, objetivava “implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do estado”. Concebido como um programa sucessor do Polonoroeste”.* RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642914/10485>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	29	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Estatuto do idoso em seu Art. 19: "Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) I – autoridade policial; II – Ministério Público; III – Conselho Municipal do Idoso; III – Conselho Municipal da Pessoa Idosa; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) IV – Conselho Estadual do Idoso; IV – Conselho Estadual da Pessoa Idosa; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) V – Conselho Nacional do Idoso. V – Conselho Nacional da Pessoa Idosa. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). Como todas as alternativas mencionam os órgãos de saúde em suas relações, nestes casos, com a autoridade sanitária, a questão não está prejudicada e o recurso é improcedente com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei nº 10.741 de 1ª de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	23	19	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matricialidade sociofamiliar é uma das diretrizes estruturantes de gestão do SUAS e não uma de suas garantias. Desta forma, mantém-se o gabarito divulgado e o recurso é improcedente.

Fonte:

- Norma Operacional Básica da Assistência Social, instituída por meio da Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	22	20	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O ECA a partir de seu Art.171. Estabelece que o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional deve ser, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente. O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não pode ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial. A internação de adolescente autor de ato infracional, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não pode ser cumprida em estabelecimento prisional. Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva. Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará os autos ao Ministério Público. Desta forma, a questão se apóia no estatuto da Criança e do adolescente e, literalmente, no disposto em seus Artigos. Assim, recurso improcedente com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	18	24	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O PAIF possui caráter continuado e consiste no trabalho social com famílias, embora deva atender, também, necessidades pontuais (imediatas). O caráter continuado refere-se a constituir um serviço sistemático e não que termina em uma única ação. É um serviço com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias. O trabalho social do PAIF deve utilizar também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos. O Serviço deve necessariamente ser ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo às esferas estatal sua implementação. A tipificação dos serviços é o documento orientador das ações. Assim, desta forma, o recurso é improcedente e mantém-se o gabarito divulgado.

Fonte:

- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	34	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão supracitada trata do tema abandono e evasão escolar. Sendo que, alguns fatores são analisados em relação ao tema proposto, surgindo a classificações em fatores endógenos e exógenos. Ambos fatores que causam o abandono e evasão escolar. Entretanto, o comando da supracitada questão, solicita que indique qual das alternativas são considerados fatores endógenos, que causam a evasão escolar, **portanto, a única alternativa correta é E.**

Ressalta-se ainda que, as **causas exógenas** são defendidas por autores como Brandão (1983), Arroyo (1993) Janosz (1997), Queiróz (2002), Zago (2011) argumentando que o abandono se alicerça na má condição familiar, na necessidade de trabalhar para auxiliar os pais no sustento da família e na diferença de classes que alteram as relações sociais. Segundo os autores mencionados, por mais que se tente solucionar o problema com políticas públicas regionais e locais inclusivas, o problema persiste. Portanto, de acordo com Rumberger (1983), relações de causalidade poderiam ser mais facilmente inferidas para fatores exógenos – como **background familiar, localização geográfica e atributos individuais adscritos** –, já que esses seriam fixos e determinados bem antes do momento da evasão. Já as **causas endógenas** do abandono e da evasão escolar também receberam destaque no meio acadêmico. Estudos comprovam que as mesmas podem ser endógenas ao aluno, ao professor ou à escola. Autores como Cunha (1997), Rosenthal e Jacobson (1994), (SOUZA, A. P.; POCZEK, V. P.; OLIVA, B. T.; TAVARES, P. A. (2012), realizaram estudos sobre essas causas, apontando diferentes fatores como predominantes ao problema, como o fato de recair sobre o aluno a responsabilidade pelo abandono e, por conseguinte o fracasso escolar, ou que o problema está no professor e em suas expectativas em relação ao aluno, sendo que na maioria das vezes colocam o aluno como alguém incapaz de compreender os conteúdos abrangentes, acreditando que é preciso simplificá-los para que possam aprender. Portanto, tratam-se das **habilidades acadêmicas, aspirações, rendimento escolar, entre outros** –, como esses tendem a ocorrer concomitantemente ao processo de evasão, seria muito mais difícil estabelecer tais relações.

A banca mantém, gabarito publicado E.

Fontes:

- <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1436/1/PDF%20%20Flauberthy%20Almeida%20Lima%20Esp%C3%ADnola.pdf>
- <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>
- http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_ped_artigo_rosangela_cristina_rocha.pdf
- <https://journals.openedition.org/intersecoes/310?lang=pt>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	31	34	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema abordado na supracitada questão são os “*Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas; pedagogia histórico-crítica Psicologia histórico-cultural*”. E segundo os autores, Libâneo e Saviani, ao interpretar a pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos chegaram ao consenso de que dela parte uma das fases, entre tantas outras, de fundamento para a pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2003b, p.84). Para Gasparin (2003), o primeiro passo da pedagogia histórico-crítica diz respeito ao nível de desenvolvimento real do educando; *a prática social inicial*; o segundo, constitui o elo entre a prática social e a instrumentalização; é a *problematização*; o terceiro, relaciona-se às ações didático-pedagógicas para a aprendizagem; *instrumentalização*; o quarto, a expressão elaborada da nova forma de entender a prática social; **cartase**; e o quinto e último, ao nível de desenvolvimento atual do educando; *prática social final*. Sendo que os três passos intermediários compõem a zona de desenvolvimento imediato ou proximal do educando, (Vygotsky, 1991).

Ressalta-se aqui que “cartase”, termo de origem filosófica com o significado de limpeza ou purificação pessoal. O

termo provém do grego “kátharsis” e de acordo com o filósofo Aristóteles, é o meio através do qual o Homem purifica sua alma, através da representação trágica. Para ele, a tragédia é um estilo derivado da poética dramática, e forma homens mais nobres, por intermédio dos personagens interpretados no teatro. (<https://www.dicionarioinformal.com.br/cartase/#:~:text=1,Cardase&text=Termo%20que%2C%20de%20acordo%20com,dos%20personagens%20interpretados%20no%20teatro.> Adaptado acesso em 06/12/2023).

Salienta-se ainda que, em todas as obras citadas como referências o termo está referenciado como CARTASE.

No comando dado na supracitada questão, solicita-se que após análise de determinada informação indique qual das fases representa. Destaca-se que tal informação refere-se a fase da **cartase**, que é a fase em que o educando mostra que de uma síntese inicial sobre a realidade social do conteúdo que foi trabalhado, chega agora à síntese, que é o momento em que ele estrutura, em nova forma, seu pensamento sobre as questões que o conduziram a construção do conhecimento. Segundo Saviani (1999 p.80- 81), “o momento cartático pode ser considerado como o ponto culminante do processo educativo, já que é aí que se realiza pela mediação da análise levada a cabo no processo de ensino, a passagem da síntese à síntese”. É o momento que se assemelha a um grito de gol. É a conclusão de todo um trabalho, mas que deverá continuar sempre em construção, através dos tempos e de novos conhecimentos.

Portanto, a alternativa correta é a D) Cartase.

Fontes:

- GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- _____ Metodologia Histórico-Crítica: processo dialético de construção do conhecimento escolar.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 36ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- _____ Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- <https://www.dicionarioinformal.com.br/cartase/#:~:text=1,Cardase&text=Termo%20que%2C%20de%20acordo%20com,dos%20personagens%20interpretados%20no%20teatro.>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	38	39	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Destaca-se que, enquanto o currículo tradicional busca a estabilidade, o currículo pós-crítico pede mudanças, um movimento que deve ser feito tanto por professores como por alunos, uma reconstrução de saberes e de vivências. Busca-se proliferar problematizações e investigações para representar grupos sociais marginalizados e inferiorizados em favor de outros, fugindo da homogeneização e assimilação cultural historicamente imposta, dando visibilidade à diversidade cultural. O currículo não é uma ação neutra, mas sim, um espaço para elaboração de novas possibilidades, de seguir caminhos desconhecidos, de modificar sentidos preestabelecidos e viver novas conexões. As teorias pós-críticas continuam enfatizando o papel formativo do currículo. Elas desconfiam também da tendência das teorias críticas a postular a existência de um núcleo subjetivo pré-social que teria sido contaminado pelas relações de poder do capitalismo e que seria libertado pelos procedimentos de uma pedagogia crítica. Para as teorias pós-críticas, a subjetividade é já e sempre social. Não existe, por isso, nenhum processo de libertação que torne possível a emergência - finalmente – de um eu livre e autônomo. As teorias pós-críticas olham com desconfiança para conceitos como alienação, emancipação, libertação, autonomia, que supõem, todos, uma essência subjetiva que foi alterada e precisa ser restaurada (SILVA, p.149)

Ainda, segundo Silva, diferentemente das teorias críticas, **as teorias pós-críticas rejeitam a hipótese de uma consciência coerente, centrada, unitária. As teorias pós-críticas rejeitam, na verdade, a própria noção de consciência, com suas conotações racionalistas e cartesianas. Portanto, a única alternativa em desacordo com as teorias pós críticas é a B.**

Sobre a alternativa **D**, conforme destacado no argumento recursal, ressalta-se que considerar os alunos, como sujeitos na sua singularidade, assim como o processo de intenções e significados que envolve o processo formador daquilo que somos e daquilo que nos tornamos é uma afirmativa correta no que se refere a teoria pós crítica, conforme solicitado no comando da supracitada questão. As teorias pós-críticas abordam com ênfase as preocupações com a diferença, com as relações saber-poder no âmbito escolar, o multiculturalismo, as diferentes

culturas raciais e étnicas, segundo Silva (2007, p. 147), desse modo, a afirmativa é correta.

E ainda, importante salientar sobre a utilização do termo ASSIM COMO, citado no argumento recursal, é possível considerar que a locução **assim como** pode expressar um valor de **nexo comparativo ou de adição**. Entretanto, as gramáticas ditas mais tradicionais incluem “assim como” entre as locuções introdutoras de oração comparativa. É o caso da Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara,¹ Deste modo, pode-se concluir que a locução “assim como” poderá expressar tanto um nexo de adição como de comparação, podendo mesmo acumular os dois valores. Será a interpretação da frase em contexto que permitirá determinar o valor mais saliente.

Fontes:

- MOREIRA. Antonio Flavio; CANDAU. Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. Currículos, disciplinas escolares e culturas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	40	32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Brasil, somente após a década de 1920, motivado pelo desenvolvimento urbano-industrial e pelo aparecimento da “nova escola”, movimento estimulado pela comunidade de emigrantes estrangeiros que exigia uma escola pública de qualidade, houve a necessidade de a escola oferecer uma formação para essa nova realidade de trabalho. Com isso, o ensino profissional passou a fazer parte da formação escolar e a Orientação Educacional e tornou-se um serviço que poderia atender às carências de aconselhamento vocacional (GRINSUN, 1992). A Orientação Educacional teve início, particularmente, em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, ainda com a função de Orientação Vocacional, sob a responsabilidade do engenheiro suíço Roberto *Mange* (CARVALHO, 1995; GRINSUN, 2002). Alguns estudiosos acreditam que as primeiras tentativas foram através do diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, Lourenço Filho, que criou o Serviço de Orientação Profissional e Educacional, em 1931, com o objetivo de orientar os indivíduos em suas escolhas profissionais. Até a década de 1920, o Brasil constituiu atividades isoladas na área da Orientação Educacional, com aconselhamentos interligados à moral religiosa.

Portanto, a banca mantém gabarito publicado A.

Fontes:

- GRINSUN, Mirian P.S.Z. (org). A prática dos orientadores Educacionais. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. A Orientação Educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. (Org.). Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola. São Paulo: Cortez, 2003.
- GUIMARÃES, Leda de Carvalho. Orientação Educacional. Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco, 2009.
- CARVALHO, M.M.M.J. Orientação profissional em grupo: Teoria e técnica. Campinas, SP: Psy, 1995.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	48	46	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito e que a assertiva V está errada. A banca mantém o gabarito e julga IMPROCEDENTE o recurso pois, com as teorias críticas há um impacto dos diferentes olhares sobre a teorização social e o “surgimento de várias temáticas de pesquisa” ainda que com as características relatadas pelo requerente, temáticas que não tinham um lugar de nobreza nos interesses de pesquisa, por serem consideradas de menor importância ou mesmo porque não eram enxergadas, como no caso expresso da assertiva V: “o surgimento de temáticas de pesquisas como as questões de meninos e meninas de rua, as histórias de vida

de mulheres negras, as religiosidades alternativas e o movimento homossexual”.

Fonte:

- Pádua, Gelson Luiz Daldegan. Vecchio, Maria Carolina. Nascimento, Pedro Francisco Guedes. Pedagogia Social, Editora Intersaberes, Curitiba, 2013 p.82.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	50	49	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há mais de uma resposta correta. A banca julga improcedente o recurso, pois o gabarito apontado é a única opção de resposta, já que a afirmativa requerida como errada está correta, conforme texto literal transcrito abaixo: “A trajetória escolar dos adolescentes brasileiros, principalmente daqueles que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, tem sido marcada por descontinuidades nos processos educativos. Por lei, crianças e adolescentes têm seu direito à escolarização respaldado juridicamente pela via de documentos legais, como: a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), todavia, os adolescentes em LA têm frequentemente seu direito à educação violado”. Tal referência à violação de direitos não está no texto da lei, mas na sua efetivação em forma de políticas públicas. O texto segue: “A escola no âmbito da socioeducação é uma instituição de socialização, por oferecer referências para orientar o adolescente na sociedade e por buscar desenvolver um projeto formativo para a aquisição de capacidades pessoais, intelectuais e discursivas para caminhos possíveis. A inserção da justiça restaurativa nas escolas, para além de combater a violência juvenil e escolar, tem a intenção de tornar a “Justiça mais educativa” e a “Educação mais justa”, uma vez que os conflitos passam a receber uma abordagem em que tanto o infrator quanto o ofendido têm seus lados da história ouvidos e valorizados, sendo estimulados a expressar seus sentimentos, o que também auxilia na diminuição da estigmatização.

Fonte:

- Santos, Mayta Lobo. Socioeducação – Introdução à Justiça Reparativa. Editora Contentus.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	49	42	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há erro no enunciado, e que há uma troca de escolar por escola, havendo por conseguinte duplo sentido. A banca julga improcedente o recurso, pois não há erro, nem de digitação, nem de concordância no enunciado: “Em termos de trajetória da análise do fracasso escolar, a orientação educacional se fez presente respondendo com suas atribuições e papéis que eram devidos nos trabalhos realizados. Quando o fracasso estava centrado na questão das diferenças individuais, ele procurava identificar tais diferenças através de questionários. Por outro lado, a orientação procurava o atendimento às diferenças individuais e tinha suas atribuições voltadas ao ajustamento dos alunos à escola e à sociedade, segundo suas aptidões e características individuais. Outras abordagens, no entanto, pautaram a trajetória da orientação educacional. No contexto dessas abordagens, sobre o papel da orientação em face ao fracasso escolar ainda existente, assinale as afirmativas a seguir.”

Fonte:

- Grispun, Mírian P.S. Zippin. A Orientação Educacional- Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010. P. 83, 84 e 85.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	47	50	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há erro na divulgação do gabarito o comando da questão e que este deveria ter sido elaborado de outra forma. A banca julga improcedente o recurso, uma vez que é possível identificar o documento a que se refere o comando, requerido nos conhecimentos publicados no edital deste certame e que está em acordo com os contextos normativos contextualizados na questão. Sobre a troca de gabarito, o texto literal retirado do documento aponta a alternativa correta apontada como gabarito: Nesse sentido, o Currículo em Movimento sustenta-se na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural e compreende que o currículo escolar precisa considerar o contexto socioeconômico, histórico e cultural dos (as) estudantes.

Fonte:

- <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/10/Caderno-Orientador-Transicao-Escolar-Trajatorias-na-Educacao-Basica-29mar2021.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	41	43	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há mais de uma resposta correta, já que receber com empatia seria “quase” o mesmo que “identificar e expressar sentimentos”. Bem, a banca julga improcedente, sobretudo porque o quase o mesmo teve que vir acompanhado de um contexto para se fazer entender e que, diante do escrito no texto e sua interpretação objetiva não é passível de discussão. Quase o mesmo, não significa ser a mesma coisa, portanto, improcedente o recurso. Gabarito. Receber com empatia. “Os quatro capítulos anteriores descreveram os quatro componentes da CNV: o que observamos, sentimos e necessitamos e o que desejamos pedir para nos enriquecer a vida. Agora, deixaremos de lado a auto expressão para aplicar esses mesmos quatro componentes à escuta do que os outros estão observando, sentindo, necessitando e pedindo. **Chamamos essa parte do processo de comunicação de receber com empatia**”. Ou seja, em uma fase você recebe, em outra identifica e expressa sentimento.

Fonte:

- Rosenberg, Marshall B. Comunicação Não Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Editora Agora. São Paulo> 2021 . 5ª edição.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Psicologia

BRANCA	VERDE
6	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão solicita que se atente para as afirmações sobre a pontuação empregada no texto. Em I, afirma-se: Em “Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo.”, o uso do ponto e vírgula está adequado, pois separam orações coordenadas que já apresentam vírgula.; nota-se que essa afirmação é verdadeira, uma vez que, de acordo com a norma padrão, deve-se usar ponto e vírgula entre orações coordenadas que já apresentam vírgula. Em II, afirma-se Em “Gramática tem gênero, ideologia e preconceito.”, a vírgula foi usada com a mesma finalidade que as vírgulas empregadas neste trecho: “Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu [...]”. no caso, separar os elementos formadores de um termo composto.; nota-se que nos dois casos as vírgulas foram usadas com a mesma finalidade, corretamente explicada, ou seja, separar elementos formadores de termo composto. Em III, afirma-se Em “Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também,

transgressores.”, a ausência de vírgula antes da palavra “que” implica desvio da norma padrão, uma vez que o sentido da oração é explicativo e não restritivo.; nota-se que a ausência da vírgula é responsável por indicar o sentido restritivo, logo, se a vírgula fosse inserida, o sentido seria alterado e o enunciado ficaria, portanto, inadequado. Depois, para atender ao comando, deve-se identificar em que alternativa o número correspondente às afirmações verdadeiras estejam. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA	VERDE
13	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, conforme artigo “Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos; Governo contribui para preservar patrimônio histórico” (link abaixo). “O engenheiro norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), considerado um dos maiores empresários da história do país, foi um dos responsáveis por tocar o empreendimento durante os anos de 1907 a 1912...”. A assertiva “B” é verdadeira, conforme trecho: “Apesar de tentativas anteriores foi apenas no início do século XX que a construção de uma ferrovia binacional foi viabilizada através do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, do qual foram signatários o Brasil e a Bolívia...”. A assertiva “C” é falsa (e, portanto, a alternativa-resposta) conforme trecho: “Inaugurada em 1912, a EFMM só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade, fato explicado pela queda vertiginosa da participação brasileira no mercado da borracha...”. A assertiva “D” é verdade, conforme trecho do artigo “Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” (link abaixo) “A história da cidade de Porto Velho se confunde com a própria história da criação da ferrovia, sendo as principais estruturas do complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré...” A assertiva “E” é verdadeira, conforme trecho “Segundo a Biblioteca Nacional, em 30 de abril de 1912, foi concluído o que se considera o último trecho da ferrovia.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/#:~:text=O%20empreendimento%20Madeira%2DMamor%C3%A9%20Railway,m%C3%A1quinas%2C%20ferramentas%20e%20carv%C3%A3o%20mineral>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf

BRANCA	VERDE
14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura", (link abaixo) no trecho "Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, "recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo". A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho "Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra." RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA	VERDE
16	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que "Prestar os serviços assistenciais de que trata o Art. 23 desta Lei" também seria uma prerrogativa do estado. Contudo, o texto que se refere a competência do estado deixa explícito que "cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado" o que não consta na afirmativa.

Fonte:

- BRASIL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.

BRANCA	VERDE
19	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão não está de acordo com o conteúdo programático. Porém, o conteúdo da questão está no Estatuto da Pessoa com Deficiência no Título III - Disposições finais e transitórias Art. 94. Assim como também está na Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, "Art. 26-A. Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). E o fato de ter sido incluído posteriormente por uma lei, não significa que não faz parte do Estatuto, assim como outras mudanças vão acontecendo, sendo revogadas ou incluídas novas normas. Sustenta ainda que a alternativa que expõe: Terá direito ao benefício "quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, e passe a exercer atividade" estaria incorreta porque existem outros perfis de beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada, porém o enunciado da questão deixa claro que se trata de um auxílio voltado para pessoa com deficiência e nesse caso terá direito desde que seja beneficiário e passe a exercer atividade.

Fontes:

- BRASIL. LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRANCA	VERDE
20	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa I. “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” também estaria correta. Porém, isso não procede, visto que o texto da lei expõe que excepcionalmente tal fato pode ocorrer. A ausência do termo excepcionalmente conforme estabelecido na lei muda a afirmativa, tirando o sentido que a família substituta só deve ser considerada uma opção em casos excepcionais. A família substituta, apesar de ser uma opção, não se equipara à família, visto que a conjunção “ou” equipara família a família substituta.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE
28	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que na NOB/SUAS 2012 não existe o Art.11. Todavia, isso não procede, conforme pode ser consultado na Resolução Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. Outro argumento sobre o enunciado, pede-se para analisar as responsabilidades comuns a à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a única alternativa que tem responsabilidades comuns é a alternativa com texto “elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS; estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais; estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social”.

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/> . Acesso em 10 de fev.2023.

BRANCA	VERDE
31	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão refere como enunciado “No que se refere às técnicas de intervenção no âmbito das políticas públicas, principalmente para o direcionamento de ações voltadas à promoção de direitos humanos da população LGBTQUIA+, é preciso abranger o combate ao preconceito, visto que, entendido de forma ampla, na forma de discursos e práticas institucionais hostis, alimenta o preconceito interpessoal, provocando sofrimento psicológico às vítimas minorias sexuais e de gênero, com impacto na saúde global e dano negativo significativo à saúde mental dessas pessoas”. Tendo realizada essa contextualização, é perguntado “Sobre o impacto do preconceito na saúde mental” e o que se pode afirmar sobre ele de maneira correta. A alternativa que responde à questão é a B (a prevalência de ideação suicida é maior entre os não heterossexuais em comparação com a heterossexuais), pois em uma metanálise de 54 estudos sobre autolesão sem intenção suicida entre LGBT indicou alta prevalência ao longo da vida desse comportamento em minorias sexuais (29,68%) e minorias de gênero (46,65%), enquanto entre pessoas heterossexuais e/ou cis a prevalência foi de 14,57%, indicando uma disparidade significativa. A associação entre pertencer a uma minoria sexual – quando essa variável foi avaliada sozinha ou combinada com pertencer a uma minoria de gênero – e comportamentos autolesivos mostrou-se significativa, ou seja, ser MSG foi

considerado fator de risco para a pessoa se autolesionar. Quando comparados com jovens heterossexuais, jovens pertencentes a minorias sexuais têm 2,94 vezes mais chance de apresentar sintomas depressivos ou transtorno depressivo, conforme outra metanálise conduzida a partir de 23 estudos populacionais.

Fonte:

- Cateln, R. F. (2021). Psicoterapia baseada em evidências para minorias sexuais e de gênero. In: Procognitiva, v. 8(3), p. 92, 100, 121.

BRANCA	VERDE
35	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão contextualiza a assistência básica em saúde, por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com as respectivas equipes para assistência a populações específicas, tais como a população em situação de rua. No item 3.1.2, intitulado “Equipes de Atenção Básica para populações em situações específicas”, páginas 31 e 31 do texto “Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial – RAPS”, publicado em 2018 pela Universidade Aberta do SUS junto a Universidade Federal do Maranhão, é dito que a “Redução de danos, em parceria com equipes de outros pontos de atenção da rede de saúde como unidades básicas de saúde, centros de Atenção Psicossocial, prontos-socorros, entre outros” (letra B). O disposto na alternativa D, refere-se à “Atenção Residencial de Caráter Transitório”.

Fonte:

- Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial – RAPS/ Paola Trindade Garcia; Regimarina Soares Reis (Org.). - São Luís: EDUFMA, 2018. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/10279> p.30-31.

BRANCA	VERDE
37	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem no enunciado a contextualização do comprometimento da família, principalmente para crianças e adolescentes, em decorrência de violência doméstica e familiar, como pode ser identificado na reprodução do mesmo. “O comprometimento da família desencadeia na fragilidade de suporte aos seus integrantes no que se refere à autonomia, clareza de papéis, privacidade, expressão emocional e valores. Essa fragilidade, por sua vez, ocasiona dificuldades para resolução de problemas, mantendo conflitos, agressões e até o extremo da violência doméstica e familiar. Esse cenário vitimiza direta e indiretamente, principalmente crianças e adolescentes, tornando-se em uma experiência potencial e realmente traumática”. Tendo isso em vista, as afirmações que correspondem corretamente a esse cenário são: II - A exposição sistemática e precoce à violência está associada ao desenvolvimento de transtorno de estresse pós-traumático complexo; III -A percepção de risco à vida e à integridade psicológica é distorcida e incompatível com a realidade, já que a casa não é um espaço seguro; e IV - Pessoas expostas a violência podem desenvolver transtorno de estresse pós-traumático e comorbidades, tais como depressão e abuso de substâncias. A afirmativa I é incorreta pelo fato de todas as modalidades de violência serem igualmente ameaçadoras à crianças, adolescentes, mulheres e idosos, não os fazendo mais ou menos vulneráveis a um ou outro tipo de violência como o texto da afirmativa sugere. A afirmativa V é explicitamente incorreta ao afirmar que a violência fortalece o sistema de valores da família. Além disso, não é requerido o conhecimento de psicopatologia nem a busca aos manuais de classificação de doenças para compreensão dos desdobramentos prejudiciais para a saúde e saúde mental de todas as vítimas de violência, isso pode ser consultado em estudos como os de Lourenço et al (2021) e Zancan e Habigzang (2022), os quais consensualmente afirmam que a vulnerabilidade não se refere ao tipo de violência sofrida, mas à existência de grupos considerados em maior vulnerabilidade em função de desigualdades relacionadas a gênero e geração no contexto familiar e, assim evidenciando o TEPT. O TEPT complexo, por sua vez, está associado a experiências crônicas e precoces de violência. As comorbidades são muito comuns em pacientes com histórico de violência familiar.

Fontes:

- Lourenço, Lelio Moura [et. al.] Organização. Estudos contemporâneos sobre violência e agressividade humana. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021. https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/LOURENCO_9786589512073-1.pdf
- ZANCAN, Natália; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Regulação Emocional, Sintomas de Ansiedade e Depressão em Mulheres com Histórico de Violência Conjugal. Psico-USF, v. 23, n. 2, p. 253–265, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psuf/a/g3D3JYhThCJDjNGcZ7f4rxd/?lang=pt>>. Acesso em: 26 set. 2022.

BRANCA	VERDE
41	44

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Através da análise realizada sobre o recurso interposto, a alternativa I apresenta-se incorreta porque essas experiências relacionadas a humilhação que perpassam até questões de assédio moral, estão relacionadas à estrutura da empresa de modo geral, a forma de se organizarem e de gerenciar o trabalho. Ficando muito pontual na alternativa que isso é uma responsabilidade apenas do trabalhador em seu lugar, como se não tivesse seus direitos protegidos no ambiente de trabalho e tivesse que se comprometer sozinho a esses fatos (FRANCO et al., 2010; SILVA, 2010; TOLFO, 2020).

Já na alternativa IV é importante ressaltar que mesmo aquelas pessoas que se encontram em situações aparentemente privilegiadas, com vínculos de trabalho mais estáveis, experimentam sim a insegurança e o comportamento competitivo. A alternativa afirma que se sentem seguras, mas dentro de um ambiente de trabalho essas questões sempre irão existir (FRANCO et al., 2010; SILVA, 2010; TOLFO, 2020).

Considerando que a alternativa V traz como a falta não apenas do suporte social, mas da autonomia do sujeito em questão que está dentro de uma organização, é exemplificado e pode gerar condições desfavoráveis no ambiente de trabalho (FRANCO et al., 2010; SILVA, 2010; TOLFO, 2020).

Os fatores mencionados na alternativa II referentes ao ambiente de trabalho é uma das causas que contribuem para o adoecimento mental de muitos trabalhadores por diversos motivos que perpassam o clima organizacional. Às relações de trabalho estabelecidas e as situações apresentadas como a culpabilização, massificação, ameaças e competições tendem a agravar esse adoecimento (FRANCO et al., 2010; SILVA, 2010; TOLFO, 2020).

Sendo assim, a afirmativa II está incorreta e devido a inexistência de outra alternativa que contemple as opções verdadeiras: III e V, a questão será ANULADA.

Fontes:

- FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SILVA, Edith S. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. Vol. 35 nº122, p. 229 a 248, jul/dez 2010. Disponível em: O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador I.pdf. Acesso em 20 out. 2022.
- SILVA, Edith S. et. al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. Vol. 35 nº122, p. 187 a 191, jul/dez 2010. Disponível em: O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador I.pdf. Acesso em 20 out. 2022.
- TOLFO, Suzana. Gestão de pessoas e saúde mental do trabalhador: Fundamentos e intervenções com base na psicologia. Vetor Editora - 2020. E-book. ISBN 9786586163377.

BRANCA	VERDE
43	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É importante considerar que a alternativa aborda de forma exemplificada questões sobre violações já mencionadas na Lei, outras que não estejam citadas, mas que são consideradas e podem acometer profissionais atuantes nesses espaços. Por isso, a importância da visão crítica e analítica sobre determinada situação, por mais simples que seja como colocado nas alternativas, para que as intervenções e estratégias de atuação sejam embasadas e criteriosas e não apenas por ideologias pessoais ou valores culturais muitas vezes confundidos com direitos, é necessário um conhecimento do que se trata o assunto de forma ampla.

As alternativas consideradas incorretas estão baseadas no relacionamento afetivo, nos valores e delimitações pessoais de cada um, e não configuram uma violação, pois não existe uma imposição ou privação de algo, tanto que as afirmativas foram elaboradas em torno de sugestões, pedidos e favores e estabelecem relações diversas para que o candidato possa fazer uma análise crítica pautada no que de fato a lei configura como violação. Pois estarão sujeitos a intervenções e trabalhos que serão atravessados por essas questões.

De acordo com Bianchini et al. (2016) existem outras questões que não sejam mencionadas como a violência política e a espiritual baseadas no gênero e apresentadas nas alternativas.

As demais alternativas estão baseadas em aspectos de relacionamentos, pois não são estipuladas, delimitadoras ou intransigentes, porque trazem sempre um viés de solicitação, de pedido, de desejo, de convívio, de questões entre casais, e não uma imposição, um bloqueio, um impedimento ou um controle.

Sendo assim, o recurso interposto sobre a falta de uma resposta correta é considerado IMPROCEDENTE.

Fontes:

- BIANCHINI, Alice; SILVA, Ivan L.; GOMES, Luiz F. Saberes monográficos – Lei Maria da Penha. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 19 out. 2022.
- FERNANDES, Valéria D. S. Lei Maria da Penha o processo penal no caminho da efetividade. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. ISBN 9788597000429.

BRANCA	VERDE
49	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sendo o relatório psicológico um importante instrumento e de acordo com as atribuições do cargo, tende a ser recorrente sua utilização sendo de suma importância a realização de uma sua elaboração técnica e científica, levando em consideração as demandas e a particularidade de cada situação e análise proposta.

A alternativa III mencionada, não faz uma transcrição literária e sim uma interpretação da forma de escrever o relatório psicológico, o que não configura um prejuízo à questão, e sim uma análise assertiva sobre o tema.

Conclui-se então que o recurso interposto sobre tudo, é considerado IMPROCEDENTE.

Fonte:

- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução Nº 6, de 29 de março de 2019.** Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela (o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/lei/elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pelo-psicologo-decorrentes-de-avaliacao-psicologica-cfp?origin=instituicao>. Acesso em: 01 jan. 2023.

BRANCA	VERDE
50	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É importante ressaltar que a alternativa I limita a atenção às questões financeiras e práticas higienistas como uma alternativa objetiva e pontual, mas ao se propor ações voltadas para esse grupo social é muito importante ter o cuidado com a autonomia, autoimagem, identidade, desejos e protagonismo diante sua própria saúde e existência, sendo as ações fortalecedoras do empoderamento e a conscientização dos direitos e não limitadoras de questões financeiras ou de higiene, que apesar de fazerem parte de estratégias das políticas públicas, não foi a proposta para análise crítica da alternativa (BRASIL, 2015).

Dessa maneira, a afirmativa I da apresenta-se incorreta.

Entende-se então que as razões recursais que dispõem sobre a alternativa são consideradas IMPROCEDENTES.

Fonte:

- BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília, 2015. ISBN 978-85-67311-30-2. Disponível em: Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua-1.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Serviço Social

BRANCA	VERDE
1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde haja uma informação verdadeira em relação ao posicionamento do autor no texto. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que, no texto, o autor “estimula o uso da língua que desconsidera a tradição que a precede.”; nota-se que essa afirmação não está correta já que, no texto, a ideia de que deve haver um equilíbrio entre tradição e uso é defendida como ponto de partida para a argumentação que se desenvolve. Na alternativa B, sugere-se que, no texto, o autor “explicita, de forma ordenada, a importância dos estudos dos especialistas em língua.”; nota-se que não há explicitações ordenadas que defendem apenas o estudo dos especialistas, uma vez que “a língua é viva e pertence aos usuários”. Na alternativa C, sugere-se que, no texto, o autor “caracteriza propriedades distintas da língua, mas que convergem para a harmonia entre tradição e uso.”; nota-se que essa afirmação está de acordo com o texto, já que o autor explica aspectos das mudanças da língua ao mesmo tempo que não desfavorece a tradição, ou seja, a língua padrão. Na alternativa D, sugere-se que, no texto, o autor “orienta sistematicamente os meios de evitar confrontos entre os que discordam do equilíbrio entre tradição e uso da língua.”; nota-se que não se trata de um texto injuntivo, logo, essa afirmação não está correta, tendo em vista que não há sistematizações de como evitar confrontos entre os que não compartilham dos mesmos pontos de vista. Na alternativa E, sugere-se que, no texto, o autor “apresenta, em sequências descritivas, empecilhos que poderiam contribuir para o não reconhecimento de descobertas linguísticas.”; nota-se que o texto não aborda tema relacionado à descobertas linguísticas, portanto, essa informação está incorreta. Essa análise revela que apenas a alternativa C atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
4	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto, o sentido do trecho esteja adequadamente expresso em outras palavras. Então, para resolver esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] exclusivo de altos aristocratas.” 6º§ = abrange todos aqueles que têm maneiras sofisticadas; nota-se que, no contexto, “maneiras sofisticadas” não funciona como sinônimo de “aristocratas”, uma vez que o termo foi usado com sentido restrito, e significa aquele que faz parte da aristocracia. Na alternativa B: “[...] eram anglicismos que foram adaptados [...]” 3º§ = tratavam-se de palavras lusófonas adaptadas ao português brasileiro; nota-se que “anglicismo” significa modo de falar ou escrever próprio da língua inglesa, diferente do que se sugere com a palavra “lusófono”, que significa próprio da língua portuguesa. Na alternativa C: “[...] apenas registrava oralidades e falas populares mineiras [...]” 2º§ = restringia-se a opinar sobre o modo de falar do povo mineiro; nota-se que a substituição de “registrar” por

“restringir”, acrescido do termo “opinar” altera o sentido do que está sendo dito. Na alternativa D: “[...] composição de termos não dicionarizados [...]” 2º§ = invenção de palavras e/ou expressões não reconhecidas como pertencentes à língua portuguesa; nota-se que o trecho foi parafraseado, uma vez que “não dicionarizados” quer dizer o mesmo que “não reconhecidos como pertencentes à língua portuguesa”. Na alternativa E: “[...] capacidade inventiva e rebelde de escritores de primeira linha.” 2º§ = potencial de autores renomados de, ao mesmo tempo, recriarem e se submeterem à norma padrão vigente; nota-se que se submeter à norma padrão é o oposto de se rebelar diante dela. Essa análise revela que apenas o que se sugere na alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
6	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão solicita que se atente para as afirmações sobre a pontuação empregada no texto. Em I, afirma-se: Em “Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo.”, o uso do ponto e vírgula está adequado, pois separam orações coordenadas que já apresentam vírgula.; nota-se que essa afirmação é verdadeira, uma vez que, de acordo com a norma padrão, deve-se usar ponto e vírgula entre orações coordenadas que já apresentam vírgula. Em II, afirma-se Em “Gramática tem gênero, ideologia e preconceito.”, a vírgula foi usada com a mesma finalidade que as vírgulas empregadas neste trecho: “Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu [...]”, no caso, separar os elementos formadores de um termo composto.; nota-se que nos dois casos as vírgulas foram usadas com a mesma finalidade, corretamente explicada, ou seja, separar elementos formadores de termo composto. Em III, afirma-se Em “Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores.”, a ausência de vírgula antes da palavra “que” implica desvio da norma padrão, uma vez que o sentido da oração é explicativo e não restritivo.; nota-se que a ausência da vírgula é responsável por indicar o sentido restritivo, logo, se a vírgula fosse inserida, o sentido seria alterado e o enunciado ficaria, portanto, inadequado. Depois, para atender ao comando, deve-se identificar em que alternativa o número correspondente às afirmações verdadeiras estejam. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRANCA	VERDE
8	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde, considerando-se o contexto e se fazendo as adaptações necessárias, palavra destacada esteja adequadamente substituída por um sinônimo. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] rocim magro [...]” = tez; nota-se que “tez” não é sinônimo de rocim, que significa, de modo geral, “cavalo”. Na alternativa B: “[...] adarga antiga [...]” = escudo; nota-se que “escudo” é um sinônimo de

adarga, conforme definição em dicionários, sobretudo, no dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (“Adarga: escudo de couro dobrado, de forma oval, com uma braçadeira estreita para a mão e outra, larga, para o braço, originalmente us. pelos mouros; darga”). Na alternativa C: “[...] vivia um fidalgo [...]” = plebeico; nota-se que “plebeico” é antônimo de Fidalgo, ou seja, plebeico significa “qualidade de plebeu”. Na alternativa D: “[...]de lança em lanceiro [...]” = armeiro; nota-se que “armeiro” significa ou quem fabrica, ou lugar onde se guaram armas, por outro lado, “lanceiro” significa soldado ou alguém armado com lança. Na alternativa E: “Num vilarejo da Mancha [...]” = mosteiro; nota-se que “mosteiro” significa estabelecimento onde monges vivem, logo, não é sinônimo de “vilarejo”. Essa análise revela que apenas a alternativa B atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
10	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde o tempo do verbo destacado seja igual ao tempo do verbo destacado no trecho do enunciado. Sendo assim, para solucionar esta questão, deve-se reconhecer o tempo do verbo destacado no enunciado: “[...] de cujo nome não quero lembrar-me [...]”, nota-se que o verbo “querer” está flexionado no tempo presente. Depois, deve-se analisar o tempo dos verbos destacados em cada uma das alternativas. Na alternativa A: “[...] há muito tempo [...]”; nota-se que o verbo “haver” está flexionado no tempo presente. Na alternativa B: “[...] vivia um fidalgo [...]”; nota-se que o verbo “viver” está flexionado no tempo pretérito. Na alternativa C: “[...] honrava com sua burelina [...]”; nota-se que o verbo “honrar” está flexionado no tempo pretérito. Na alternativa D: “[...] acabavam-no saio de velarte [...]”; nota-se que o verbo “acabar” está flexionado no tempo pretérito. Na alternativa E: “[...] consumiam três quartos de sua renda [...]”; nota-se que o verbo consumir está flexionado no tempo pretérito. Essa análise revela que apenas o verbo destacado na alternativa A está flexionado no mesmo tempo que o verbo destacado no trecho do enunciado, portanto, apenas essa alternativa atende ao comando desta questão.

Fontes:

- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. As assertivas “A”, “B” e “E” são falsas, porque a exploração da mão-de-obra indígena ocorreu ao longo dos dois ciclos da borracha. As assertiva “C” é falsa, pois a exploração de mão-de-obra indígena e nordestina foi concorrente durante todo o período. A assertiva “D” é verdadeira, conforme se extrai do artigo “Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia” (link abaixo). RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659005.pdf>

BRANCA	VERDE
13	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, conforme artigo “Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos; Governo contribui para preservar patrimônio histórico” (link abaixo). “O engenheiro norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), considerado um dos maiores empresários da história do país, foi um dos responsáveis por tocar o empreendimento durante os anos de 1907 a 1912...”. A assertiva “B” é verdadeira, conforme trecho: “Apesar de tentativas anteriores foi apenas no início do século XX que a construção de uma ferrovia binacional foi viabilizada através do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, do qual foram signatários o Brasil e a Bolívia...”. A assertiva “C” é falsa (e, portanto, a alternativa-resposta) conforme trecho: “Inaugurada em 1912, a EFMM só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade, fato explicado pela queda vertiginosa da participação brasileira no mercado da borracha...”. A assertiva “D” é verdade, conforme trecho do artigo “Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” (link abaixo) “A história da cidade de Porto Velho se confunde com a própria história da criação da ferrovia, sendo as principais estruturas do complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré...” A assertiva “E” é verdadeira, conforme trecho “Segundo a Biblioteca Nacional, em 30 de abril de 1912, foi concluído o que se considera o último trecho da ferrovia.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/#:~:text=O%20empreendimento%20Madeira%2DMamor%C3%A9%20Railway,m%C3%A1quinas%2C%20ferramentas%20e%20carv%C3%A3o%20mineral>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf

BRANCA	VERDE
14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois o Ciclo do Ouro ocorre na segunda metade do Século XVIII, e não na segunda metade do Século XX. A segunda assertiva é verdadeira, conforme trecho extraído do artigo "Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura", (link abaixo) no trecho “Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, “recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo”. A terceira assertiva é verdadeira, conforme trecho “Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra.” RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>

BRANCA	VERDE
15	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A primeira assertiva é falsa, pois a origem do Estado de Rondônia se dá no Século XX. A segunda assertiva é falsa, pois Rondônia foi elevada a condição de Estado em 1981, A terceira assertiva é falsa, pois o Território do Guaporé passou a se chamar Território de Rondônia em 1956. A quarta assertiva é falsa, pois a Lei Complementar nº 41 elevou o Território à

condição de Estado, a partir da data de sua publicação. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp41.htm
- <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/492/1/OleidesOliveira.pdf>

BRANCA	VERDE
19	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão não está de acordo com o conteúdo programático. Porém, o conteúdo da questão está no Estatuto da Pessoa com Deficiência no Título III - Disposições finais e transitórias Art. 94. Assim como também está na Lei N.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, "Art. 26-A. Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). E o fato de ter sido incluído posteriormente por uma lei, não significa que não faz parte do Estatuto, assim como outras mudanças vão acontecendo, sendo revogadas ou incluídas novas normas. Sustenta ainda que a alternativa que expõe: Terá direito ao benefício "quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, e passe a exercer atividade" estaria incorreta porque existem outros perfis de beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada, porém o enunciado da questão deixa claro que se trata de um auxílio voltado para pessoa com deficiência e nesse caso terá direito desde que seja beneficiário e passe a exercer atividade.

Fontes:

- BRASIL. LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRANCA	VERDE
20	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa I. "É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral" também estaria correta. Porém, isso não procede, visto que o texto da lei expõe que excepcionalmente tal fato pode ocorrer. A ausência do termo excepcionalmente conforme estabelecido na lei muda a afirmativa, tirando o sentido que a família substituta só deve ser considerada uma opção em casos excepcionais. A família substituta, apesar de ser uma opção, não se equipara à família, visto que a conjunção "ou" equipara família a família substituta.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>. Acesso em: 11 de fev. 2023.

BRANCA	VERDE
21	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o enunciado está errado ao referir ao estágio probatório de 2 anos. Contudo, está conforme o estabelecido na Lei Complementar n. 68 - Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia - SEÇÃO VII DO ESTÁGIO PROBATÓRIO Art. 28. O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de 02 (dois) anos, com o objetivo de avaliar seu desempenho visando a sua confirmação ou não no cargo para o qual foi nomeado.

Fonte:

- RONDÔNIA. LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n__68_-_Regime_jurdico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n__794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE
25	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que não foram citadas todas as medidas previstas no Art. 45 do Estatuto da Pessoa Idosa, porém o enunciado especifica as" seguintes medidas", não especificando todas as medidas que deveriam ser tomadas. Dessa forma, estando as medidas previstas na lei coloca a alternativa como correta.

Fonte:

- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm . Acesso em: 11 de fev. 2023.

BRANCA	VERDE
27	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso sinaliza para falta de uma resposta correta, porém não aponta o erro. E de acordo com NOB/Suas Art. 5º São diretrizes estruturantes da gestão do SUAS: I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; II - descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo; III - financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - matricialidade sociofamiliar; V - territorialização; VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; VII - controle social e participação popular.

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

BRANCA	VERDE
28	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que na NOB/SUAS 2012 não existe o Art.11. Todavia, isso não procede, conforme pode ser consultado na Resolução Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. Outro argumento sobre o enunciado, pede-se para analisar as responsabilidades comuns a à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a única alternativa que tem responsabilidades comuns é a alternativa com texto “elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS; estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais; estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social”.

Fonte:

- BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/> . Acesso em 10 de fev.2023.

BRANCA	VERDE
30	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992 Art. 9º O provimento de cargo público far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Art. 10. A investidura em cargo público ocorre com a posse. Art. 11. São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - promoção; III - readaptação; IV - reintegração; V - aproveitamento; VI - reintegração; VII - recondução.

Fonte:

- RONDÔNIA. LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n_68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n_794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA	VERDE
31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa cujo texto é “ O que fazer: depende apenas do entendimento e domínio da instrumentalidade e dos instrumentais técnico--operativos” está incorreta em razão do “apenas” e de fato essa alternativa é a incorreta conforme o gabarito.

Fonte:

- MARCOMIN, Ivana. Instrumental técnico-operativo do serviço social: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2016.

BRANCA	VERDE
32	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que onde lê-se "técnico" na alternativa "O produto final do trabalho do assistente social consiste em provocar alterações no cotidiano dos segmentos que o procuram, os instrumentos e técnicos a serem utilizados podem variar; porém, devem estar adequados para proporcionar os resultados concretos esperados." deveria ser "técnica". No entanto, essa mudança não torna a alternativa uma afirmativa errada como alega-se, pois técnicos e técnicas podem variar; porém, devem estar adequados para proporcionar os resultados concretos esperados.

Fonte:

- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2014.

BRANCA	VERDE
35	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o conteúdo da questão não está no conteúdo programático. Todavia, consta no conteúdo "Atuação em programas de prevenção e tratamento: uso do álcool, tabaco e outras drogas". Dessa forma, para atuação é necessário ter conhecimento sobre o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas conforme foi solicitado na questão. E de acordo com o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas deve se buscar "priorizar programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas" e não como está na alternativa "atuar em programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de saúde e com os usuários para a prevenção do uso de drogas;" colocando a alternativa como errada.

Fonte:

- BRASIL, Plano Nacional de Políticas sobre Drogas – Planad. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/arquivo-manual-de-avaliacao-e-alienacao-de-bens/planad_set_2022.pdf. Acesso em: 10 de fev.2023.

BRANCA	VERDE
38	36

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não apresenta o erro sugerido no gabarito impossibilitando a resposta recursal, razão pela qual foi decidido como prejudicado.

BRANCA	VERDE
39	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão não está de acordo com o conteúdo programático. Todavia, a questão está de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social que está no conteúdo programático. Outro questionamento alega que na Lei Orgânica da Assistência Social não faz distinção entre princípios e diretrizes, o que não procede, pois, o capítulo II Dos Princípios e das Diretrizes está dividido em Seção I - dos princípios e seção II das diretrizes.

Fonte:

- BRASIL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 de outubro de 2022.

BRANCA	VERDE
40	31

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão foi elaborada de acordo com Baptista (2007, p.38) o qual define a decisão de planejar a partir do movimento de reflexão-decisão-ação-reflexão que vai se realizando de acordo com os seguintes elementos constitutivos: Construção/reconstrução do objeto; estudo de situação; definição dos objetivos para ação; formulação e escolha de alternativas; montagem de planos, programas e ou/ projetos; implementação; implantação; controle da execução; avaliação do processo e da ação executada; retomada do processo em um novo patamar (BAPTISTA, 2007, p.38) e como nenhuma alternativa está com o texto completo, ou seja, todo o processo de reflexão-decisão-ação-reflexão, faz jus a anulação da questão.

Fonte:

- BAPTISTA, Myrian Veras. Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo/Lisboa: Veras, 2 ed. 2007.

BRANCA	VERDE
41	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que as aspas empregadas na composição da questão destacam uma alusão. Tal sinal de pontuação na questão tem por objetivo apenas destacar, ou seja, realçar a elucidação a ser analisada e completada pelos candidatos.

O eixo principal do planejamento participativo, segundo (GANDIN, 2010, p. 56) é de que “governar é coordenar o processo de definição conjunta de rumos sociais e, conjuntamente, administrar os meios para seguir a caminhada nos rumos estabelecidos” No entendimento de GANDIN, o planejamento participativo busca acenar por um processo deliberativo mais democrático, priorizando a distribuição de poder. Por outro lado, a política do planejamento estratégico, as decisões tomadas estão mais ligadas à forças e interesses conflitantes. GANDIN (GANDIN, 2010) defende o planejamento estratégico como um processo que se inscreve num campo complexo, entre outros, o conflito de interesses e disputas.

Segundo Fritsch (1996), na atualidade o planejamento estratégico se traduz como o conjunto de regras de tomada de decisão para a orientação do comportamento de uma organização, visando atingir os objetivos com eficiência, eficácia e efetividade.

Trabalhando na linha do planejamento estratégico, Baptista (2015) o situa como campo de forças em disputa, arena privilegiada para atuação do assistente social em face das expressões da questão social.

Conclui-se que “O planejamento estratégico é síntese de um processo que reflete não somente os diferentes interesses dos participantes, mas o processo de disputa na condução do direcionamento.”

Sendo assim, recurso improcedente.

Fontes:

- FRITSCH, Rosângela. Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade 52. Cortez. São Paulo – SP, 1996.
- BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação. 3. ed. São Paulo: Editora Veras, 2015.
- BERGER, Gaston. A Atitude Prospectiva. Revista Parcerias Estratégicas, n. 19, 2004, p. 311 - 317, Tradução de: Nathália Kneipp.
- BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. Revista Temporalis, Brasília, n. 31, jan./jun.2016.
- GANDIN, Danilo. A Prática do Planejamento Participativo. 17. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

BRANCA	VERDE
42	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê no art. 136 que é atribuição do Conselho Tutelar: IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Contemplada corretamente na terceira afirmativa.

“É talvez a mais importante das atribuições do Conselho Tutelar, posto que voltada à prevenção e à solução dos problemas no plano coletivo, através da imprescindível estruturação do município, no sentido da elaboração e implementação de políticas públicas que priorizem a população infanto-juvenil. Para tanto, deve-se colher dados acerca das principais demandas e deficiências na estrutura de atendimento existente no município e buscar a adequação dos serviços públicos e a criação de planos e programas de atendimento voltados a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. Cabe ao Conselho Tutelar, que talvez melhor do que qualquer outro órgão, tem exata noção da realidade local e das maiores demandas e deficiências existentes, buscar a progressiva estruturação do município no sentido da proteção integral de suas crianças e adolescentes. A participação direta do Conselho Tutelar na apresentação e no debate acerca dos problemas estruturais do município e na definição de estratégias e políticas públicas para sua solução se constitui numa de suas atribuições naturais, decorrente do disposto no art. 131, do ECA, devendo ser uma constante, pelo que deve o órgão buscar – e ser a ele assegurado – um espaço permanente de interlocução com o Executivo (assim como com os gestores das diversas políticas públicas que têm interface com a política da criança e do adolescente) e com o CMDCA (assim como com outros Conselhos Deliberativos de políticas públicas) locais, garantindo-se-lhe direito a voz quando das reuniões deste (podendo, inclusive, ‘pautar’ temas a serem debatidos por ocasião das reuniões do órgão).”

Sendo assim, recurso improcedente.

Fontes:

- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2020_8ed_mppr.pdf

Cargo: Analista em Desenvolvimento Social: Sociologia

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o enunciado está errado ao referir ao estágio probatório de 2 anos. Contudo, está conforme o estabelecido na Lei Complementar n. 68 - Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia - SEÇÃO VII DO ESTÁGIO PROBATÓRIO Art. 28. O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de 02 (dois) anos, com o objetivo de avaliar seu desempenho visando a sua confirmação ou não no cargo para o qual foi nomeado.

Fonte:

- RONDÔNIA. LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.992 D.O.E. Nº 2674, DE 09/12/92 - Suplemento 2. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/LC_n__68_-_Regime_juridico_dos_servidores_de_RO_-_atualizado_at_LC_n__794-2014.pdf. Acesso em: 11 de fev.2023.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a NOB/SUAS Art. 24. O Pacto de Aprimoramento do SUAS compreende: I - definição de indicadores; II - definição de níveis de gestão; III - fixação de prioridades e metas de aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS; IV - planejamento para o alcance de metas de aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS; V - apoio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para o alcance das metas pactuadas; e VI - adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Fonte:

- **BRASIL.** Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/>. Acesso em 10 de fev.2023.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. Émile Durkheim é apontado como um dos primeiros grandes teóricos da Sociologia, onde busca definir o objeto, o método e suas aplicações. Como afirma Coser (1997, p.140), foi Durkheim quem estabeleceu a lógica do enfoque funcional para o estudo do fenômeno social, embora explicações funcionais e alguns vestígios desse padrão de raciocínio já fossem encontrados nos trabalhos de Spencer e Comte. Recusando não apenas a perspectiva de análise fundamentada em causas e origens históricas, mas também aquela fundamentada em motivações e propósitos individuais, Durkheim instituiu a análise funcional como meio de apreensão da realidade social. Embora alguns dos elementos do paradigma funcionalista remetam ao pensamento político e social dos gregos antigos, a determinação do seu ponto de origem é difícil. Por conveniência, a sua análise freqüentemente começa com o trabalho de Comte, genericamente visto como o pai da sociologia. Tido como o sociólogo da unidade humana e social (Aron, 1965, p. 59), o filósofo francês Auguste Comte via o conhecimento e a sociedade como estando em um processo evolucionário, cujo estágio "inicial" seria o teológico ou fictício; "intermediário", o metafísico ou abstrato; e "final", o científico ou positivo. Essas etapas foram formuladas em sua obra Curso de filosofia positiva (1830-42), constituindo a chamada "lei dos três estágios", segundo a qual o conhecimento e a sociedade evoluem numa direção bem definida. No primeiro estágio, os fenômenos são explicados por referência à vontade dos deuses e a realidades transcendentais; no segundo, recorre-se a conceitos mais abstratos, referentes a processos universais, como "natureza"; e no terceiro, o conhecimento se baseia na descrição dos fenômenos e na descoberta das leis objetivas que os determinam. A função da sociologia seria, então, compreender o necessário, indispensável e inevitável curso da história, de forma a promover a realização de uma nova ordem social. Para Comte, a racionalidade estava em ascendência, fundamentando a base de uma ordem social bem regulada. O enfoque positivista estruturaria o destino da humanidade, guiando-a para o tipo de sociedade ideal. A sociedade é vista como um organismo em adaptação onde buscava-se encontrar soluções para a vida social, pois esta apresenta estados normais e patológicos. Durkheim acredita que apesar de existir uma consciência individual que dá a forma aos indivíduos pensarem e interpretarem a vida, dentro dos grupos sociais o que prevalece é a consciência coletiva, ou seja, o conjunto de crenças e sentimentos de uma mesma sociedade, sendo a forma da moral em vigência, com isso, em sociedade defini-se o que criminoso, imoral e reprovável, através da consciência coletiva, por exemplo.

Fontes:

- O funcionalismo: Émile Durkheim (webartigos.com)
- ARON, Raymond. Etapas do pensamento Sociológico. 8ªed. São Paulo: Dom Quixote, 2007.
- COSTA, Cristina. Sociologia: Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.
- <https://doi.org/10.1590/S1679-39512004000200002>

- ARANHA, M.; MARTINS, M. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.
- GIDDENS, A. As idéias de Durkheim São Paulo: Cultrix, 1981.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra A. Como um fato social normal, o crime possui existência real e efetiva no seio social. Para o sociólogo, o crime é algo que sempre esteve presente no âmbito da convivência coletiva e, por conseguinte, sempre ligou-se a um fato oriundo das consequências da própria convivência humana e social. A consciência coletiva, orientadora coercitiva e exterior do comportamento individual, possui uma existência própria que convencionou formas de pensar, sentir e agir no seio coletivo. Assim sendo, tudo o que a consciência coletiva preceitua pragmaticamente no âmbito da sociedade liga-se diretamente a uma ordem moral que dá sustentação à sua própria existência. Certamente, nessa via conclusiva, o crime é considerado tal qual ele o é por ofender as ordens sociais convencionadas pela consciência coletiva. No entanto, em consonância às análises de Durkheim, o crime por si só não basta para configurar-se como um fato social patológico. O que pode configurar ao crime a pecha patológica, é o seu grau de ocorrência no seio social, não sua mera existência objetiva. Dessa forma, à medida que um crime possua certas taxas normais de ocorrência que não exorbitem os graus com os quais ocorra, o crime é considerado algo normal e, de certo modo, benéfico para a manutenção da coesão social. Embora atrelado à patologia na concepção do senso comum, o crime, na visão do sociólogo, possui um caráter instrutor e regulador da ordem coletiva. A ordem social, durante toda a história evolutiva das sociedades, necessitou de determinadas estruturas para constituir sua solidariedade e manter-se coesa ao buscar a ampliação dos seus graus evolutivos. Então, nessa ótica, o crime poder-se-ia ser considerado um ponto de partida para a correção de determinadas falhas nas estruturas sociais e morais existentes na sociedade, haja vista que é a partir das inovações nas estruturas morais que pode se acarretar a transformação das falhas existentes nas estruturas anteriores; daí concretizar-se-ia, também, as inovações das bases jurídico-sociais que definem o crime como tal. Fica claro, portanto, que com as bases analíticas fornecidas por Durkheim, é possível destinar ao crime uma análise crítica mais apurada. Trabalhar o crime como um fato social normal que se constrói em consonância com o grau evolutivo da moral lógico-jurídica da ordem social, é um caminho viável na busca da compreensão dos possíveis modos de desarraigá-lo do seio coletivo.

Fontes:

- Durkheim, E. (s.d.). As regras do método sociológico
- A origem da criminalidade | Super (abril.com.br)
- <https://super.abril.com.br/ciencia/a-origem-da-criminalidade/>
- A concepção sociológica do crime sob a perspectiva de Durkheim | Jusbrasil
- DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. Martins Fontes: São Paulo.
- _____. As Regras do Método Sociológico. Martins Fontes: São Paulo, 2003.
- _____. Divisão do Trabalho Social. Martins Fontes. São Paulo.
- _____. O Suicídio. Martin Claret: São Paulo, 2005.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra E. Etnocentrismo é uma posição ideológica de um observador que analisa uma cultura diferente da sua partindo do ponto de vista de sua própria cultura. A palavra etnocentrismo designa uma forma de enxergar outra etnia (e suas derivações, como cultura, hábitos, religião, idioma e formas de vida em geral) com base na etnia própria. A visão etnocêntrica de mundo não permite ao observador de uma cultura reconhecer a alteridade e faz com que ele estabeleça a sua própria cultura como ponto de partida e referência para quantificar e qualificar as outras culturas. Disso se resulta, grosso modo, que o observador etnocêntrico vê-se como superior aos demais em aspectos culturais, religiosos e étnico-raciais. A palavra etnocentrismo contém os radicais “etno” (derivado de etnia, que significa, por sua vez, semelhança de hábitos, costumes e cultura) e

“centrismo” (posição que coloca algo no centro, como referência central a tudo que está a sua volta). A visão etnocêntrica é aquela que vê o mundo com base em sua própria cultura, desconsiderando as outras culturas ou considerando a sua como superior às demais. O etnocentrismo pode relacionar-se com o racismo, com a xenofobia ou com a intolerância religiosa, porém esses elementos não são, rigorosamente, as mesmas coisas. Enquanto o etnocentrismo designa uma classificação por etnia, o racismo parte da noção de “raça”, que foi construída socialmente ao longo dos anos, e defende a posição de que os diferentes grupos étnicos podem relacionar-se com as diferentes “raças”. A noção de raça já está em desuso no campo da antropologia e da sociologia, pois ela pretendia, quando surgiu, assumir a tese de que a espécie humana era classificada por diferentes raças hierarquizadas, de modo que algumas fossem superiores e outras inferiores. Na antropologia do século XIX, tentava-se associar o nível de desenvolvimento cultural com a “raça” (entendendo raça como um aspecto biológico), sendo que “culturas superiores” derivariam de raças superiores, e “culturas inferiores”, de raças inferiores. Essa visão, por ser etnocêntrica e ter como base o homem branco europeu, justificou, à época, a exploração dos povos africanos, asiáticos, indianos, e nativos da Oceania e das Américas, por parte dos europeus. A xenofobia é a aversão ao que é estrangeiro, ao que veio de fora. Uma visão etnocêntrica, por partir da sua própria cultura para estabelecer uma hierarquia cultural, tende a ver o estrangeiro como alguém inferior em hábitos, costumes, religião e outros aspectos culturais.

Fontes:

- ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. O que é etnocentrismo?. Col. Primeiros Passos. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 5.
- GÂNDALO, Pero Magalhães. A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004."
- PORFÍRIO, Francisco. "Etnocentrismo"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/etnocentrismo.htm>. Acesso em 24 de outubro de 2022
- <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/etnocentrismo.htm>
- Etnocentrismo: entenda a que se refere esse conceito | Politize!
- Etnocentrismo: o que é, como surgiu, exemplos e muito mais (todoestudo.com.br)
- ABERCIO, Thiago. Etnocentrismo. Todo Estudo. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/etnocentrismo>.

BRANCA
41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra C. Etnografia é o método criado pela Antropologia para descrever de modo sistemático e detalhado o cotidiano de um grupo social com base no ponto de vista de seus membros. Atualmente é um tipo de trabalho de campo utilizado por diversas ciências, em particular Sociologia e História. É considerada por muitos teóricos parte da análise etnológica (que consiste na análise e interpretação dos dados etnográficos, realizadas numa etapa posterior à pesquisa de campo). A observação participante é a maneira pela qual se executa adequadamente o trabalho etnográfico. Consiste na imersão do pesquisador no cotidiano da população pesquisada para entender "por dentro" SEU desenvolvimento. Pode ser dividida em observação periférica, ativa ou completa, cada qual significando um grau diferente de imersão na cultura estudada. O trabalho etnográfico e a observação participante são os principais métodos de coleta de dados utilizados pela Antropologia. A obtenção de informações sobre determinada cultura (o que se consegue com a observação das estruturas, como a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião etc.) e o VI convívio com o grupo a ser estudado permitem que a produção de conhecimento sobre as diferentes culturas humanas contribua para combater o etnocentrismo e suas consequências para a sociedade, como a violência e a discriminação. O trabalho realizado pelas Ciências Sociais, em particular pela Antropologia, ao longo do século XX, ajudou a construir outra forma de relação com as diferenças culturais. Nessa perspectiva, cada manifestação cultural é interpretada a partir da lógica do seu agente, em outras palavras, significa dizer que no contato com práticas e valores culturais diferentes deve-se adotar uma postura de respeito ao outro.

Fontes:

- FEEST, Christian. Bororó- "A joia da coroa para a antropologia". In: AUGUSTAT, Cláudia (org.) Além do

Brasil: catálogo da exposição do Museum für Völkerkunde, Viena, 2012. p. 86.

- <https://ibpad.com.br/comunicacao/o-que-e-pesquisa-etnografica/>
- <https://journals.openedition.org/pontourbe/300>
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.
- CLIFFORD, James. Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna. Barcelona: Gedisa, 1995.
- _____. Itinerarios transculturales. Barcelona: Gedisa, 1999.
- DA MATTA, Roberto. Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra B. A Sociologia Ambiental, por um lado, não é nova, sendo a resultante, como salientou Buttel (1996), de um amálgama de áreas e subdisciplinas já sedimentadas há décadas, tais como: a Ecologia Humana, que surgiu estudando a mudança rural/urbano, os processos internos da cidade industrial, seus fatores dinâmicos e limitadores, as atitudes e valores dos urbanitas. A Ecologia Humana, porém, nunca chegou a dar importância aos fatores ambientais em sentido estrito: tratava de ver como o meio físico da cidade atuava no comportamento das pessoas e criava uma cultura específica. A Ecologia Humana tradicional estava limitada ao foco da cooperação competitiva na organização espacial de populações metropolitanas. - a Sociologia Rural (por sua vez embasada na geografia e na antropologia econômicas), estudando as comunidades diretamente dependentes de recursos naturais, tais como pescadores, extrativistas, agricultores, lavradores, etc.). - a Sociologia dos Recursos Naturais, estudando a gestão do meio ambiente, este entendido enquanto recursos naturais: engloba estudos sobre política de terras públicas, planejamento de usos da terra, a gestão das unidades de conservação, incluídos parques e áreas de lazer. Acrescentaríamos ainda a Psicologia Social e a Antropologia Cultural, com estudos sobre atitudes e valores, a Sociologia dos Movimentos Sociais, enfocando novos sujeitos coletivos, suas agendas de lutas e os conflitos dos diversos agentes sociais, a Sociologia do Desenvolvimento, esta última na sua vertente marxista, questionadora do mito do desenvolvimento, e a Sociologia Urbana, sobre o meio ambiente construído. Continuando a argumentação em favor da existência de uma certa trajetória no tempo de algo que agora denominamos Sociologia Ambiental, Buttel destaca dois livros fundantes, publicados entre 1955 e 1960: Cottrell - *Energy and Society* – 1955; Firey - *Man, Mind and Land* – 1960. O estudo de Cottrell versava sobre o papel das fontes de energia no formato das estruturas sociais e o de Firey enfocava a interrelação entre cultura, estrutura social e política e as práticas de conservação. Sendo esse amálgama, a Sociologia Ambiental retraduz em termos de problemática ambiental, e tentando uma forma integradora, o que era até então definido separadamente no quadro conceitual de cada um destes campos acima mencionados, e mesmo em outras áreas de conhecimento e atuação. Assim, por exemplo, o saneamento passou a ser visto como uma dimensão ambiental (assim como de saúde coletiva) e não apenas uma questão urbana, de engenharia ou de medicina sanitária. Foi a partir da década de 70, todavia, que a Sociologia Ambiental apareceu enquanto uma subdisciplina acadêmica específica, refletindo a respeito do ambientalismo (movimento e valores) que surgia no mundo. Nascia nos Estados Unidos, segundo Dunlap & Catton (1994), como uma reflexão sobre o despontar da percepção de problemas ambientais na mesma época. (Percepção que ficara manifesta na instituição do Dia sobre o Ambiente Humano, 1972; nos movimentos ambientalistas, etc...) No Brasil, A ANPOCS - Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais - criou também o GT - Ecologia e Sociedade. Diversos programas de pós-graduação no Brasil passaram a se dedicar à temática ambiental, alguns deles com uma ambição multi ou transdisciplinar. A Sociologia Ambiental nasceu com aquilo que Buttel chamou de um "partisan flavor": em outras palavras, um toque parcial, de proselitismo, pois era e é exercida por sociólogos militantes, também comprometidos com a causa ambientalista e trabalhando no sentido de dar sua contribuição, construindo argumentações para o movimento. (Tal característica, todavia, não pode ser vista como exclusiva da Sociologia Ambiental.

Fontes:

- BRUESEKE, F. A técnica e os riscos da modernidade, Florianópolis, UFSC, 2001.
- BRUESEKE, F. "A modernidade técnica", Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 135-144,

2002.

- A TEORIA DA TECNOLOGIA DE ANDREW FEENBERG (1library.org)
- https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Sociologia_ambiental_v3_origens.pdf
- Silveira, D. Os Conselhos Nacionais para o Desenvolvimento Sustentável: realidade e perspectivas. Paper do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1998.
- Soffiati, A. Ecologia: reflexões para debate. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
- Soffiati, A. De um outro lugar: devaneios filosóficos sobre o ecologismo. Niterói: EDUFF, 1995.

BRANCA
48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra C. A desigualdade de gênero é a base de onde todas as formas de violência e privação contra mulheres estruturam-se, legitimam-se e perpetuam-se. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil está em quinto lugar na posição de homicídios de mulheres numa lista de 83 países, com 4,8 homicídio por 100 mil mulheres, estando abaixo apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. A expressão refere-se a situações tão diversas como a violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, o estupro, o abuso sexual de meninas, o assédio sexual no local de trabalho, a violência contra a homossexualidade, o tráfico de mulheres, o turismo sexual, a violência étnica e racial, a violência cometida pelo Estado, por ação ou omissão, a mutilação genital feminina, a violência e os assassinatos ligados ao dote, o estupro em massa nas guerras e conflitos armados. A violência contra a mulher tem como origem a construção desigual do lugar das mulheres e dos homens nas mais diversas sociedades. Portanto, a desigualdade de gênero é a base de onde todas as formas de violência e privação contra mulheres estruturam-se, legitimam-se e perpetuam-se. As causas, portanto, são estruturais, históricas, político-institucionais e culturais. O papel da mulher foi por muito tempo limitado ao ambiente doméstico, que, por sua vez, era uma propriedade de domínio particular que não estava sujeita à mesma legislação dos ambientes públicos. “Violência simbólica”, Pierre Bourdieu. Violência simbólica é um conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, que corresponde ao poder de impor um processo de submissão pelo qual os dominados percebem a hierarquia social como legítima e natural. Por exemplo, as mulheres pertencem ao espaço privado (a casa), e os homens, ao espaço público (o trabalho). Isso é um tipo de violência simbólica. Esta característica de violência é visível também nas mídias e, mais precisamente, nas mensagens publicitárias. Estas mensagens revelam algumas imagens legítimas. Por exemplo? As mulheres são subrepresentadas nas publicidades de produtos para lavar. As posições de subordinação são distinguidas como normais, mas são, cada vez mais, controversas. Estas publicidades espalham mensagens referentes às desigualdades e relações de força. Também, nos livros da escola, por exemplo, muitas vezes você pode encontrar histórias começando com “Angela está cozinhando um bolo e Guilherme irá se deliciar...” Os meninos vão integrar o fato de que a menina está cozinhando, fazendo uma coisa de “menina”, e não ao contrário. Certamente, isto contribui para que seja estabelecida uma relação de submissão com o sexo feminino. É importante para um sociólogo ter cuidado com as estereotipações e preconceitos. Esta violência gera na sociedade brasileira uma cultura de medo. Os indivíduos integram, desde a socialização primária, numerosas normas sociais relativas às violências.

Fontes:

- A Violência e a Sociologia | Sociologia
- <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/pierre-bourdieu.htm>
- Violência contra mulheres - Portal Em Tempo
- O que é violência simbólica de Pierre Bourdieu? (vocepergunta.com)
- Pierre Bourdieu: A teoria da violência simbólica cultural. (recantodasletras.com.br)
- Entenda o que é violência simbólica | UNINASSAU
- Tempos Modernos, Tempos de sociologia/ coordenação Helena Bomeny, Bianca Freire- Medeiros- São Paulo: Editora do Brasil, 2010
- Sociologia em movimento- 1 ed- São Paulo: Ed. Moderna- Vários autores- Componente Curricular- Sociologia p. 231
- 4. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

BRANCA
50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra C. “sociedade de consumo”. Logo o consumo é inevitável, há, no entanto, um convite incessante, frenético e irrefreável para um consumo compulsivo, doentio e supérfluo, nisso consiste a alienação que é, portanto, um elemento constitutivo do homem consumista. Conforme Baudrillard (2005), o sonho de consumo, também consome sua própria totalidade pessoal e subjetiva, ficando esquecidos no homem os projetos coletivos e que requerem um mínimo de sacrifício para a realização do bem comum e que tem por finalidade a transformação de estruturas sociais vigentes. Os meios de comunicação tendo como aliados alguns teóricos e intelectuais acadêmicos, divulgam enfaticamente que nunca, em nenhum período histórico houve uma tão intensa e universalizada comunicação instantânea e que, esse fato contribui para aproximar as pessoas, mesmo estando distantes espacialmente. Essa ideologia vai ao encontro dos ideais do capitalismo, que resiste ao tempo histórico á custa de mercadorias incluindo a internet e o celular, aclamando como propaganda enganosa a aproximação e o afeto humano. O senso comum retrata justamente o contrário daquilo que a mídia tenta representar ideologicamente, ou seja, nos tempos hodiernos a aproximação afetiva entre as pessoas está se deteriorando, segundo pensamento de Baudrillard (2005). O fato dos antepassados contarem que desenvolviam uma intensa vida comunitária, inclusive era comum a visitação entre os mais próximos. Percebemos hoje que as práticas comunitárias estão em vias de desaparecer, não só nos grandes centros, mas também nas periferias. Em grande parte, consequência de um fenômeno social da atualidade denominada das redes sociais. Canclini (1999) afirma que as mudanças nas formas de consumo modificaram também as possibilidades para o exercício da cidadania. A constante deterioração e a falta total de transparência das instituições e da política na gestão pública, provocam um profundo sentimento de descrédito na eficácia da participação popular. Conforme Canclini: Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem suas respostas mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou da participação coletiva em espaços públicos (CANCLINI, 1999, p. 37). De acordo com este pensamento de Canclini, as pessoas de todas as classes sociais inverteram a ordem de valores, ou seja, trocaram os direitos de cidadania pelo direito ao consumo. A inversão destes valores não é um processo natural. O autor trata o processo como irreversível, pelo crescimento de uma mentalidade egoísta, outro elemento determinante neste processo, segundo o autor, é o descrédito nas Instituições públicas, o que tem levado os homens a construírem outras formas de participação social, como o consumismo por exemplo. No Brasil, os instrumentos que garantem a participação política da sociedade são extremamente limitados, compensa-se com o poder de compra como pretensão de participação e inserção social, com a falsa ideia de diminuição da sua exclusão. O ser humano se torna um objeto, ou seja, coisifica-se ao assimilar uma ideologia consumista, impossibilitando a realização da cidadania através da participação. Tornar central em sua existência a mera conquista e aquisição de objetos e a realização dos sonhos de consumo é determinante para que o indivíduo se isole paulatinamente do convívio e das relações afetivas saudáveis, se os objetos preenchem o seu vazio afetivo, as pessoas acabam não tendo mais lugar na sua vida. Tendo acesso e podendo saciar a sua vontade de consumo de mercadorias e serviços, o homem pensa-se como cidadão de direitos.

Fontes:

- Cidadania e consumo - CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO: ALGUMAS (1library.org)
- Bauman, Zygmunt. (2001). Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benjamin, César, et. al. (1998). A Opção Brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Canclini, Néstor García. Consumidores e Cidadãos. (1997). 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Hall, Stuart. Identidade Cultural na Pós-modernidade. (2002). 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A.
- Microsoft Word - Vamberto Spinelli.doc (usp.br)
- Sociologia em movimento- 1 ed- São Paulo: Ed. Moderna- Vários autores- Componente Curricular- Sociologia
- ARAÚJO, Sílvia Maria de- Sociologia: Volume Único: Ensino Médio/ Sílvia Maria de Araújo e Maria Aparecida Bridi, Benilde Lenzi9 Motim.—2. São Paulo: Scipione, 2016.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Lei Federal nº 11.104/2005, que legisla sob a obrigatoriedade dos hospitais pediátricos terem uma brinquedoteca, relata que a criação destes espaços tem como objetivo resgatar e garantir o direito à brincadeira e à infância, direito este que está sendo de tantas maneiras desrespeitados. Ainda, as autoras complementam no artigo 3º da referida Lei, que a brinquedoteca é o espaço provido de brinquedos e jogos educativos, destinado a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar, contribuindo para a construção e/ou fortalecimento das relações de vínculo e afeto entre as crianças e seu meio social, sendo assim, não é um espaço destinado somente aos familiares ou somente às crianças hospitalizadas. Dito isso, apenas a alternativa C está correta.

Fonte:

- Silva Graziella Moura da; Cavalcante, Tícia Cassiany Ferro; Oliveira, Thatiane Bezerra Teixeira de. BRINQUEDOTECA HOSPITALAR: CONTRIBUIÇÕES DOS BRINQUEDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://www.ufpe.br/documents/38978/1349911/BRINQUEDOTECA+HOSPITALAR+CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES+DOS+BRINQUEDOS+PARA+O+DESENVOLVIMENTO+INFANTIL.pdf/78e25466-28dd-45fe-8cad-8cb0c45a09f8](https://www.ufpe.br/documents/38978/1349911/BRINQUEDOTECA+HOSPITALAR+CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES+DOS+BRINQUEDOS+PARA+O+DESENVOLVIMENTO+INFANTIL.pdf/78e25466-28dd-45fe-8cad-8cb0c45a09f8). Acessado em: 04/01/2023.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conceito de capacidade funcional com idosos relaciona-se ao envelhecimento ativo, assim está correto apenas a alternativa “A”. De toda forma, ressalta-se o trecho em que Nunes, et al (2021) relata sobre a atuação do Terapeuta Ocupacional em diálogo com a PNSPI.

“No âmbito da saúde, o terapeuta ocupacional se orienta fundamentalmente pelo conceito de capacidade funcional para operacionalizar e instrumentalizar a atenção à população idosa, que se refere à preservação e/ou aumento de habilidades físicas e mentais necessárias a uma vida independente e autônoma (Almeida, 2003). Em diálogo, a PNSPI (Brasil, 2006) reconhece que a manutenção da capacidade funcional se constitui como a base para a promoção do envelhecimento ativo, além de ser meta relevante nas ações de saúde direcionadas a esta população” (p.3).

Fonte:

- NUNES, Amanda de Souza; BATISTA, Marina Picazzio Perez; ALMEIDA, Maria Helena de Morgani. Atuação de terapeutas ocupacionais com idosos frágeis. Cad. Bras. Ter. Ocup., 29, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/rm98LQVXLs5gRwN9JzwHPft/>

BRANCA
41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entende-se que a elaboração da questão está correta, conforme o documento norteador do CREFITO-4, sobre “Publicidade Legal”. Mesmo sendo publicada pelo conselho regional, tal publicação toma-se como base ora citada. Quanto ao apontamento em relação à afirmativa contida no item III é falsa, conforme CREFITO-4 (2022), destacando que:

“(…) em todas as publicações de imagens, textos e áudios deverão constar o nome do profissional e o seu número de inscrição, bem como a data das imagens, dos textos e dos áudios, sendo vedada a divulgação de casos clínicos de autoria de terceiros (p.5).

Fonte:

- CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO (CREFITO-4 MG). Publicidade Legal. MINAS GERAIS. 2022. Disponível em: https://crefito4.org.br/site/wp-content/uploads/2022/05/20220520-PublicidadeLegalD_compressed.pdf

BRANCA
50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Apenas a alternativa “D” que aponta os instrumentos voltados para a infância (criança) em Terapia Ocupacional está correta. Faz-se a seguir uma análise de cada um destes instrumentos, conforme apontado por Mazak, et al, 2021.

- Escala Lúdica Pré-Escolar de Knox: “É baseada na observação e fornece uma descrição evolutiva do comportamento lúdico típico de crianças pré-escolares. São apresentadas para as crianças ações divididas em quatro dimensões: domínio espacial, domínio material, jogo simbólico e participação” (p. 12).

- Avaliação do Modelo Lúdico: “Existem dois protocolos de avaliação do Modelo Lúdico: a Entrevista Sposito et al. (2012, 2019) Knox (2000) citada no estudo de Sposito et al. (2012) Protocolos de Avaliação do Modelo Lúdico Inicial com os Pais (EIP), que busca conhecer o comportamento lúdico da criança em casa e a Avaliação do Comportamento Lúdico da Criança com deficiência física em idade pré-escolar (ACL), que pontua aspectos qualitativos e individualizados em cinco dimensões do comportamento lúdico (p.12)”.

Já a Avaliação de Habilidades Motoras e de Processo – Versão Escolar, de acordo com Baleotti, et al (2011) “possibilita um olhar avaliativo diretamente direcionado ao desempenho da criança durante a realização de atividades escolares, o que permite revelar aspectos funcionais que devem ser estimulados no contexto educacional (p.2)

Fontes:

- Mazak, M. S. R., Fernandes, A. D. S. A., Lourenço, G. F., & Cid, M. F. B. Instrumentos de avaliação da terapia ocupacional para crianças e adolescentes no Brasil: uma revisão da literatura. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 29, e2833, 2021
- Baleotti, L. R., Zafani, M. D., Faria, M. G. A., & Magalhães, L. C. (2011). Percepção de professores sobre a avaliação de habilidades motoras e de processo – versão escolar aplicada aos alunos com deficiência física. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 22(1), 1-9. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i1p1-9>.

Cargo: Motorista

BRANCA	VERDE
2	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A crônica é um gênero textual curto escrito em prosa, geralmente produzido para meios de comunicação, por exemplo, jornais, revistas, etc. Além de ser um texto curto, possui uma “vida curta”, ou seja, as crônicas tratam de acontecimentos corriqueiros do cotidiano. Do latim, a palavra “crônica” (*chronica*) refere-se a um registro de eventos marcados pelo tempo (cronológico); e do grego (*khronos*) significa “tempo”. Portanto, elas estão extremamente conectadas ao contexto em que são produzidas, por isso, com o passar do tempo ela perde sua “validade”, ou seja, fica fora do contexto. No entanto, o texto de Martha Medeiros não se trata de uma crônica jornalística: mais comum das crônicas da atualidade são as crônicas chamadas de “crônicas jornalísticas” produzidas para os meios de comunicação, onde utilizam temas da atualidade para fazerem reflexões. Aproxima-se da crônica dissertativa. As demais opções de respostas denotam as particularidades apresentadas no texto.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única alternativa incorreta é a opção de resposta E, visto que “a formação do Estado teve início no século XVIII, quando os portugueses, partindo de Belém, subiram o rio Madeira até o rio Guaporé e chegaram ao arraial de Bom Jesus, antigo nome da localidade de Cuiabá, onde descobriram ouro”. Considerando os recursos interpostos, verifica-se que a afirmativa evidenciada na opção de resposta C é correta, uma vez que “a não dependência direta do rio, mas sim da rodovia BR-364 para sua sobrevivência, faz de Rondônia um Estado atípico na Amazônia e, se levado em conta sua formação, oriundo de dois outros Estados (partes do Amazonas e do Mato Grosso) e, além disso, ser a única Unidade da Federação fruto de um tratado internacional, o de Petrópolis”.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/instalacao-do-estado-de-rondonia-completa-41-anos-desenvolvimento-avanca/>
- <https://rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>
- <https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico>

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Rondônia é um dos 26 estados da federação do Brasil, está situado na Região Norte e sua capital é Porto Velho. Quem nasce em Rondônia é chamado rondoniense ou rondoniano. O estado que anteriormente era chamado Território Federal do Guaporé, recebeu em 1956, este nome em homenagem à Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), o Marechal Cândido Rondon, sertanista e defensor dos indígenas que muito contribuiu para a integração do estado ao restante do país.

Fonte:

- <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rondonia.htm>

BRANCA	VERDE
13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As quatro afirmativas estão corretas, levando em consideração que: “em sua primeira fase (1911-1914), o Brasil ocuparia a posição de maior produtor de borracha silvestre do mundo tendo como concorrente seu vizinho, a Bolívia; em 1903, o governo brasileiro, em negociação com o governo boliviano, adquire oficialmente o controle do Estado do Acre, mediante o pagamento de dois milhões de libras esterlinas, da entrega de territórios do Mato Grosso e da construção de uma ferrovia para escoar os produtos da Amazônia; o Brasil perdeu sua supremacia como produtora de borracha para as colônias inglesas na Ásia, terminando assim o primeiro Ciclo da Borracha; o Brasil volta a posição de maior produtor de borracha do mundo, com a assinatura do tratado de Washington (1941), firmado entre o Brasil e Estados Unidos, durante o Governo de Getúlio Vargas”.

Fontes:

- <https://sites.google.com/site/culturaehistoriadero/ciclo-da-borracha>
- <http://rondoniaemsala.blogspot.com/search/label/7.1%20%20O%20C2%BA%20Ciclo%20da%20Borraa>
- <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclo-da-borracha>
- <https://www.todamateria.com.br/ciclo-da-borracha/>

BRANCA	VERDE
14	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A hidrografia de Rondônia é formada por uma bacia principal, a do rio Madeira, e por cinco bacias tributárias: Guaporé, Mamoré, Abunã, Jamari e Machado ou Ji-paraná.

Fonte:

- <http://rondoniaemsala.blogspot.com/2012/01/hidrografia-ro.html>

BRANCA	VERDE
15	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As três afirmativas são verdadeiras, pois: “no ano de sua criação o Estado de Rondônia estava constituído por 13 municípios (Porto Velho, a capital, Guajará-Mirim, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Vilhena, Colorado do Oeste e Costa Marques); em 1981, com a criação do Estado, surgiram mais cinco novos municípios (Colorado do Oeste, Espigão do Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste e Costa Marques); o território era abastecido por usinas termoeletricas obsoletas e onerosas. Vivia-se sob constantes racionamentos de energia elétrica na capital e nas principais cidades de Rondônia. Esse problema viria a ser resolvido somente após a segunda metade da década de 1980, com a inauguração da Hidrelétrica de Samuel.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estado-de-rondonia-celebra-39-anos-de-criacao-e-relembra-momentos-importantes-da-historia/>

BRANCA	VERDE
16	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é enfático ao afirmar que “em consonância com a Lei nº 8.742/1993, com a implantação do BPC e dos benefícios eventuais, ocorreu a transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social”.

Dessa forma, considerando o Art. 40 da referida normativa, verifica-se que atendem efetivamente ao questionamento abordado apenas as opções I, II e III: auxílio-natalidade, auxílio-funeral e renda mensal vitalícia.

Não há ambivalência nas informações da questão, já que a referência é evidente e incontestável.

Portanto, recurso improcedente.

Fonte:

- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

BRANCA	VERDE
21	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado traz uma lacuna a ser preenchida de forma correta acerca de um dos objetivos da assistência social. Conforme a Lei nº 8.742/1993 o objetivo que “visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos”, empregado no enunciado da questão, se refere à Vigilância Socioassistencial.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios.

Portanto, recurso improcedente.

Fontes:

- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
- Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.p
B

BRANCA	VERDE
22	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, Art. 119. Os conselhos de assistência social são instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas à estrutura do órgão gestor de assistência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

Os conselhos de assistência social devem ter composição paritária: 50% de representantes da sociedade civil (deve representada pelos usuários, pelas entidades de assistência social e por trabalhadores do setor) e 50% de representantes do governo.

Os Conselhos de Assistência Social têm caráter deliberativo eles normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados pela rede socioassistencial, que inclui os equipamentos públicos e as entidades de assistência social.

Art. 86. No controle do financiamento, os Conselhos de Assistência Social devem observar:

II - os valores de cofinanciamento da política de assistência social em nível local;

Parágrafo único. É responsabilidade dos Conselhos de Assistência Social a discussão de metas e prioridades orçamentárias, no âmbito do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, podendo para isso realizar audiências públicas.

§2º A lei de criação dos conselhos deve garantir a escolha democrática da representação da sociedade civil, permitindo uma única recondução por igual período.

Sendo assim, recurso improcedente, pois todas as afirmativas são verdadeiras.

Fontes:

- Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Disponível em: <https://www.blogcnas.com/resolucoes-cnas-2012/>

- Disponível em: https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_e95125afdb384145a3906f9334544706.pdf
- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

BRANCA	VERDE
23	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme a Lei complementar nº 68/1992 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências.

CAPÍTULO III – DAS FÉRIAS

Art. 110 - O servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, de acordo com escala organizada.

§ 1º - A escala de férias deverá ser elaborada no mês de novembro do ano em curso, objetivando sua aplicação no ano seguinte, podendo ser alterada de acordo com a premente necessidade de serviço.

§ 2º – É vedado levar à conta das férias qualquer falta ao trabalho.

Art. 111 - Durante as férias, o servidor terá direito às vantagens como se estivesse em exercício.

A única alternativa Incorreta é a alternativa D, pois de acordo com o Art. 113 - É facultado ao servidor converter 1/3 das férias em abono pecuniário, desde que requeira com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência.

Fonte:

- Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/lei-complementar-681992-de-09-de-dezembro-atualizada-ate-a-lc-n-7942014/>

BRANCA	VERDE
26	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, o enunciado da questão se refere à intervenção mínima, disposto na alternativa A.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas:

VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA	VERDE
33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A probabilidade de um evento simples é dada pela razão entre o número de casos favoráveis e o espaço amostral. Na questão, é afirmado que há um total de 720 motoristas (espaço amostral) e a questão informa que 480 motoristas possuem categoria B e 240 possuem categoria D em suas habilitações. Além disso, é informado que 192 (40% dos motoristas da categoria B) possuem curso de direção defensiva e que 156 (65% dos motoristas a

categoria D) também possuem este curso. Logo, o total de motoristas que possuem o curso de direção defensiva é dado por: $192 + 156 = 348$.

O comando da questão pede a probabilidade de um motorista sorteado possuir o curso. Portanto, a probabilidade será: $P = 348/720 = 0,483 = 48,3\%$ aproximadamente, valor que está inserido no intervalo de 45,0% e 50,0%, conforme gabarito preliminar.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
36	40

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa E.

O gabarito com a opção correta é a letra E, conforme texto retirado do artigo 147, parágrafo segundo da Lei nº 14.071, de 13 de outubro de 2020.

“A cada cinco anos, para condutores com idade igual ou superior a cinquenta anos e inferior a setenta anos.”

Fonte:

- Artigo 147, parágrafo segundo da Lei nº 14.071, de 13 de outubro de 2020 que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14071.htm

BRANCA	VERDE
38	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única opção INCORRETA é a letra E, pois o termo “FAVORÁVEL” no texto da opção E (...em sentido favorável ao deslocamento de veículos, exceto em locais...) está incorreto, que conforme o 3º parágrafo do Artigo 68, Capítulo IV do CBT, o termo correto é “CONTRÁRIO”, observe o trecho extraído do texto original do referido artigo:

“... será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, em sentido CONTRÁRIO ao deslocamento de veículos, exceto em locais proibidos...” Portanto, a opção correta do gabarito é a letra E, sendo que as demais estão com seus conteúdos corretos.

Fonte:

- Artigo 68, Capítulo IV – Dos pedestres e condutores de veículos não motorizados do Código de Trânsito Brasileiro: Lei n.º 9.503/97 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503Compilado.htm

BRANCA	VERDE
39	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito correto é a letra C, de acordo com o artigo 143, 1º parágrafo; “Para habilitar-se na categoria C, o condutor deverá estar habilitado no mínimo há 1 (um) ano na categoria B e não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 (doze) meses. (Redação dada pela Lei nº 14.440, de 2022)”. Portanto, conforme texto destacado acima, a única opção correta é a letra C.

Fonte:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

BRANCA	VERDE
44	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os equipamentos de proteção - Airbag e sistema de freios - ABS foram incluídos como obrigatórios pela resolução Contram nº 311 em 2009, e ainda permanecem obrigatórios até o momento. Portanto, a única opção INCORRETA é a letra B, pois o GPS é um sistema de localização das coordenadas geográficas do veículo em tempo real, que não é de uso obrigatório, apenas um equipamento que auxilia a condução do motorista, segundo a indicação de um mapa de navegação por satélite.

Fonte:

- Resolução CONTRAN nº 311, de 03 de abril de 2009

BRANCA	VERDE
50	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a letra E “Não esfregar os ferimentos, a fim de não piorar a solução de continuidade da pele.”, conforme o próprio candidato afirma, NÃO é recomendado, portanto a recomendação e sua justificativa descritas no texto da letra E são verdadeiras, tornando esta opção CORRETA, assim como as demais opções A, B e D. Sendo assim, a única opção INCORRETA, cujo texto recomenda um procedimento impróprio, é a letra C, onde orienta lavar abundantemente a ferida com álcool 70% e sabão, que pode causar severas queimaduras pelo uso do álcool 70% ao invés de água.

Fonte:

- Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003. Pág. 121

Cargo: Técnico em Enfermagem

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	2	9	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Preposição é a palavra que tem a função de conectivo. Ela pode ser usada para ligar um termo a outro (por exemplo: dente *de* leite), ou uma oração a outra (por exemplo: Cheguei *daqui* a uma hora.). As preposições são classificadas em essenciais ou acidentais. Preposições essenciais são as palavras que só funcionam como preposição. As preposições essenciais são: a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, per, perante, por, sem, sob, sobre, trás. Preposições acidentais são as palavras de outras classes gramaticais que, em certas frases funcionam como preposição. Exemplos: afora, como, conforme, consoante, durante, exceto, mediante, menos, salvo, segundo, visto. São afirmativas transcritas do texto que apresentam preposição: “Até que eles, ou eu, sejamos definitivamente vencidos pelo cansaço”; “Simplesmente caíram, depois de terem permanecido seis anos inertes”; “Nascemos, ficamos em pé, crescemos [...]”; e, “Nossos pregos são feitos de material maciço, [...]”. O único trecho textual que não evidencia preposição é: “Cair a ficha é se dar conta”.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	12	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa incorreta é a opção de resposta E, visto que “a formação do Estado teve início no século XVIII, quando os portugueses, partindo de Belém, subiram o rio Madeira até o rio Guaporé e chegaram ao arraial de Bom Jesus, antigo nome da localidade de Cuiabá, onde descobriram ouro”. Considerando os recursos interpostos, verifica-se que a afirmativa evidenciada na opção de resposta C é correta, uma vez que “a não dependência direta do rio, mas sim da rodovia BR-364 para sua sobrevivência, faz de Rondônia um Estado atípico na Amazônia e, se levado em conta sua formação, oriundo de dois outros Estados (partes do Amazonas e do Mato Grosso) e, além disso, ser a única Unidade da Federação fruto de um tratado internacional, o de Petrópolis”.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/instalacao-do-estado-de-rondonia-completa-41-anos-desenvolvimento-avanca/>
- <https://rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>
- <https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	15	11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Rondônia é um dos 26 estados da federação do Brasil, está situado na Região Norte e sua capital é Porto Velho. Quem nasce em Rondônia é chamado rondoniense ou rondoniano. O estado que anteriormente era chamado Território Federal do Guaporé, recebeu em 1956, este nome em homenagem à Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), o Marechal Cândido Rondon, sertanista e defensor dos indígenas que muito contribuiu para a integração do estado ao restante do país.

Fonte:

- <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rondonia.htm>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	15	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As quatro afirmativas estão corretas, levando em consideração que: “em sua primeira fase (1911-1914), o Brasil ocuparia a posição de maior produtor de borracha silvestre do mundo tendo como concorrente seu vizinho, a Bolívia; em 1903, o governo brasileiro, em negociação com o governo boliviano, adquire oficialmente o controle do Estado do Acre, mediante o pagamento de dois milhões de libras esterlinas, da entrega de territórios do Mato Grosso e da construção de uma ferrovia para escoar os produtos da Amazônia; o Brasil perdeu sua supremacia como produtora de borracha para as colônias inglesas na Ásia, terminando assim o primeiro Ciclo da Borracha; o Brasil volta a posição de maior produtor de borracha do mundo, com a assinatura do tratado de Washington (1941), firmado entre o Brasil e Estados Unidos, durante o Governo de Getúlio Vargas”.

Fontes:

- <https://sites.google.com/site/culturaehistoriadero/ciclo-da-borracha>
- <http://rondoniaemsala.blogspot.com/search/label/7.1%20%20O%20%20C2%BA%20Ciclo%20da%20Borraa>
- <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclo-da-borracha>
- <https://www.todamateria.com.br/ciclo-da-borracha/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	12	13	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A hidrografia de Rondônia é formada por uma bacia principal, a do rio Madeira, e por cinco bacias tributárias: Guaporé, Mamoré, Abunã, Jamari e Machado ou Ji-paraná.

Fonte:

- <http://rondoniaemsala.blogspot.com/2012/01/hidrografia-ro.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	13	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As três afirmativas são verdadeiras, pois: “no ano de sua criação o Estado de Rondônia estava constituído por 13 municípios (Porto Velho, a capital, Guajará-Mirim, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Vilhena, Colorado do Oeste e Costa Marques); em 1981, com a criação do Estado, surgiram mais cinco novos municípios (Colorado do Oeste, Espigão do Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste e Costa Marques); o território era abastecido por usinas termoelétricas obsoletas e onerosas. Vivia-se sob constantes racionamentos de energia elétrica na capital e nas principais cidades de Rondônia. Esse problema viria a ser resolvido somente após a segunda metade da década de 1980, com a inauguração da Hidrelétrica de Samuel.

Fontes:

- <https://rondonia.ro.gov.br/estado-de-rondonia-celebra-39-anos-de-criacao-e-relembra-momentos-importantes-da-historia/>
- <http://rondoniaemsala.blogspot.com/2012/06/a-historia-de-rondonia-criacao-do.html>
- <https://www.tudorondonia.com/noticias/a-criacao-do-estado-de-rondonia-marco-antonio-domingues-teixeira-e-dante-ribeiro-da-fonseca-,39.shtml>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	26	18	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é enfático ao afirmar que “em consonância com a Lei nº 8.742/1993, com a implantação do BPC e dos benefícios eventuais, ocorreu a transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social”.

Dessa forma, considerando o Art. 40 da referida normativa, verifica-se que atendem efetivamente ao questionamento abordado apenas as opções I, II e III: auxílio-natalidade, auxílio-funeral e renda mensal vitalícia.

Não há ambivalência nas informações da questão, já que a referência é evidente e incontestável.

Portanto, recurso improcedente.

Fonte:

- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	24	20	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Lei nº 8742/1993 Art. 40-A. Os benefícios monetários decorrentes do disposto nos arts. 22, 24-C e 25 desta Lei serão pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar, quando cabível. (Incluído pela Lei nº 13.014, de 2014)

Sendo assim, recurso improcedente.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	28	21	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado dispõe que: “Constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, EXCETO:”

De acordo com a Resolução 33/2012 – Art. 12. Constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios: XXXI - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente;

A alternativa correta é a letra C, de acordo com o Art. 13. São responsabilidades da União:

XVI – decidir sobre a concessão e renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social no âmbito da assistência social;

Fontes:

- Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Disponível em: <https://www.blogcnas.com/resolucoes-cnas-2012/>
- Disponível em: https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_e95125afdb384145a3906f9334544706.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	29	17	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O termo “À luz” é uma locução adverbial, dentro do contexto é sinônimo de: (De acordo com; através de; baseando-se em; segundo o entendimento).

A ausência do número do artigo da Lei complementar 68/1992, não compromete a compreensão do enunciado.

Visto que “o ato administrativo que materializa o provimento originário de um cargo” se refere a nomeação.

Conforme a Lei Complementar 68/1992 – A nomeação é a forma originária de provimento dos cargos públicos.

(SEÇÃO III DA NOMEAÇÃO, art. 15)

Fonte:

- Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/lei-complementar-681992-de-09-de-dezembro-atualizada-ate-a-lc-n-7942014/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	30	19	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado traz uma lacuna a ser preenchida de forma correta acerca de um dos objetivos da assistência social. Conforme a lei 8742/1993 o objetivo que “visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos”, empregado no enunciado da questão, se refere à Vigilância Socioassistencial.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios.

Portanto, recurso improcedente.

Fontes:

- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
- Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.p

ß

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	17	22	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, Art. 119. Os conselhos de assistência social são instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas à estrutura do órgão gestor de assistência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

Os conselhos de assistência social devem ter composição paritária: 50% de representantes da sociedade civil (deve representada pelos usuários, pelas entidades de assistência social e por trabalhadores do setor) e 50% de representantes do governo.

Os Conselhos de Assistência Social têm caráter deliberativo eles normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados pela rede socioassistencial, que inclui os equipamentos públicos e as entidades de assistência social.

Art. 86. No controle do financiamento, os Conselhos de Assistência Social devem observar:

II - os valores de cofinanciamento da política de assistência social em nível local;

Parágrafo único. É responsabilidade dos Conselhos de Assistência Social a discussão de metas e prioridades

orçamentárias, no âmbito do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, podendo para isso realizar audiências públicas.

§2º A lei de criação dos conselhos deve garantir a escolha democrática da representação da sociedade civil, permitindo uma única recondução por igual período.

Sendo assim, recurso improcedente, pois todas as afirmativas são verdadeiras.

Fontes:

- Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Disponível em: <https://www.blogcnas.com/resolucoes-cn-as-2012/>
- Disponível em: https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_e95125afdb384145a3906f9334544706.pdf
- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	16	27	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em consonância com a Lei complementar nº 68/1992 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências.

CAPÍTULO III – DAS FÉRIAS

Art. 110 - O servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, de acordo com escala organizada.

§ 1º - A escala de férias deverá ser elaborada no mês de novembro do ano em curso, objetivando sua aplicação no ano seguinte, podendo ser alterada de acordo com a premente necessidade de serviço.

§ 2º – É vedado levar à conta das férias qualquer falta ao trabalho.

Art. 111 - Durante as férias, o servidor terá direito às vantagens como se estivesse em exercício.

A única alternativa Incorreta é a alternativa D, pois de acordo com o Art. 113 - É facultado ao servidor converter 1/3 das férias em abono pecuniário, desde que requeira com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência.

Fonte:

- Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/lei-complementar-681992-de-09-de-dezembro-atualizada-ate-a-lc-n-7942014/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	18	29	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso improcedente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, o enunciado da questão se refere à intervenção mínima, disposto na alternativa A.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas:

VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Fonte:

- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	23	25	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz uma situação hipotética, em que a pessoa com deficiência mental foi hospitalizada, não recebia visitas, não possuía acompanhante, de modo a ficar desamparada e, mesmo com a alta hospitalar ninguém foi buscá-la, conduta típica de abandono. Por esse motivo o comando da questão fez a referência de abandono em hospitais.

Em consonância com a Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) artigo 90, descreve como crime o ato de abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde ou locais semelhantes.

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

Sendo assim, recurso improcedente.

Fonte:

- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	41	36	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Transtorno de ansiedade generalizada (TAG) é caracterizado por apreensão ou preocupação excessiva com múltiplas questões do dia a dia. Sustenta o recurso que as opções D e E também são respostas corretas para a questão. A opção D, “caracteriza-se por um excessivo e marcante temor ou ansiedade que ocorre mediante exposição ou antecipação da exposição a um ou mais objetos ou situações específicas” corresponde ao conceito de fobia específica (p. ex., certos animais, viagens aéreas, alturas, espaços fechados, sangue ou ferimentos). O temor é desproporcional ao perigo real, podendo, inclusive, adquirir a intensidade de um ataque de pânico. Os objetos ou situações fóbicas são evitados ou vivenciados com intenso medo. Indivíduos com fobia específica comumente respondem com hiperatividade autonômica pela antecipação ou durante a exposição a um objeto ou situação fóbica. Os que têm fobia do tipo sangue-injeção-ferimentos frequentemente apresentam uma síncope vasovagal, manifestada por breve taquicardia e elevação pressórica seguida por bradicardia e hipotensão. A opção E, “corresponde a um episódio súbito de intenso temor ou apreensão, acompanhado de diversos sintomas, como palpitações; sudorese; tremores; falta de ar; precordialgia; tontura; calafrios; ondas de calor; e, medo intenso da morte” corresponde ao conceito de transtorno do pânico: Ataques de pânico recorrentes, inesperados, não relacionados a estímulos ou situações específicas, são característicos. Um ataque de pânico é um episódio súbito de intenso temor ou apreensão, acompanhado de diversos sintomas, como palpitações, sudorese, tremores, falta de ar, precordialgia, tontura, calafrios, ondas de calor e medo intenso da morte. Normalmente, o pico de intensidade ocorre em dez minutos, não durando mais do que vinte ou trinta. A frequência e a gravidade dos ataques são variáveis, podendo ser diários, semanais ou apenas alguns durante o ano. Os pacientes têm preocupação persistente acerca da recorrência e consequência dos ataques ou adotam comportamentos para evitar que eles aconteçam.

Fonte:

- J. Health Biol Sci. Transtornos de ansiedade: histórico, aspectos clínicos e classificações atuais. Artigo de revisão. doi: 10.12662/2317-3206jhbs.v10i1.3971.p1-8.2022. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/03/1361739/3971.pdf> Acesso em: 06/02/2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	42	37	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A higiene oral deve ser realizada pela manhã, após as refeições, e a noite. A manutenção da cavidade oral limpa tem como finalidades a conservação da boca livre de resíduos alimentares, remoção de partículas de alimentos, evitar halitose, manter a integridade da mucosa oral e estimular a circulação das gengivas, proporcionar conforto

e bem-estar, prevenir a cárie dentária e gengivite e minimizar a possibilidade de contaminação do trato respiratório inferior com a microbiota que habita a cavidade oral.

Fontes:

- Semiotécnica em enfermagem [recurso eletrônico] / organizadores: Cleide Oliveira Gomes ... [et al.]. – Natal, RN: EDUFRRN, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/25862/1/Semiot%C3%A9cnica%20em%20Enfermagem.pdf> Acesso em: 06/02/2023
- EBSERH. HIGIENE CORPORAL. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hu-univasf/aceso-a-informacao/normas/protocolos-institucionais/Higienecorporal.pdf> Acesso em: 06/02/2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	44	33	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta para a questão corresponde à alternativa A. Os principais sinais e sintomas suspeitos de câncer de mama são: caroço (nódulo), geralmente endurecido, fixo e indolor; pele da mama avermelhada ou parecida com casca de laranja, alterações no bico do peito (mamilo) e saída espontânea de líquido de um dos mamilos. Também podem aparecer pequenos nódulos no pescoço ou na região embaixo dos braços (axilas).

Fontes:

- SOCIEDADE BRASILEIRA DE MASTOLOGIA. Autoexame da mama não substitui exame clínico, diz Ministério da Saúde. Disponível em: <https://sbmastologia.com.br/autoexame-da-mama-nao-substitui-exame-clinico-diz-ministerio-da-saude/> Acesso em: 06/02/2023
- Ministério da Saúde. Outubro rosa: Cuidado: alterações nas mamas podem ser descobertas pelo autoexame. 25/10/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/outubro/cuidado-alteracoes-nas-mamas-podem-ser-descobertas-pelo-autoexame> Acesso em: 06/02/2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	46	38	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as últimas Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial, publicadas em 2020, o procedimento para verificação da pressão arterial deve obedecer alguns critérios:

- O paciente deve sentar-se confortavelmente em um ambiente silencioso por 5 minutos, antes de iniciar as medições da PA.
- Explique o procedimento ao indivíduo e oriente a não conversar durante a medição. Possíveis dúvidas devem ser esclarecidas antes ou depois do procedimento.
- Certifique-se de que o paciente NÃO: Está com a bexiga cheia; Praticou exercícios físicos há, pelo menos, 60 minutos (e não 30 min como especificado na opção B); Ingeriu bebidas alcoólicas, café ou alimentos; Fumou nos 30 minutos anteriores.
- O manguito deve ser posicionado ao nível do coração. A palma da mão deve estar voltada para cima e as roupas não devem garrotear o braço. As costas e o antebraço devem estar apoiados; as pernas, descruzadas; e os pés, apoiados no chão.
- Após a seleção do manguito do tamanho adequado ao braço, colocar o manguito, sem deixar folgas, 2 a 3 cm acima da fossa cubital.

Fontes:

- Barroso WKS, Rodrigues CIS, Bortolotto LA, Mota-Gomes MA, Brandão AA, Feitosa ADM, et al. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. Arq Bras Cardiol. 2021; 116(3):516-658
- Gonçalves e cols. Abordagem dos cuidados de enfermagem na hipertensão arterial: recomendações das

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	47	39	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está incorreta pois de acordo com o Ar.2º da Lei N 7.498/86 “a Enfermagem e suas atividades Auxiliares somente podem ser exercidas por pessoas legalmente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Enfermagem com jurisdição na área onde ocorre o exercício.” Ou seja, um profissional de enfermagem com a inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de um determinado estado brasileiro não está habilitado a exercer a profissão em outro estado. A alternativa E está correta de acordo com o art. 22 da Lei N 7.498/86, mesmo a alternativa estar citando “tarefas de enfermagem”, está claro na alternativa que tais pessoas devem ser orientadas e supervisionadas pelo enfermeiro. A referida não especifica quais são as atividades elementares de enfermagem.

Fonte:

- LEI N 7.498/86, DE 25 DE JUNHO DE 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html Acesso em: 06/02/2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	39	40	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O teste de glicemia capilar consiste em um exame sanguíneo que oferece resultado imediato acerca da concentração de glicose nos vasos capilares da polpa digital. Estão corretas as afirmativas II e III. É necessário o uso das luvas de procedimento para a realização da glicemia capilar (a afirmativa I está incorreta). Antes de realizar a punção digital, caso seja utilizado algodão embebido com álcool a 70%, é necessário aguardar o álcool secar para evitar a diluição sanguínea com o álcool (a alternativa IV está incorreta).

Fontes:

- EBSEH. HU UniRio. Aferição da glicemia capilar – adulto. Procedimento Operacional Padrão. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hugg-unirio/acesso-a-informacao/documentos-institucionais/pops/enfermagem-geral/pop-1-1_afericao-da-glicemia-capilar-adulto.pdf Acesso: 06/02/2023
- UFCS. Verificação de Glicemia Capilar. Procedimento Operacional Padrão. Disponível em: http://www.hu.ufsc.br/documentos/pop/enfermagem/assistenciais/REGULACAO_HORMONAL/VERIFICACAO_GLICEMIA.pdf Acesso em: 06/02/2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	32	48	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a sífilis congênita que é o resultado da disseminação hematogênica do *Treponema pallidum*, da gestante infectada não-tratada ou inadequadamente tratada para o seu conceito, por via transplacentária. É fundamental a recomendação do Ministério da Saúde quanto a realização da testagem para Sífilis e HIV nas gestantes para prevenir a transmissão vertical de infecções. A realização de sorologias e testes rápidos para sífilis e HIV durante o pré-natal mostra-se um fator decisivo para o diagnóstico e o tratamento precoces da gestante e para a adoção de medidas de intervenção que impactem na redução da transmissão vertical das doenças.

Fonte:

- Ministério da Saúde. NOTA TÉCNICA Nº 14/2022-SAPS/MS Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_14.pdf Acesso em: 06/02/2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	33	32	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão aborda o assunto Administração de Medicamentos que faz parte do conteúdo programático do edital do concurso e faz parte dos conceitos fundamentais na farmacologia cujo o conhecimento é fundamental pelos profissionais de saúde. A farmacocinética estuda o caminho percorrido pelo medicamento no organismo, desde a sua administração até a sua eliminação. Pode ser definida, de forma mais exata, como o estudo quantitativo dos processos de absorção, distribuição, biotransformação e eliminação dos fármacos “in natura” ou dos seus metabolitos. A farmacodinâmica estuda a inter-relação da concentração de uma droga entre a biofase e a estrutura alvo, bem como o respectivo mecanismo de ação. Descreve a ação do medicamento sobre o organismo.

Fonte:

- SOARES, Flávia. Noções de Farmacologia. Disponível em: <https://www.unijales.edu.br/library/downebook/id:1538> Acesso em: 06/02/2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	34	41	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C é a resposta para a questão. Morte materna é a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez. É causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. Não é considerada morte materna a que é provocada por fatores acidentais ou incidentais.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual dos comitês de mortalidade materna / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comites_mortalidade_materna_3ed.pdf Acesso em: 26/10/2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	35	49	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Brasil, o Ministério da Saúde recomenda que sejam realizadas, no mínimo seis consultas (uma no primeiro trimestre da gravidez, duas no segundo e três no terceiro), sendo ideal que a primeira consulta aconteça no primeiro trimestre e que, até a 34ª semana, sejam realizadas consultas mensais. Entre a 34ª e 38ª semanas é indicado uma consulta a cada duas semanas e, a partir da 38ª semana, consultas semanais até o parto, que geralmente acontece na 40ª semana, mas pode ocorrer até 41 semanas e seis dias

Fonte:

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. NOTA TÉCNICA Nº 13/2022-SAPS/MS. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_13.pdf Acesso em: 26/10/2022.

BRANCA	VERDE
1	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Levando em consideração o contexto em que se encontra empregada, a palavra “burro” significa: pessoa com pouca inteligência; analfabeto; estúpido; bronco; ignorante; inepto. As demais palavras apresentadas para análise são contrárias e incoerentes, comprometendo, assim, o entendimento da informação.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA	VERDE
11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Confirma-se que as afirmativas I, II, III e IV estão corretas, considerando as exportações de alimentos em Rondônia. O principal parceiro comercial de Rondônia é a China. Durante o mês de janeiro a outubro do ano de 2022, o país de 1,4 bilhão de habitantes importou mais de US\$ 333 milhões de dólares em diversos produtos; dentre os principais estão as carnes bovinas, sementes, minérios e algodão. Seguido da China, a Espanha também é um importante parceiro de comércio rondoniense, com US\$ 175 milhões em importações acumuladas durante o ano de 2022. Para a Espanha, exportam-se sementes e frutos oleaginosos, cereais, estanho e minérios diversos. Trabalhando para fortalecer os laços comerciais e diplomáticos, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – Sedec recebeu uma comitiva espanhola para apresentar as cadeias produtivas rondonienses durante o mês de abril, trabalho que reflete diretamente no aumento das exportações o Brasil. A exploração de madeira e borracha são as principais atividades do extrativismo vegetal no estado. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o estado de Rondônia é o terceiro estado que mais desmata no país, causando vários problemas ambientais. O principal mineral explorado em Rondônia é a cassiterita. A jazida de cassiterita do município de Ariquemes é considerada uma das maiores do mundo. Mesmo com a pandemia do coronavírus (Covid-19), as exportações em Rondônia mantiveram-se estáveis, se comparado com os resultados de 2019. Atualmente, a carne bovina, a soja, a madeira, o ouro e o estanho são os principais produtos de exportação no Estado. Conforme mostram os dados apurados pela equipe de Agrodados da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), as principais exportações de Rondônia em 2020 foram: carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (\$624 milhões), soja (\$421 milhões), madeira (\$48,3 milhões), carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (\$30,9 milhões), matérias brutas de animais (\$28,9 milhões), produtos de indústria de transformação (\$28,2 milhões) e estanho (\$13,4 milhões). No entanto, quando falamos sobre os principais estados brasileiros que fazem parte do processo de exportação do ouro, Minas Gerais é o maior polo exportador do produto.

Fontes:

- Portal do Governo do Estado de Rondônia. SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.
- Portal do Governo do Estado de Rondônia. SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura.

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que a afirmativa B está correta, pois “o aumento populacional do Estado deve-se, principalmente, ao fluxo migratório com destino à Rondônia. O primeiro grande movimento migratório ocorreu por volta de 1877, com os nordestinos, em virtude da grande seca. Nos anos seguintes, a busca por oportunidades de trabalho atraiu muitas pessoas para a região. Só na década de 1970, chegaram ao estado 285 mil migrantes”. A única afirmativa incorreta é a E, pois Rondônia é um dos estados mais jovens do Brasil. Tem apenas 35 anos e seu povoamento é marcado por constantes ciclos migratórios. Foi na década de 70 que ocorreu o mais intenso deles com incentivo do governo Federal em uma ação estratégica de promover a integração nacional. Ao longo das três décadas e meia, o Estado cresceu, evoluiu e o tão almejado desenvolvimento sustentável avança em uma construção coletiva. Os olhos do país e do mundo continuam a se voltar para cá. E isso tem justificativa: Rondônia é considerada terra de oportunidades. O Produto Interno Bruto (PIB), segundo a Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia (Suder), se mantém crescente, mesmo com os contratempos na economia nacional. O Estado possui 122.974 empresas ativas, segundo a Jucer, destas 486 possui proprietários, sócios ou diretores estrangeiros. Gente que saiu de longe para investir em Rondônia e hoje causam um impacto positivo na economia com a geração de emprego e renda. Os principais ramos de investimentos dos empresários estrangeiros em Rondônia são comércio, construção civil; negócios agropecuários; transporte e logística; saúde; restaurantes e lanchonetes; telecomunicações e tecnologia da informação – TI; agências financeiras; mineração; hotelaria; energia; imobiliário, contabilidade e educação. Eles são de origem afegane (9), alemã (8); andorrana (1); angolana (1); argentina (22); australiana (1); belga (4); boliviana (163); britânica (3); cabo-verdiana (1), canadense (1); cazaque (1); chilena (8); chinesa (28); colombiana (4); cubana (9); dinamarquesa (3); egípcia (1); equatoriana (2); espanhola (31). E ainda francesa (14); guatemalteca (1); guianense (1); haitiana (1); holandesa (1); indiana (11); inglesa (1); israelense (1); italiana (21); japonesa (25); jordaniana (4); libanesa (9); mexicana (9); nicaraguense (1); norte-americana (20); palestina (4); paraguaia (4); peruana (40); portuguesa (76); salvadorenha (1); síria (1); suíça (3); sul-africana (2); sul-coreana (2); território britânico no oceano Índico (1); uruguaia (8) e venezuelana (6). Dessa forma, Rondônia acolhe imigrantes e incentiva empreendedores; maioria é de origem portuguesa e boliviana.

Fontes:

- Portal do Governo do Estado de Rondônia. SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.
- <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-rondonia.htm#:~:text=O%20primeiro%20grande%20movimento%20migrat%C3%B3rio,ao%20estado%20285%20mil%20migrantes.>

BRANCA	VERDE
13	11

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão deve ser anulada devido à inconsistência de informações em relação às regiões intermediárias e regiões geográficas imediatas. A única opção de resposta que não atende ao questionamento abordado é: Seringueiras. No entanto, a grafia correta de uma das regiões citadas é “Ariquemes”.

Regiões geográficas intermediárias	Regiões geográficas imediatas
Porto Velho	Porto Velho
	Ariquemes
	Jaru
Ji-Paraná	Ji-Paraná
	Cacoal
	Vilhena

Fonte:

- https://geofpt.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/11_regioes_geograficas_rondonia.pdf

BRANCA	VERDE
14	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Levando-se em consideração os recursos interpostos, é possível inferir que Rondônia possui fronteiras com Mato Grosso (a leste), Amazonas (ao norte), Acre (em um pequeno trecho a oeste) e com a Bolívia (a oeste e ao sul). A maior parte do território estadual situa-se no Planalto Sul-Amazônico, uma das porções do Planalto Central Brasileiro. O relevo é caracterizado por planície a oeste, depressões e pequenos planaltos ao norte e planalto a sudeste. O ponto mais elevado está localizado na serra dos Pacaás, cuja altitude é de 1.226 metros. Observe que a segunda afirmativa apresentada para análise trata de “planícies costeiras”, o que a torna falsa, pois as planícies costeiras ou litorâneas são planícies formadas por sedimentos terciários ou quaternários, depositados na zona costeira, ocorrendo em cada uma das grandes regiões reconhecidas para a costa brasileira. A gênese desse ambiente está relacionada a um conjunto variado de fatores, que podem ser as variações do nível do mar do quaternário associadas às correntes de deriva litorânea, às fontes primárias de sedimento e às armadilhas para retenção do sedimento. Frequentemente tais planícies estão associadas a desembocaduras de grandes rios e/ou reentrâncias na linha de costa, e podem estar intercaladas por falésias e costões rochosos de idade pré-cambriana. As planícies costeiras formadas pela justaposição de cordões litorâneos são uma das feições mais marcantes do litoral brasileiro, especialmente da sua porção sudeste e sul, em cujos ambientes atuais podem ser encontradas praias, dunas frontais, cordões litorâneos e zonas intercordões.

Fontes:

- <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/planicie.htm>
- <https://www.preparaenem.com/geografia/aspectos-fisicos-rondonia.htm>
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rondonia.htm>

BRANCA	VERDE
41	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão deve-se assinalar a sequência CORRETA sobre os respectivos sistemas de arquivos dos Sistemas Operacionais Windows e Linux. A alternativa C é a opção CORRETA com a seguinte sequência “4, 3, 1, 2, 5”. De acordo com a solicitação do recurso, existe um erro no item 3 que aborda “É o sistema de arquivo mais recente desenvolvido pela Microsoft; foi introduzido no Windows 8. Sua arquitetura difere dos outros sistemas de arquivos do Windows por ser organizada na forma de árvore B+.” pois o sistema de arquivos ReFS foi introduzido no Windows Server 2012. No entanto, o respectivo item está CORRETO, como descrito a seguir baseado na referência [MICROSOFT]:

A primeira versão do sistema de arquivos ReFS foi lançada no Windows Server 2012 para rodar em servidores. No entanto, este sistema de arquivos foi introduzido no Windows 8 para rodar em computadores Desktop.

Portanto, existe uma alternativa CORRETA na questão, letra C. Além disso, a questão está CORRETA, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- [MICROSOFT] <https://learn.microsoft.com/pt-br/archive/blogs/b8/building-the-next-generation-file-system-for-windows-refs>

BRANCA	VERDE
47	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão deve-se assinalar a sequência CORRETA sobre os bips dos códigos de erro mais comuns válidos para a maioria das placas-mãe. A alternativa D é a opção CORRETA com a seguinte sequência “5, 8, 2, 1, 6, 3, 7, 4”. De acordo com a solicitação do recurso, é necessária experiência prática para identificação dos bips de erros da placa-mãe. Não havendo erro na questão. No entanto, o conteúdo abordado na questão está presente no conteúdo programático do edital.

Portanto, existe uma alternativa CORRETA na questão, letra D. Além disso, a questão está CORRETA, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- MORIMOTO, Carlos Eduardo. Hardware II, o guia definitivo. Porto Alegre: Sul Editores, 2012.

BRANCA	VERDE
49	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão deve-se assinalar a afirmativa CORRETA sobre as principais linguagens de programação Web. A alternativa C é a opção CORRETA que aborda “JavaScript: linguagem de script que não precisa ser traduzida em código de máquina antes de ser executada, ou seja, executa de forma direta no código-fonte.” De acordo com a solicitação do recurso, existe mais de uma alternativa CORRETA, letras B e C. No entanto, a alternativa B está INCORRETA, como descrito a seguir:

B) PHP: linguagem interpretada de código aberto utilizada no desenvolvimento Back-End. Além disso, permite o desenvolvimento de sites estáticos.

O PHP foi desenvolvido para desenvolvimento de sites dinâmicos sendo utilizado no Back-End. O PHP combinado com o HTML permite desenvolver sites estáticos, para fins didáticos para apresentar os recursos disponíveis na linguagem. Sem essa combinação, não é possível desenvolver um site estático utilizando o PHP [PHP].

Portanto, existe uma alternativa CORRETA na questão, letra C, sendo o gabarito mantido.

Fontes:

- [PHP] https://www.php.net/manual/pt_BR/preface.php
- [GMI] <https://www.globalmediainsight.com/blog/programming-languages-web-development/#php>
- [MOOC] <https://www.mooc.org/blog/best-programming-languages-for-web-development>

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

06 de março de 2023
INSTITUTO CONSULPLAN